

INQ/4437

10504 - DIREITO PROCESSUAL PENAL | INVESTIGAÇÃO PENAL

# Supremo Tribunal Federal

**VOL 04**  
**COM 04 VOLUMES**

**COM 22 APENSOS**

**APENSO 02 PET 6875**

**APENSO 04 PET 7278**

Nº

Supremo Tribunal Federal  
Inq 0004437 - 14/03/2017.17.53  
0002718-85.2017.1.00.0000

**AGRAVO REGIMENTAL**

## INQUÉRITO

### INQUÉRITO 4437

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

ORIGEM. : Inq-4437-SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DISTRIBUIÇÃO EM 16/03/2017

**RELATOR(A) : MIN. EDSON FACHIN**

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
INVEST. (A/S) : ROMERO JUCA FILHO  
ADV. (A/S) : ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO  
ADV. (A/S) : ROBERTA CRISTINA RIBEIRO DE CASTRO QUEIROZ  
ADV. (A/S) : MARCELO TURBAY FREIRA  
ADV. (A/S) : LILIANE DE CARVALHO GABRIEL  
INVEST. (A/S) : JOSE RENAN VASCONCELOS CALHEIROS  
Continua...

ADV. (A/S) : LEONARDO RAMOS GONCALVES  
ADV. (A/S) : LUIS HENRIQUE ALVES SOBRINHA MACHADO  
ADV. (A/S) : MARCOS VON GLAEM BERKENHOFF  
INVEST. (A/S) : EUNICIO LOPES DE OLIVEIRA  
ADV. (A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)  
INVEST. (A/S) : RODRIGO FELINTO IARRA EPITACIO MAIA  
ADV. (A/S) : ARY BERGHER E OUTRO(A/S)  
INVEST. (A/S) : LUCIO QUADROS VIEIRA LIMA  
ADV. (A/S) : GAMIL POPPEL

Continuação 1

ADV. (A/S) : GISELA BORGES  
ADV. (A/S) : THIAGO MAIA

Continuação 2

*Supremo Tribunal Federal*


11ª Nº 4437

**Processos Originários Criminais**

**TERMO DE ABERTURA**

Em 16 de ABRIL de 2019, fica formado o 4  
volume dos presentes autos do(a) \_\_\_\_\_ que se inicia à folha  
nº 841.

Eu, PAULO ROBERTO, Analista/Técnico Judiciário, lavrei o  
presente termo.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Nº 405/2019 – LJ/PGR  
Sistema Único nº 105143/2019

**INQUÉRITO nº 4437**

**AUTOR:** Ministério Público Federal

**INVEST.:** Renan Calheiros, Romero Jucá, Eunício de Oliveira, Rodrigo Maia e Lúcio Vieira Lima

**RELATOR:** Ministro Edson Fachin

Supremo Tribunal Federal S1FDigital

15/04/2019 14:55 0020853



Excelentíssimo Senhor Ministro Edson Fachin,

A **Procuradora-Geral da República**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, promove o arquivamento de parte desta investigação e, na sequência, requer o declínio do restante à Seção Judiciária do Distrito Federal.

I

Trata-se de inquérito instaurado em razão dos depoimentos prestados pelos colaboradores ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR (termo de depoimento 21.2); CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA (termo de depoimento 6); CLÁUDIO MELO FILHO (termos de depoimento 5, 6, 37 e 38); EMÍLIO ALVES ODEBRECHT (termo de depoimento 10); JOSÉ DE CARVALHO FILHO (termos de depoimento 18, 23 e 24) e MARCELO BAHIA ODEBRECHT (termos de depoimento 6, 17, 21 e 32), os quais narraram pagamento de vantagens indevidas para elaboração,

aprovação e promulgação das Medidas Provisórias de nºs 470/2009, 472/2009 e 613/2013.

Embora outros agentes políticos<sup>1</sup> tenham, em tese, concorrido para a aprovação dessas medidas provisórias mediante propina, o objeto desta investigação, conforme o pedido de abertura deste inquérito, cingiu-se a *apurar o envolvimento de ROMERO JUCÁ FILHO, JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS, EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA, RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA e LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA na compra das MP's 470, 472 e 613* (fl. 15).

E nesses exatos limites foi a autorização do Ministro Relator na decisão de fl. 25.

É o breve relatório.

## II

### II.1. Dos fatos relacionados à aprovação das Medidas Provisórias n. 470/2009 e n. 472/2009

#### II.1.1- Da ausência de elementos indiciários mínimos em relação a JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS, EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA, RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA e LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA

Preliminarmente, registro que, desde o início das apurações, os colaboradores (ex-executivos da Odebrecht) – José de Carvalho Filho (fls. 131 e ss), Carlos José Fadigas de Souza Filho (fls. 136 e ss e 149 e ss), Alexandrino de Salles Ramos de Alencar (fls. 151 e ss), Emílio Alves Odebrecht (fls. 165 e ss), Cláudio Melo Filho (fls. 200 e ss), Maria Lúcia Guimarães Tavares (fls. 206 e ss), Fernando Migliaccio da Silva (fls. 225 e ss), Angela Palmeira Ferreira (fls. 228 e ss), Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho (fls. 486 e ss), Marcelo Bahia Odebrecht (fls. 491 e ss), Alvaro Novis (fls. 500 e ss) –, ao tratarem das duas MP's de 2009, nada mencionaram sobre os citados investigados.

<sup>1</sup> Segundo os colaboradores, Guido Mantega, Antonio Palocci e outros políticos do Partido dos Trabalhadores concorreram, sobretudo na fase de edição, para a concretização de benefícios fiscais concedidos por essas medidas provisórias. Porém, em relação a eles, a apuração ocorre no Processo n. 5033771-51.2018.404.7000, da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraná.

Da mesma forma, os *e-mails* de fls. 143 e seguintes e as certidões de fls. 172 e 173 não os mencionam.

No Sistema *Drousys*, usado pela Odebrecht para o controle do pagamento de propina, só há registro, em relação aos citados investigados, no ano de 2013 (fl. 810). Nada em 2009 e 2010.

Finalmente, para ilustrar a ausência de qualquer indício da participação destes investigados nas MP's 470 e 472, de 2009, saliento que os agora ex-Senador da República EUNÍCIO DE OLIVEIRA e ex-Deputado Federal LÚCIO VIEIRA LIMA sequer haviam assumido esses cargos, investiduras que só ocorreram em 2011<sup>23</sup>.

No caso, embora o pedido de abertura de inquérito tenha considerado a hipótese de envolvimento de JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS, EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA, RODRIGO FELINTO BARRA EPITÁCIO MAIA E LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA na compra das Medidas Provisórias n. 470 e 472, ambas de 2009, nenhuma prova nesse sentido foi produzida, razão pela qual, impõe-se, no ponto, o arquivamento da investigação.

#### II.1.2- Dos indícios de materialidade e autoria em relação a ROMERO JUCÁ nas MP's 470 e 472/2009

Por outro lado, no tocante a ROMERO JUCÁ, foram arrecadadas evidências de pagamento de propina em contrapartida à sua atuação no processo de aprovação das MP's 470 e 472/2009, em benefício da empresa Braskem.

Nesse contexto, a perícia técnica do Ministério Público identificou nos relatórios gerenciais extraídos do sistema "*Mywebdayb*"<sup>4</sup> indícios de pagamento no ano de 2010, de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em favor de ROMERO JUCÁ, em decorrência da aprovação das medidas provisórias 470/2009 e 472/2009.

No Relatório 6/2019 – SPPEA/PGR, consta que foram encontradas evidências de pagamentos da Odebrecht, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no dia 06/07/2010, em favor do codinome "CAJU - IPI", que, segundo executivos da Odebrecht, foi utilizado para identificar o ex-Senador ROMERO JUCÁ.

<sup>2</sup> Conforme <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/612> e certidões de fls. 172 e 173.

<sup>3</sup> Conforme [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=94931](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=94931)

<sup>4</sup> O sistema "*Mywebdayb*" foi utilizado pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht para o registro, processamento e controle de pagamentos destinados a agentes públicos, realizados à margem da contabilidade oficial da empresa.

844

Os dois registros de pagamentos destinados ao codinome "CAJU – IPI", no total de R\$ 5,0 milhões, foram localizados nos relatórios gerenciais do tipo FDD0193\_PROGRAMAÇÃO SEMANAL e FDD0195\_REQUISIÇÕES LIBERADAS AINDA NÃO EXECUTADAS, extraídos do "MyWebDay B" pelo Setor de Operações Estruturadas, cujos dados eram armazenados na Suíça.

06/07/2010. (Relatório Gerencial tipo FDD0193 do MyWebDay B).

PROGRAMAÇÃO SEMANAL									
De 05/07/2010 Até 09/07/2010									
FDD0193									
Pagina 1 de 2									
06/07/2010									
CD	REQUISICIONANTE	CD	RESPONSÁVEL	VALOR	DATA	STATUS	VALOR	DATA	STATUS
B.10.28-232192	BG	BRASKEM	PN	4.000.000	06/07/2010	0	4.000.000	06/07/2010	0
B.10.28-232192	BG	BRASKEM	PN	4.000.000	06/07/2010	0	4.000.000	06/07/2010	0
B.10.28-232192	BG	BRASKEM	PN	4.000.000	06/07/2010	0	4.000.000	06/07/2010	0
B.10.28-232192	BG	BRASKEM	PN	4.000.000	06/07/2010	0	4.000.000	06/07/2010	0
B.10.28-232192	BG	BRASKEM	PN	4.000.000	06/07/2010	0	4.000.000	06/07/2010	0
B.10.28-232192	BG	BRASKEM	PN	4.000.000	06/07/2010	0	4.000.000	06/07/2010	0
B.10.28-232192	BG	BRASKEM	PN	4.000.000	06/07/2010	0	4.000.000	06/07/2010	0
B.10.28-232192	BG	BRASKEM	PN	4.000.000	06/07/2010	0	4.000.000	06/07/2010	0
B.10.28-232192	BG	BRASKEM	PN	4.000.000	06/07/2010	0	4.000.000	06/07/2010	0

Neste relatório do tipo FDD0193\_PROGRAMAÇÃO SEMANAL, cujo arquivo denomina-se "FDD019344449[1].pdf", há dois registros de pagamentos:

1) O primeiro registro de pagamento destinado ao codinome "CAJU – IPI", no dia 06/07/2010, foi no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e teve a cidade de SÃO PAULO como local de entrega do dinheiro. A obra que resultou no pagamento pela Odebrecht constou BRASKEM e, no campo destinado ao responsável pelo pagamento, há a sigla "BG", possivelmente em referência a BERNARDO GRADIN (ex presidente da BRASKEM). O pagamento foi registrado na contabilidade da Odebrecht como Requisição nº B.10.28-232192 e constou a seguinte instrução: "ATENDER CONFORME PLANILHA DE FM EM SP", sendo a sigla "FM" possível referência ao executivo da Odebrecht FERNANDO MIGLIACCIO.

**Figura 3** - Registro de pagamento no valor de R\$ 4 milhões ao codinome "CAJU - IPI" em 06/07/2010 sob a responsabilidade de BG. (Relatório Gerencial tipo FDD0193 do MyWebDay B).

B.10.28-232192	BG	BRASKEM	PN	CAJU - IPI	0	4.000,000
----------------	----	---------	----	------------	---	-----------

**Figura 4** - Instrução para o pagamento no valor de R\$ 4 milhões ao codinome "CAJU - IPI" em 06/07/2010 na cidade de São Paulo. (Relatório Gerencial tipo FDD0193 do MyWebDay B).

4,000,000	SP	DIRETOS	ATENDER CONFORME PLANILHA DE FM EM SP
-----------	----	---------	---------------------------------------

2) O segundo registro de pagamento destinado ao codinome "CAJU - IPI", no dia 06/07/2010, foi no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e teve a cidade de BRASÍLIA como local de entrega do dinheiro. A obra que resultou no pagamento pela Odebrecht constou BRASKEM e, no campo destinado ao responsável pelo pagamento, há a sigla "BG", possivelmente em referência a BERNARDO GRADIN (ex-presidente da BRASKEM). O pagamento foi registrado na contabilidade da Odebrecht como Requisição nº B.10.29-232193 e constou a seguinte instrução: "ATENDER CONFORME DISPONIBILIDADE DO PARCEIRO EM BRASÍLIA".

**Figura 5** - Registro de pagamento no valor de R\$ 1 milhão ao codinome "CAJU - IPI" em 06/07/2010 sob a responsabilidade de BG. (Relatório Gerencial tipo FDD0193 do MyWebDay B).

B.10.29-232193	BG	BRASKEM	PN	CAJU - IPI	0	1,000,000
----------------	----	---------	----	------------	---	-----------

**Figura 6** - Instrução para o pagamento no valor de R\$ 1 milhão ao codinome "CAJU - IPI" em 06/07/2010 na cidade de Brasília. (Relatório Gerencial tipo FDD0193 do MyWebDay B).

1,000,000 BSB DIRETOS ATENDER CONFORME DISPONIBILIDADE DO PARCEIRO EM BRASILIA
--

O outro arquivo localizado no sistema "MyWebDay B" foi O TIPO FDD0195, denominado "FDD019544783[1].pdf", que se refere a registros de REQUISIÇÕES LIBERADAS AINDA NÃO EXECUTADAS, no período de 01/07/2010 a 31/12/2012, e foi localizado nos relatórios gerenciais extraídos do referido sistema, cujos dados eram armazenados na Suíça pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht.

Neste arquivo também foram encontrados registros indicando a liberação e o encaminhamento dos dois pagamentos feitos pela Odebrecht em 06/07/2010, no total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), destinados ao codinome "CAJU - IPI":

846

**Figura 7** - Liberação e encaminhamento de 2 (dois) pagamentos da Odebrecht em 06/07/2010, no total de R\$ 5,0 milhões, ao codinome "CAJU - IPI". (Relatório Gerencial tipo FDD0195 do MyWebDay B).

REQUISIÇÕES LIBERADAS AINDA NÃO EXECUTADAS							
FDD0195		De 01/07/2010 Até 31/12/2012					
Nº OP.	PROGRAMA	OBRA	CODINOME	DT. PAGTO	MO	VALOR	EXECUÇÃO
B.10.12	Verba IPI	BRASKEM	OPAIÓ	02/08/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA 230177
B.10.13	Verba IPI	BRASKEM	OPAIÓ	01/09/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA 230178
B.10.14	Verba IPI	BRASKEM	OPAIÓ	01/10/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA 230179
B.10.21	Operação Esmeralda	BRASKEM	COLOMBIANO	09/07/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA 230898
B.10.22	Operação Esmeralda	BRASKEM	COLOMBIANO	10/08/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA 230897
B.10.23	Operação Esmeralda	BRASKEM	COLOMBIANO	10/09/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA 230894
B.10.24	Operação Esmeralda	BRASKEM	COLOMBIANO	11/10/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA 230895
B.10.25	Operação Esmeralda	BRASKEM	COLOMBIANO	10/11/2010	US\$	2,286,000.00	ENCAMINHADA 230896
B.10.26	Verba 1	BRASKEM	CARANGUEJO-IPI	06/07/2010	R\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA 232351
B.10.27	Verba 1	BRASKEM	CARANGUEJO-IPI	06/07/2010	R\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA 232191
B.10.28	Verba 2	BRASKEM	CAJU - IPI	06/07/2010	R\$	4,000,000.00	ENCAMINHADA 232192
B.10.29	Verba 2	BRASKEM	CAJU - IPI	06/07/2010	R\$	1,000,000.00	ENCAMINHADA 232193
B.10.30	Verba 3	BRASKEM	CAMPARI - IPI	06/07/2010	R\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA 232194

No referido relatório do tipo FDD0195\_ REQUISIÇÕES LIBERADAS AINDA NÃO EXECUTADAS, constam importantes informações a respeito do pagamento sob a responsabilidade do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, tais como:

- No primeiro, pagamento de R\$ 4.000.000,00 destinado ao codinome "CAJU - IPI" no dia 06/07/2010: o número da operação e o número do movimento no sistema "MyWebDay B" (B.10.28 e 232192), o programa e a obra que resultou no pagamento pela Odebrecht (VERBA 2 e BRASKEM), a situação da execução do pagamento (ENCAMINHADA), além da data, moeda e valor liberado para pagamento.

-No segundo, pagamento de R\$ 1.000.000,00 destinado ao codinome "CAJU - IPI" no dia 06/07/2010: o número da operação e o número do movimento no sistema "MyWebDay B" (B.10.29 e 232193), o programa e a obra que resultou no pagamento pela Odebrecht (VERBA 2 e BRASKEM), a situação da execução do pagamento (ENCAMINHADA), além da data, moeda e valor liberado para pagamento.

Diante do arcabouço probatório até então produzido, entendo que a investigação deve prosseguir com vistas a confirmar se ROMERO JUCÁ efetivamente recebeu vantagem indevida para atuar no processo legislativo das citadas medidas provisórias. As inquirições dos agentes envolvidos nos potenciais pagamentos determinarão os desdobramentos da investigação.



Percebe-se, no ponto, que a interrupção prematura desta investigação impedirá, de plano, o exaurimento das hipóteses investigativas em exame, que encontram lastro no caderno apuratório.

## II.2 – Dos fatos relacionados à aprovação da Medida Provisória n. 613/2013

### II.2.1- Da atuação de LÚCIO VIEIRA LIMA na MP n. 613/2013:

Começo por LÚCIO VIEIRA LIMA.

A investigação reuniu, em face deste ex-deputado federal, prova da materialidade e autoria, razão pela qual LÚCIO VIEIRA LIMA foi denunciado<sup>5</sup> ao STF, em 28 de janeiro de 2019, por ter recebido R\$ 1,5 milhão de reais por sua atuação em prol da conversão da MP n. 613/2013 em lei.

### II.2.2- Da atuação de ROMERO JUCÁ e EUNÍCIO DE OLIVEIRA na MP n. 613/2013:

Em relação a EUNÍCIO DE OLIVEIRA e ROMERO JUCÁ – não reeleitos em 2018 e, portanto, sem foro por prerrogativa de função desde 02/02/2019 –, o caso é de declínio desta investigação para a primeira instância – **e não de arquivamento** –, notadamente porque já existem indícios de materialidade e de autoria e também porque há outras provas a se produzir, contextos que precisam ser avaliados exclusivamente pelo órgão do Ministério Público Federal com atribuição constitucional para tanto, desde 02/02/2019.

O conteúdo da Medida Provisória n. 613/2013 foi assim sintetizado na Mensagem n. 172/2013<sup>6</sup> do Poder Executivo:

"Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 613/2013, que 'Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências"

<sup>5</sup> A denúncia foi oferecida com base na Notícia de Fato n. 1.00.000.025449/2018-02, distribuída por dependência ao Inquérito n. 4437 <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-denuncia-lucio-vieira-lima-por-receber-r-1-5-milhao-da-odebrecht-em-vantagem-indevida>

<sup>6</sup> <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576000>

INQUÉRITO nº 4437

848

Convertida depois na Lei nº 12.859/2013, a norma disciplinou o chamado “REIQ – Regime Especial da Indústria Química”, acarretando a desoneração fiscal para aquisição de matérias-primas – efeito que diretamente beneficiou a BRASKEM<sup>7</sup>, braço empresarial do Grupo ODEBRECHT no setor petroquímico.

Em termos práticos e gerais, a renúncia fiscal foi de R\$ 9,54 bilhões<sup>8</sup>, só no período de 2013 a 2015. Bem por isso, a ODEBRECHT não mediu esforços criminosos para a obtenção do benefício.

A investigação indica que, no âmbito legislativo, ao menos R\$ 6.450.000,00<sup>9</sup> possam ter sido investidos em propina para a conversão em lei da MP.

De acordo com o que já se produziu nestes autos, confessadamente seus executivos pagaram propina em duas frentes: a integrantes do Poder Executivo<sup>10</sup> (Presidência da República), pela edição dela e também, em um segundo momento – processo legislativo da conversão dela em lei –, tanto a senadores, quanto a deputados.

<sup>7</sup> Ouvido na fl. 566, MARCELO LYRA GURGEL DO AMARAL, então vice-presidente de Comunicação, Marketing, Desenvolvimento Sustentável e Relações Institucionais da ODEBRECHT em 2013, disse que “verificada a potencialidade da discussão em tramitação no Legislativo ou no Executivo interferir na atividade da BRASKEM, seus executivos levavam essa discussão para a entidade do setor produtivo que representava o setor em que a BRASKEM se posicionava frente à proposta de alteração legislativa, por exemplo, ABIQUIM.”

<sup>8</sup> Renúncia fiscal geral, ou seja, de todo setor e não apenas em benefício da ODEBRECHT, conforme notícia o link “<http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/INDUSTRIA-E-COMERCIO/450445-CAMARA-APROVA-MP-QUE-DA-INCENTIVO-A-PRODUTORES-DE-ETANOL-E-A-INDUSTRIA-QUIMICA.html>”

<sup>9</sup> Ouvido na fl. 137, CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO, executivo da BRASKEM à época dos fatos, esclareceu que “os R\$ 6.000.000,00 que foram disponibilizados pela BRASKEM para pagamento como contrapartida pela aprovação da medida Provisória 613/2013 foram sacados do saldo que a BRASKEM tinha junto ao Setor de Operações Estruturadas do grupo”.

<sup>10</sup> Segue trecho da denúncia no Inquérito 4325 (imputação de organização criminosa a integrantes da cúpula do Partido dos Trabalhadores – íntegra em <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-denuncia-integrantes-do-pt-por-formacao-de-organizacao-criminosa>): “Os pagamentos realizados pela Odebrecht eram parte da contrapartida acertada em razão de interesses que foram atendidos, de forma ilícita, pelos governos de LULA e DILMA. Nesse sentido, podemos citar: a) ampliação de uma linha de crédito concedida pela COFIG voltada à exportação de bens e serviços do Brasil para Angola; b) liberação de recursos à Odebrecht para execução da obra do Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB; c) edição pelo então Presidente LULA da Medida Provisória 470 e da Medida Provisória 472/2009, que beneficiaram a Braskem e outras empresas industriais ao ser estabelecido programa especial de parcelamento de débitos de IPI; d) ampla atuação do Governo Federal em prol do grupo em temas relacionados ao setor energético, especialmente nos projetos de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte; e) edição pela então Presidente DILMA da Medida Provisória 613/2013, que concedeu desoneração fiscal para aquisições de matérias-primas por indústrias químicas brasileiras, em benefício da Braskem; e f) a atuação do então Ministro da Fazenda GUIDO MANTEGA com vistas a facilitar a aquisição pela PREVI de torre comercial e de shopping center no empreendimento denominado “Parque da Cidade”, construído e comercializado pela Odebrecht Realizações Imobiliárias. (...) Em contrapartida a todas essas transações, as empresas do grupo Odebrecht, no período de 2002 a 2014, pagaram a título de propina de mais de R\$ 400 milhões de reais ao grupo político dos ora denunciados: sendo R\$ 20 milhões em 2002, conforme já explicitado, e outros R\$ 20 milhões em cada um dos anos 2004, 2006, 2008 e 2010210211212; R\$ 200 milhões creditados na Planilha “Italiano” e R\$ 123 milhões na Planilha “Pós-Itália””.

INQUÉRITO nº 4437

De fato, a edição da medida provisória pelo Executivo não garantia, ainda, o sucesso do benefício fiscal. Era preciso convencer congressistas, com argumentos técnicos<sup>11</sup>, mas, a alguns deles, também com promessa e posterior pagamento de vantagens indevidas.

O Projeto de Lei de Conversão (PLC) passou a enfrentar dificuldades no Congresso<sup>12 13 14</sup>, gerando preocupação nos interessados em sua aprovação, entre eles os corruptores.

CLÁUDIO MELO FILHO era subordinado ao diretor presidente do grupo ODEBRECHT, MARCELO BAHIA ODEBRECHT<sup>15</sup>, e assumiu, por incumbência de MARCELO, a interlocução pessoal com parlamentares corruptíveis.

Depois do contato com parlamentares, CLÁUDIO MELO FILHO reportou a CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO e a MARCELO BAHIA ODEBRECHT, seus superiores, a necessidade de investimento de pelo menos R\$ 6 milhões em propina para a fase legislativa da MP. Nas palavras de CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO, *“em setembro de 2013, Cláudio Filho procurou ao declarante [FADIGAS] e a Marcelo Odebrecht e reportou a necessidade do pagamento de 6*

<sup>11</sup> Ouvida nas fls. 509 e 510, ELIZABETH MARIA MERCIER QUERIDO FARINA, então presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA), passou a discutir com parlamentares a importância da aprovação da MP. *“Quando uma alteração legislativa proposta pelo Executivo, como uma medida provisória, ou até mesmo pelo Congresso Nacional, será discutida no âmbito da Câmara dos Deputados, ou do Senado Federal, a UNICA intensifica sua agenda em Brasília, discutindo com parlamentares em seus gabinetes (fl. 509). (...) Durante a discussão e tramitação da MP 613/2013, a declarante teria atuado na tentativa de convencer os membros do Congresso Nacional sobre a importância da aprovação”* (fl. 510).

<sup>12</sup> Segundo CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA, executivo da ODEBRECHT (fl. 43 do Apenso 1): *“A aprovação da medida provisória na Câmara dos Deputados foi dificultada com a inclusão pelo Governo de uma emenda tratando dos Portos Secos, que não estava alinhada com a base de apoio do governo na Câmara. De forma a contornar esse problema, que obstruía a sua aprovação, Marcelo Odebrecht buscou apoio do Ministro Guido Mantega, através de seu assessor Sergio Bath. Este, por sua vez, sugeriu que se buscasse o apoio de Dyogo Oliveira, à época Secretário Executivo interino do Ministério da Fazenda. A partir desse contato, o Governo tomou a decisão de retirar o tema de Porto Seco da MP 613, o que permitiu sua aprovação e seguimento ao Senado. Os e-mails de fls. 46 e ss do Apenso 1, trocados entre MARCELO ODEBRECHT e FADIGAS, demonstram essa dificuldade enfrentada. Em 22 de agosto de 2013, MARCELO ODEBRECHT escreveu a Sergio Eugenio de Risios Bath: “A MP 613 emperrou na Câmara e se não votar na próxima 3ª vai caducar e ser um verdadeiro desastre para o setor petroquímico e para o setor de etanol”* (fl. 49 do Ap. 1).

<sup>13</sup> A presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA), ELIZABETH MARIA MERCIER QUERIDO FARINA, declarou (fl. 510) que *se recorda de uma obstrução formal à tramitação da MP, todavia, não se recorda o que teria motivado essa obstrução, e nem mesmo os parlamentares que eventualmente podem ter participado desta pauta.*

<sup>14</sup> As dificuldades impostas à aprovação foram confirmadas pelo então presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM), MARCELO LYRA GURGEL DO AMARAL. Ouvido às fls. 571 e seguintes, disse que *“acompanhou a agenda de tramitação da MP 613/213 no Congresso Nacional, quando soube, por acerca da apresentação de Emendas ao texto original da MP e que poderiam retardar a aprovação da medida em virtude de novas discussões que seriam impostas”.*

<sup>15</sup> Conforme fl. 200.

INQUÉRITO nº 4437

*milhões de reais para parlamentares que exerciam o papel de liderança no Congresso Nacional* (fl. 64 do Ap. 1). **CLÁUDIO MELO FILHO** confirmou que levou essa demanda aos dois superiores (fl. 72 do Ap. 1).

Passo seguinte, **CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO** acionou **HILBERTO SILVA** e solicitou a disponibilidade desse valor para **CLÁUDIO MELO FILHO** (fl. 64 do Ap. 1).

À fl. 133, o colaborador José de Carvalho Filho, em relação a **ROMERO JUCÁ**, afirmou que *“tinha conhecimento que o senador ROMERO JUCÁ era reconhecido nos setores e nos sistemas da companhia com os codinomes de CAJU, CERRADO e ARACATI; QUE, no evento 01 do anexo 14, citando o sistema Drousys, fala do pagamento de R\$ 2.750.000,00 ocorrido em duas parcelas em 03/10/2013 (R\$ 1.750.000,00) e 10/10/2013 (R\$ 1.000.000,00), a pedido de CARLOS JOSÉ FADIGAS SOUZA (presidente da Braskem) e CLÁUDIO MELO, no interesse do senador ROMERO JUCÁ, por intermédio de MILTON LYRA, representante do parlamentar, em contrapartida a sua atuação na aprovação da MP 613/2013”* (fl. 133).

À fl. 145, consta e-mail de Cláudio Melo Filho a Marcelo Bahia Odebrecht, de 27 de agosto de 2013, época do trâmite do processo de conversão da MP n. 613/2013 em lei no Congresso, em que escreveu: *“Sen Juca e outros líderes do Senado garante que o assunto avança hoje”*. **ROMERO JUCÁ** assumiu a condição de membro titular da comissão mista, com a saída do Senador Paulo Davim (fl. 158).

À fl. 201, Cláudio de Melo Filho afirmou: *“durante a tramitação da MP 613/2013, recebeu um pedido de contribuição eleitoral de ROMERO JUCÁ, não obstante 2013 não ser ano eleitoral.”*

Sobre **EUNÍCIO DE OLIVEIRA**, José de Carvalho Filho afirmou (fl. 134): *“foi realizado o pagamento de R\$ 2,1 milhões, a pedido de CLÁUDIO MELO FILHO, após a aprovação de CARLOS SOUZA, ao senador EUNÍCIO DE OLIVEIRA, por intermédio de RICARDO AUGUSTO, representante do parlamentar; QUE a motivação desse pagamento foi em contrapartida a sua atuação na aprovação da MP 613/2013”*.

**EUNÍCIO DE OLIVEIRA** foi designado membro da comissão mista, em razão da condição de Líder do Bloco da Maioria, em 11/05/2013, *status* que manteve até 06/06/2013, conforme a certidão de fl. 171. De 2013 a 2016, **EUNÍCIO DE OLIVEIRA** foi o Lí-

der do PMDB e da Maioria no Senado Federal<sup>16</sup>, sendo responsável por orientar importantes votações e discussões à frente do maior bloco da Casa. No caso específico da MP n. 613, ele atuou favoravelmente à pretensão dos corruptores, como se extrai do pronunciamento oral que fez (último parágrafo de fl. 419), o que torna sem credibilidade, ao menos neste momento, a versão apresentada por sua defesa à fl. 287.

Finalmente, o Relatório de Análise n. 085/2018-SPPEA/PGR (fls. 808 e ss) confirmou os registros de pagamentos, contemporâneos aos fatos, de R\$ 2.100.000,00 milhões a EUNÍCIO DE OLIVEIRA e R\$ 2.750.000,00 a ROMERO JUCÁ (fls. 810 e 812). Além desses registros, há os *e-mails* de programação de pagamentos – igualmente contemporâneos a 2013 (fls. 814 e 816).

Dito isso, entendo que esta investigação precisa prosseguir em relação aos dois para avaliar, entre outros aspectos, a critério do novo *promotor natural* em primeira instância, o seguinte: se há registros ou meios de prova de que MILTON LYRA (fl. 133) e RICARDO LOPES AUGUSTO (fl. 134) operaram para os recebimentos dos valores noticiados à fl. 133; se houve contatos telefônicos de colaboradores com RICARDO LOPES AUGUSTO (fl. 169); avaliar se Maria Lucia Tavares pode agregar alguma informação específica sobre estas entregas (as cópias de suas oitivas acostadas aos autos não enfrentam a hipótese criminal deste inquérito), ou se a busca em endereços relacionados a ela é reveladora; se Cláudio Melo Filho apresentou os *e-mails* que citou à fl. 204 e se há relevância em seus teores, notadamente para aferir a conduta de EUNÍCIO DE OLIVEIRA em possível tentativa de obstrução da MP, conforme fl. 498; produção e juntada de relatório de análise de polícia judiciária a respeito do conteúdo das informações nas mídias apresentadas por Edgard Augusto Venâncio, gerente de operações da Transnacional Transportes de Valores (empresa que prestava serviços de entregas de valores oriundos da Odebrecht).

### II.2.3- Da atuação de RENAN CALHEIROS:

Em relação ao Senador RENAN CALHEIROS, a investigação não apontou, além da palavra de um dos colaboradores, indícios de que ele tenha recebido propina para a aprovação da MP n. 613/2013.

Nenhum colaborador tratou diretamente com ele sobre o assunto propina.

<sup>16</sup> <https://www12.senado.leg.br/institucional/presidencia/noticia/perfil-do-presidente>  
INQUÉRITO nº 4437

A menção ao seu nome só emergiu a partir de um único relato, o de Cláudio de Melo Filho: *“durante a tramitação da MP 613/13 recebeu um pedido de contribuição eleitoral de ROMERO JUCÁ, não obstante 2013 não ser ano eleitoral, e este pedido abrangeria o Senador RENAN CALHEIROS”* (fl. 201).

Os demais colaboradores que o mencionam repetem o “ouvir dizer” que lhes foi reportado por Cláudio Melo Filho. A investigação parou neste ponto.

Finalmente, o mais importante: o Sistema Drousys não registrou seu nome ou codinome correspondente (fl. 810), em 2013, e nem há e-mails com programação de pagamentos contemporâneos àquela época que o mencionem.

Trata-se, portanto, em relação ao Senador RENAN CALHEIROS, de investigação sem justa causa para prosseguir, razão pela qual merece ser arquivada em relação a ele.

#### II.2.4- Da atuação de RODRIGO MAIA:

O ponto de partida para a análise da investigação em relação ao Deputado Federal RODRIGO MAIA também é Cláudio Melo Filho, executivo da Odebrecht investido da interlocução com parlamentares na aprovação da MP n. 613/2013.

O que foi dito pelos demais colaboradores a respeito de RODRIGO MAIA, no episódio, é reprodução do que ouviram de Cláudio Melo Filho.

Eis as palavras de Cláudio Melo Filho: *“não acredita que o deputado [MAIA] tenha realizado qualquer tipo de gestão na Câmara dos Deputados para que a MP fosse aprovada, não se recordando de nenhuma dificuldade da tramitação dessa medida nesta Casa Legislativa; QUE, em 2013, em um outro momento, RODRIGO MAIA teria solicitado auxílio financeiro do grupo, por intermédio do depoente, para quitar uma dívida atrasada da campanha de 2012; QUE o depoente aproveitou o centro de custo disponibilizado pela BRASKEM durante a tramitação da MP 613/2013 para realizar este pagamento ao Deputado Federal RODRIGO MAIA, pois, como disse no anexo 3.6, fls. 73 do apenso 1, ‘referido parlamentar era visto por mim como um ponto de interlocução dentro da Câmara dos Deputados na defesa dos interesses da empresa.’”*

Pois bem.

Após o trâmite da apuração, o nível de prova produzida – afirmação do próprio colaborador de que a solicitação de dinheiro foi fora do contexto de contrapartida por ato de ofício; falta da prova de atuação de **RODRIGO MAIA** a favor da Odebrecht e falta de demonstração de que o parlamentar expressamente fez mercancia da sua função pública (no ponto, o colaborador limitou-se a dizer: “*referido parlamentar era visto por mim como ponto de interlocução dentro da Câmara dos Deputados na defesa dos interesses da empresa*” – fl. 204) – é insuficiente para deflagrar uma ação penal.

De fato, há o registro dos cem mil reais a **BOTAFOGO**, no Sistema *Drousys* (fl. 823). Porém, para embasar uma imputação criminal, este indício não pode se apresentar isolado.

Precisa estar em sinergia com prova do comportamento do parlamentar em benefício do grupo; de registros de contatos dele com seus executivos; em algum elemento indicativo do trajeto do pagamento ou dos operadores dessa tradição.

Trata-se, portanto, em relação ao deputado federal **RODRIGO MAIA**, de investigação sem justa causa para prosseguir, razão pela qual merece ser arquivada em relação a ele.

### III

Assim, a **Procuradora-Geral da República**:

a) informa que já ofereceu denúncia contra **LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA**, no bojo da Notícia de Fato n. 1.00.000.025449/2018-02, em razão da MP n. 613/2013;

b) promove o arquivamento das investigações de recebimento de propina pela conversão das Medidas Provisórias n° 470/2009 e 472/2009, **exclusivamente** em relação a **JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS**, **EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA**, **RODRIGO MAIA** e **LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA**, com a ressalva do art. 18 do Código de Processo Penal e da Súmula n.º 524 do STF;

c) sobre a MP n. 613/2013, promove o arquivamento, **exclusivamente**, em relação a **RENAN CALHEIROS** e **RODRIGO MAIA**, com a ressalva do art. 18 do Código de Processo Penal e da Súmula n.º 524 do STF;

d) requer o reconhecimento da incompetência superveniente do Supremo Tribunal Federal para investigar a conduta de Romero Jucá (recebimento de propina pela conversão em lei das MPs n. 470/2009 e 472/2009), com o consequente declínio para a Seção Judiciária do Distrito Federal, mediante envio de cópia integral dos autos; e

e) requer o reconhecimento da incompetência superveniente do Supremo Tribunal Federal para investigar as condutas de Romero Jucá e Eunício de Oliveira (recebimento de propina pela conversão em lei da MP n. 613/2013), com o consequente declínio para a Seção Judiciária do Distrito Federal, mediante envio dos autos originais.

Requeiro, ainda, a juntada de cópia do Relatório de Análise nº 006/2019-SPPEA/PGR.

Brasília, 12 de abril de 2019

**Raquel Elias Ferreira Dodge**  
Procuradora-Geral da República

Impresso por: 405.069.338-02 Inq 4437  
Em: 30/04/2019 - 19:10:10





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE PERÍCIA, PESQUISA E ANÁLISE/PGR**

MEMORANDO nº 112/2019/SPPEA/PGR

Brasília, 7 de março de 2019

A Sua Excelência, o Senhor  
**HEBERT REIS MESQUITA**  
Procurador da República  
Grupo de Trabalho Lava Jato/SFPOSTF

Assunto: **Relatório de Análise**

Senhor Procurador,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Memorando nº 12/2019/GTLJ/SFPOSTF, de 21 de fevereiro de 2019, encaminho Relatório de Análise nº 06/2019-SPPEA/PGR (PGR-00107739/2019), de 28 de fevereiro de 2019.

Atenciosamente,

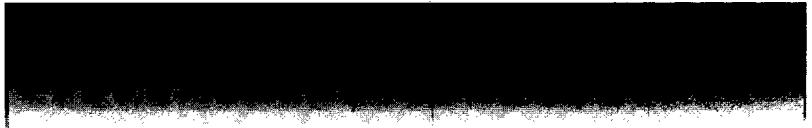
**VITOR SOUZA CUNHA**  
Procurador da República  
Secretário-Adjunto da SPPEA/PGR

SIGILOS 856

**MPF****Ministério Público Federal****Procuradoria Geral da República  
Gabinete da Procuradora-Geral da República  
Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise – SPPEA/PGR**

RA nº 006/2019 - SPPEA/PGR

28 de fevereiro de 2019



Relatório de Análise nº 006/2019-SPPEA/PGR

**Ementa:** Inquérito nº 4437 - STF. Identificação de registros de pagamentos no sistema "MyWebDay B" da Odebrecht destinados ao ex-Senador da República ROMERO JUCÁ, codinome "CAJU - IPI", em razão da atuação no processo legislativo das Medidas Provisórias nºs 470/2009 e 472/2009, que beneficiaram a Braskem, empresa do Grupo Odebrecht.

Senhor Procurador da República e  
Secretário-Adjunto de Perícia, Pesquisa e Análise,  
**Dr. VITOR SOUZA CUNHA**

Cumprimentando-o, no âmbito do Inquérito nº 4437 em curso no Supremo Tribunal Federal - STF e em atendimento ao Memorando nº 12/2019/GTLJ/SFPOSTF, datado de 21/2/2019, apresento os registros de interesse para a presente investigação,

**Ministério Público Federal****Procuradoria Geral da República  
Gabinete da Procuradora-Geral da República  
Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise – SPPEA/PGR**

RA nº 006/2019 - SPPEA/PGR

28 de fevereiro de 2019

identificados nos discos rígidos fornecidos pela Odebrecht e por autoridades suíças ao Ministério Público Federal contendo dados do sistema "MyWebDay B".

No referido memorando foi feita a seguinte solicitação a esta Secretaria:

*Extrair dos sistemas de contabilidade paralela da Odebrecht, especialmente o "MyWebdayB", registro de pagamentos a Políticos do MDB, nos anos de 2009-2010, no interesse da Braskem, como contrapartida à atuação dos agentes políticos no processo legislativo das Medidas Provisórias nº 470 e 472.*

A seguir, resumo da investigação para subsidiar os trabalhos de pesquisa dos registros nos sistemas da Odebrecht "Drousys" e "MyWebday B":

**Figura 1** - Trecho do Memorando nº 12/2019/GTLJ/SFPOSTF.

Trata-se de inquérito instaurado com base nos depoimentos prestados pelos colaboradores Alexandrino de Salles Ramos de Alencar (nº 21.2), Carlos José Fadigas de Souza (nº 06), Cláudio Melo Filho (nºs 05, 06, 37 e 38), Emílio Alves Odebrecht (nº 10), José de Carvalho Filho (nºs 18, 23 e 24) e Marcelo Bahia Odebrecht (nºs 6, 17, 21 e 32), que narraram pagamento de vantagens indevidas para elaboração, aprovação e promulgação das Medidas Provisórias nºs 470, 472 e 613.

Nesse contexto, ressalta-se que em relação à Medida Provisória nº 613/2013 esta Secretaria já elaborou o Relatório de Análise nº 085/2018-SPPEA/PGR, datado de 28 de setembro de 2018, também no interesse do Inquérito 4437 em curso no Supremo Tribunal Federal.

Para atender os objetivos específicos da autoridade demandante, este trabalho será especificamente em relação a possíveis pagamentos de vantagens indevidas feitos pela Odebrecht em favor do ex-Senador da República ROMERO JUCÁ, decorrentes da aprovação das Medidas Provisórias nºs 470/2009 e 472/2009, que beneficiaram a



Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República  
Gabinete da Procuradora-Geral da República  
Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise – SPPEA/PGR

RA nº 006/2019 - SPPEA/PGR

28 de fevereiro de 2019

Braskem, empresa do Grupo Odebrecht, na concessão de benefícios em matéria de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

No sistema "MyWebday B", cujos registros eram mantidos em sigilo na Suíça pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, foram encontradas evidências de que a empreiteira realizou 2 (dois) pagamentos no total de **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais), no ano de **2010**, em favor do ex-Senador da República ROMERO JUCÁ, que segundo executivos da Odebrecht foi identificado pelo codinome "**CAJU - IPI**", em decorrência da elaboração, aprovação e promulgação das Medidas Provisórias nºs 470/2009 e 472/2009, que beneficiaram a Braskem na concessão de benefícios em matéria de IPI.

#### 1 - REGISTROS ENCONTRADOS NO SISTEMA MYWEBDAY "B"

Esta Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA/PGR) teve acesso a dados do sistema "MyWebDay B" mantidos na Suíça pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht (SOE), cujos discos rígidos e *pen drive* foram disponibilizados pela empreiteira à Força-Tarefa da Operação Lava Jato no Paraná, bem como enviados pelas autoridades suíças no âmbito da Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal Brasil/Suíça. Os documentos com a cadeia de custódia das informações encontram-se no **anexo 1** deste relatório.

O sistema "MyWebDay B" foi utilizado pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht para o registro, processamento e controle de pagamentos destinados a agentes políticos e públicos, realizados à margem da contabilidade oficial da empresa.

É importante ressaltar que nos relatórios extraídos do sistema "MyWebDay B" identificados nos citados discos rígidos e *pen drive* constam registros de pagamentos

**MPF****Ministério Público Federal****Procuradoria Geral da República****Gabinete da Procuradora-Geral da República****Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise – SPPEA/PGR**

RA nº 006/2019 - SPPEA/PGR

28 de fevereiro de 2019

apenas até o mês de **junho/2012**, portanto, não há registros referentes ao segundo semestre de 2012 e aos anos de 2013 e 2014.

### 1.1 - PAGAMENTOS PARA O CODINOME "CAJU - IPI" NO ANO 2010

Nos relatórios extraídos do sistema "MyWebday B" foram encontradas evidências de pagamentos da Odebrecht no valor total de **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais), no dia **06/07/2010**, em favor do codinome "**CAJU - IPI**", que segundo executivos da Odebrecht foi utilizado para identificar o ex-Senador ROMERO JUCÁ. De acordo com os colaboradores, tais pagamentos foram uma contrapartida à atuação de ROMERO JUCÁ no processo legislativo das Medidas Provisórias nºs 470/2009 e 472/2009 que beneficiaram a Braskem, empresa do Grupo Odebrecht, na concessão de benefícios em matéria de IPI.

Os 2 (dois) registros de pagamentos destinados ao codinome "**CAJU - IPI**", no total de R\$ 5,0 milhões, foram localizados nos relatórios gerenciais do tipo FDD0193\_PROGRAMAÇÃO SEMANAL e FDD0195\_REQUISIÇÕES LIBERADAS AINDA NÃO EXECUTADAS, extraídos do "MyWebDay B" pelo Setor de Operações Estruturadas, cujos dados eram armazenados na Suíça,.

A seguir, relatório gerencial extraído do "MyWebday B" com a programação dos 2 (dois) registros de pagamentos destinados ao codinome "**CAJU - IPI**" no dia **06/07/2010**, no valor total de **R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)**.

**Figura 2** - Programação de 2 (dois) pagamentos no total de R\$ 5,0 milhões ao codinome "CAJU - IPI" em 06/07/2010. (Relatório Gerencial tipo FDD0193 do MyWebDay B).



Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República  
Gabinete da Procuradora-Geral da República  
Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise – SPPEA/PGR

RA nº 006/2019 - SPPEA/PGR

28 de fevereiro de 2019

PROGRAMAÇÃO SEMANAL										De 05/07/2010 Até 09/07/2010		Página 1 de 2
FDD0193										06/07/2010		
NR	RESP. OBRA	DC	CODINOME	CTA BCD.	05/07	06/07	07/07	08/07	09/07	TOT.SEMANAL	Loc.	OBS (ST)
B.10.17-231803	BG BRASKEM	PN	FERA SEVENP		0	300.000	0	0	0	300.000	SA	DIRETOS
B.10.25-232190	BG BRASKEM	PN	CARANQUELQ/PI		0	2.000.000	0	0	0	2.000.000	RJ	DIRETOS ATENDER CONFORME PLANILHA DE FM
B.10.27-232191	BG BRASKEM	PN	CARANQUELQ/PI		0	2.000.000	0	0	0	2.000.000	SP	DIRETOS ATENDER CONFORME PLANILHA DE FM
B.10.28-232192	BG BRASKEM	PN	CAJU - IPI		0	4.000.000	0	0	0	4.000.000	SP	DIRETOS ATENDER CONFORME PLANILHA DE FM
B.10.29-232193	BG BRASKEM	PN	CAJU - IPI		0	1.000.000	0	0	0	1.000.000	BRASÍLIA	DIRETOS ATENDER CONFORME PLANILHA DE FM
B.10.33-232194	BG BRASKEM	PN	CAMAR - CM		0	2.000.000	0	0	0	2.000.000	SP	DIRETOS ATENDER CONFORME PLANILHA DE FM

Neste relatório do tipo FDD0193\_PROGRAMAÇÃO SEMANAL, cujo arquivo se denomina "FDD019344449[1].pdf", há 2 (dois) registros de pagamentos:

1) O primeiro registro de pagamento destinado ao codinome "**CAJU - IPI**", no dia **06/07/2010**, foi no valor de **R\$ 4.000.000,00** (quatro milhões de reais) e teve a cidade de **SÃO PAULO** como local de entrega do dinheiro. A obra que resultou no pagamento pela Odebrecht constou **BRASKEM** e no campo destinado ao responsável pelo pagamento há a sigla "**BG**", possivelmente em referência a BERNARDO GRADIN (ex-presidente da BRASKEM). O pagamento foi registrado na contabilidade da Odebrecht como Requisição nº **B.10.28-232192** e constou a seguinte instrução: "ATENDER CONFORME PLANILHA DE FM EM SP", sendo a sigla "FM" possível referência ao executivo da Odebrecht FERNANDO MIGLIACCIO.

**Figura 3** - Registro de pagamento no valor de R\$ 4 milhões ao codinome "CAJU - IPI" em 06/07/2010 sob a responsabilidade de BG. (Relatório Gerencial tipo FDD0193 do MyWebDay B).

B.10.28-232192	BG	BRASKEM	PN	CAJU - IPI	0	4.000.000
----------------	----	---------	----	------------	---	-----------

**Figura 4** - Instrução para o pagamento no valor de R\$ 4 milhões ao codinome "CAJU - IPI" em 06/07/2010 na cidade de São Paulo. (Relatório Gerencial tipo FDD0193 do MyWebDay B).

4,000,000 SP DIRETOS ATENDER CONFORME PLANILHA DE FM EM SP

2) O segundo registro de pagamento destinado ao codinome "**CAJU - IPI**", no dia **06/07/2010**, foi no valor de **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais) e teve a cidade de **BRASÍLIA** como local de entrega do dinheiro. A obra que resultou no pagamento pela

**MPF****Ministério Público Federal****Procuradoria Geral da República****Gabinete da Procuradora-Geral da República****Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise – SPPEA/PGR**

RA nº 006/2019 - SPPEA/PGR

28 de fevereiro de 2019

Odebrecht constou **BRASKEM** e no campo destinado ao responsável pelo pagamento há a sigla "**BG**", possivelmente em referência a BERNARDO GRADIN (ex-presidente da BRASKEM). O pagamento foi registrado na contabilidade da Odebrecht como Requisição nº **B.10.29-232193** e constou a seguinte instrução: "ATENDER CONFORME DISPONIBILIDADE DO PARCEIRO EM BRASÍLIA".

**Figura 5** - Registro de pagamento no valor de R\$ 1 milhão ao codinome "CAJU - IPI" em 06/07/2010 sob a responsabilidade de BG. (Relatório Gerencial tipo FDD0193 do MyWebDay B).

B.10.29-232193	BG	BRASKEM	PN	CAJU - IPI	0	1.000.000
----------------	----	---------	----	------------	---	-----------

**Figura 6** - Instrução para o pagamento no valor de R\$ 1 milhão ao codinome "CAJU - IPI" em 06/07/2010 na cidade de Brasília. (Relatório Gerencial tipo FDD0193 do MyWebDay B).

1,000,000 BSB DIRETOS ATENDER CONFORME  
DISPONIBILIDADE DO PARCEIRO EM  
BRASILIA

O outro arquivo localizado no sistema "MyWebDay B" foi o tipo FDD0195, denominado "FDD019544783[1].pdf", que se refere a registros de REQUISIÇÕES LIBERADAS AINDA NÃO EXECUTADAS no período de 01/07/2010 a 31/12/2012 e foi localizado nos relatórios gerenciais extraídos do referido sistema, cujos dados eram armazenados na Suíça pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht.

Neste arquivo também foram encontrados registros indicando a liberação e o encaminhamento dos 2 (dois) pagamentos feitos pela Odebrecht em **06/07/2010**, no total de **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais), destinados ao codinome "**CAJU - IPI**":

**Figura 7** - Liberação e encaminhamento de 2 (dois) pagamentos da Odebrecht em 06/07/2010, no total de R\$ 5,0 milhões, ao codinome "CAJU - IPI". (Relatório Gerencial tipo FDD0195 do MyWebDay B).

**MPF****Ministério Público Federal****Procuradoria Geral da República  
Gabinete da Procuradora-Geral da República  
Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise – SPPEA/PGR**

RA nº 006/2019 - SPPEA/PGR

28 de fevereiro de 2019

**REQUISIÇÕES LIBERADAS AINDA NÃO EXECUTADAS****FDD0195**

De 01/07/2010 Até 31/12/2012

Nº OP.	PROGRAMA	OBRA	CODINOME	DT. PAGTO.	MD	VALOR	EXECUÇÃO	MOVTO
B.10.12	Verba IPI	BRASKEM	OPAIÓ	02/08/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA	230177
B.10.13	Verba IPI	BRASKEM	OPAIÓ	01/09/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA	230178
B.10.14	Verba IPI	BRASKEM	OPAIÓ	01/10/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA	230179
B.10.21	Operação Esmeralda	BRASKEM	COLOMBIANO	09/07/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA	230898
B.10.22	Operação Esmeralda	BRASKEM	COLOMBIANO	10/08/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA	230897
B.10.23	Operação Esmeralda	BRASKEM	COLOMBIANO	10/09/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA	230894
B.10.24	Operação Esmeralda	BRASKEM	COLOMBIANO	11/10/2010	US\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA	230895
B.10.25	Operação Esmeralda	BRASKEM	COLOMBIANO	10/11/2010	US\$	2,288,000.00	ENCAMINHADA	230896
B.10.26	Verba 1	BRASKEM	CARANGUEJO-IPI	06/07/2010	R\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA	232351
B.10.27	Verba 1	BRASKEM	CARANGUEJO-IPI	06/07/2010	R\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA	232191
B.10.28	Verba 2	BRASKEM	CAJU - IPI	06/07/2010	R\$	4,000,000.00	ENCAMINHADA	232192
B.10.29	Verba 2	BRASKEM	CAJU - IPI	06/07/2010	R\$	1,000,000.00	ENCAMINHADA	232193
B.10.30	Verba 3	BRASKEM	CAMPARI - IPI	06/07/2010	R\$	2,000,000.00	ENCAMINHADA	232194

No referido relatório do tipo FDD0195\_ REQUISIÇÕES LIBERADAS AINDA NÃO EXECUTADAS constam importantes informações a respeito do pagamento sob a responsabilidade do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, tais como:

- No primeiro pagamento de **R\$ 4.000.000,00** destinado ao codinome "**CAJU - IPI**" no dia **06/07/2010**: o número da operação e o número do movimento no sistema "MyWebDay B" (**B.10.28 e 232192**), o programa e a obra que resultou no pagamento pela Odebrecht (**VERBA 2 e BRASKEM**), a situação da execução do pagamento (**ENCAMINHADA**), além da data, moeda e valor liberado para pagamento.

- No segundo pagamento de **R\$ 1.000.000,00** destinado ao codinome "**CAJU - IPI**" no dia **06/07/2010**: o número da operação e o número do movimento no sistema "MyWebDay B" (**B.10.29 e 232193**), o programa e a obra que resultou no pagamento pela Odebrecht (**VERBA 2 e BRASKEM**), a situação da execução do pagamento (**ENCAMINHADA**), além da data, moeda e valor liberado para pagamento.



**MPF****Ministério Público Federal****Procuradoria Geral da República****Gabinete da Procuradora-Geral da República****Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise – SPPEA/PGR**

RA nº 006/2019 - SPPEA/PGR

28 de fevereiro de 2019

Por fim, é importante ressaltar que os arquivos citados neste trabalho, extraídos do sistema da Odebrecht denominado "MyWebDay B", encontram-se no *cd-rom* que segue junto a este relatório de análise (**anexo 2**).

## 2 - Conclusão

Conclui-se, portanto, que foram identificados nos relatórios gerenciais extraídos do "MyWebDay B", sistema mantido em sigilo no exterior pelo Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, evidências de pagamentos no ano de **2010**, no montante de **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais), em favor do ex-Senador da República ROMERO JUCÁ, que segundo executivos da Odebrecht foi identificado pelo codinome "**CAJU - IPI**", sendo tais pagamentos contrapartida à atuação do agente político no processo legislativo das Medidas Provisórias nºs 470/2009 e 472/2009, que beneficiaram a Braskem, empresa do Grupo Odebrecht, na concessão de benefícios em matéria de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Os registros localizados indicam que os 2 (dois) pagamentos, no valor de R\$ 4.000.000,00 e R\$ 1.000.000,00, foram liberados e encaminhados no dia **06/07/2010** e tiveram como destinatário o ex-Senador ROMERO JUCÁ, identificado pelos executivos da Odebrecht com o codinome "**CAJU - IPI**".

É o que trago ao conhecimento de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**MPF****Ministério Público Federal****Procuradoria Geral da República  
Gabinete da Procuradora-Geral da República  
Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise – SPPEA/PGR**

RA nº 006/2019 - SPPEA/PGR

28 de fevereiro de 2019

**GILBERTO MENDES**

PERITO CRIMINAL FEDERAL

ASSESSOR-CHEFE

ASSESSORIA DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS

SPPEA/PGR

**Anexo 1:** Documentos da cadeia de custódia das informações fornecidas pela Odebrecht e por autoridades suíças mediante Cooperação Jurídica Internacional em matéria penal Brasil e Suíça.

**Anexo 2:** Cd-rom com os arquivos referentes ao codinome "CAJU - IPI", obtidos nos relatórios gerenciais extraídos do sistema *MyWebDay* e encontrados nos discos rígidos fornecidos pela Odebrecht e pelas autoridades suíças.

Impresso por: 405.069.000-02 Inq 4437  
Em: 30/04/2019 - 10:10



WQ 4437

*Supremo Tribunal Federal*

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

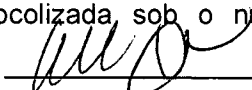
INQ 4437 N° 405/2019-LJ/PGR  
RA n° 006/2019-SPPEA/PGR

Em: 30/04/2019 por: 405-029-638-029 - 19:10:19

*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Atendimento  
Atendimento Judicial

**CERTIDÃO****Petição n. 20.853/2019**

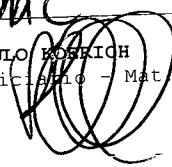
Certifico e dou fé que, no dia 15/4/2019, fiz o recebimento da petição protocolizada, sob o número em epígrafe acompanhada de uma mídia. Eu,  Kátia Cronemberger, técnico judiciário, subscrevi.

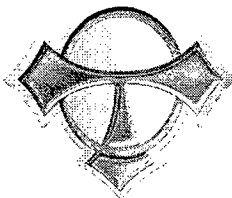
Impresso por: 405.069.638-02 mg 4437  
Em: 30/04/2019 - 19:10:10

**TERMO DE JUNTADA**

Junto a estes autos o protocolado de n°  
77814 /2019 que segue.  
Brasília, 15. de ABRIL de 2019.

PAULO ROBRICH  
Técnico Judiciário - Mat. 3489





MACHADO RAMOS & VON GLEHN  
ADVOGADOS

867 841  
Supremo Tribunal Federal STF Digital

26/11/2018 18:27 0077814



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN DO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL – STF**

**Inquérito nº 4437**

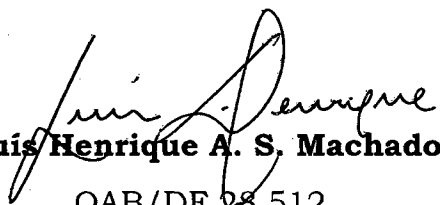
A **DEFESA TÉCNICA** de **JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS**, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, perante vossa excelência, informar que seus advogados podem ser encontrados em novo endereço profissional, para fins de intimação e notificação.

**Machado Ramos & Von Glehn Advogados**

**Endereço: SHIS QL 12, Conjunto 10, Casa 14. Lago Sul. Brasília/DF.  
CEP: 71.630-105**

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 26 de Novembro de 2018

  
**Luis Henrique A. S. Machado**  
OAB/DF 28.512

**Larissa Campos de Abreu**  
OAB/DF 50.991

## INQUÉRITO 4.437 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: ROMERO JUCÁ FILHO
ADV.(A/S)	: ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO
ADV.(A/S)	: ROBERTA CRISTINA RIBEIRO DE CASTRO QUEIROZ
ADV.(A/S)	: MARCELO TURBAY FREIRIA
ADV.(A/S)	: LILIANE DE CARVALHO GABRIEL
INVEST.(A/S)	: JOSE RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
ADV.(A/S)	: LEONARDO RAMOS GONCALVES
ADV.(A/S)	: LUÍS HENRIQUE ALVES SOBREIRA MACHADO
ADV.(A/S)	: MARCOS VON GLEHN HERKENHOFF
INVEST.(A/S)	: EUNICIO LOPES DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA
ADV.(A/S)	: ARY BERGHER E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA
ADV.(A/S)	: GAMIL FÖPPEL
ADV.(A/S)	: GISELA BORGES
ADV.(A/S)	: THIAGO MAIA

DESPACHO: 1. Os autos estão em carga com a autoridade policial desde 8.10.2018.

2. Por meio do ofício protocolizado sob o n. 12.592/2019, o Delegado de Polícia Federal encaminha relatório de análise que versa sobre as mídias digitais fornecidas por Edgard Augusto Venâncio.

3. Ao retorno, junte-se e, após, abra-se vista à Procuradora-Geral da República para que se manifeste, em até 5 (cinco) dias, se o caso é de oferta de denúncia, de arquivamento ou ainda de continuidade das apurações.

Brasília, 15 de março de 2019.

Ministro EDSON FACHIN

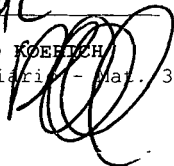
Relator - Documento assinado digitalmente

Impresso por: 405.069.638-02 Inq 4437  
Em: 30/04/2019 - 19:10:10

**TERMO DE JUNTADA**

Junto a estes autos o protocolado de nº  
12654 /2019 que segue.  
Brasília, 16 de Abril de 2019.

PAULO KOEHLER  
Técnico Judiciário - Matr. 3489





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO  
SERVIÇO DE INQUÉRITOS (SINQ/DICOR)

Ofício n.º 0245/2019 - RE 0093/2017-1 - PF/MJSP/SINQ.

Brasília, 12 de março de 2019.

Supremo Tribunal Federal STFDigital

13/03/2019 14:56 0012654



À Sua Excelência o Senhor  
**Ministro Relator EDSON FACHIN**  
Supremo Tribunal Federal

BRASÍLIA/DF

Assunto: **Inquérito nº 4437 - STF.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

No interesse do processo nº 4437 - STF, aqui tombado como **Registro Especial nº 0093/2017-1 - SINQ**, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Análise de Polícia Judiciária nº 01/2019.

Respeitosamente,

LEANDRO ALVES RIBEIRO  
Delegado de Polícia Federal





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MESP – POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO  
SERVIÇO DE INQUÉRITOS (SINQ/DICOR)

**RELATÓRIO DE ANÁLISE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA Nº 001/2019**

**RE 093/2017-1 – INQ 4437/STF**

Ao Delegado de Polícia Federal

**LEANDRO ALVES RIBEIRO**

Assunto: **RE 093/2017-1 PF/MESP-SINQ (INQ. 4437- STF)**

Referência: Memorando nº 1009/2018

**1. INTRODUÇÃO**

Trata-se de solicitação para proceder análise do conteúdo contido nas mídias digitais fornecidas pelo nacional **EDGARD AUGUSTO VENÂNCIO**, gerente de operações da Transnacional Transportes de valores, com o objetivo de identificar dados que confirmem repasse de recursos financeiros a parlamentares brasileiros

**2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A investigação em andamento foi iniciada em decorrência de acordos de colaboração premiada firmados entre o MPF e 77 (setenta e sete) executivos e ex-executivos do GRUPO ODEBRECHT, que relatam em seus depoimentos a prática de crimes cometidos por pessoas com e sem foro por prerrogativa de função no STF.

Alguns destes colaboradores relatam que houve o repasse de vantagem indevida (propina) para políticos pertencentes aos Poderes Executivo

e Legislativo Federal, entre 2009 e 2013, para elaboração, aprovação e promulgação de normas jurídicas que beneficiaram o GRUPO ODEBRECHT.

Neste contexto, o colaborador CLÁUDIO MELO FILHO, Diretor de Relações Institucionais do Grupo Odebrecht em Brasília, responsável por realizar contatos com os parlamentares, no Termo de Depoimento n.º 05, relata que a Odebrecht, em virtude da edição da Medida Provisória 613/2013, destinou cerca de R\$ 7 milhões para parlamentares, de forma a assegurar que os planos do grupo econômico fossem mantidos no Poder Legislativo.

Deste recurso, cerca de R\$ 4 milhões teria sido destinado ao **SENADOR ROMERO JUCÁ** (codinome “Caju” nas planilhas da ODEBRECHT), cerca de R\$ 2 milhões ao **SENADOR EUNÍCIO DE OLIVEIRA** (codinome “Índio” nas planilhas da ODEBRECHT), cerca de R\$ 1 milhão ao **DEPUTADO FEDERAL LÚCIO VIEIRA LIMA** (codinome “Bitelo” nas planilhas da ODEBRECHT) e cerca de R\$ 100 mil ao **DEPUTADO FEDERAL RODRIGO MAIA** (codinome “Botafogo” nas planilhas da ODEBRECHT).

Ainda segundo CLAUDIO MELO, o nacional RICARDO LOPES AUGUSTO ficou responsável pela intermediação do recurso destinado ao **SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA**, enquanto MILTON DE OLIVEIRA LYRA FILHO foi o intermediário da quantia destinada ao **SENADOR ROMERO JUCÁ**.

### 3. MATERIAL ANALISADO

Arquivos copiados de um HD e um notebook descritos nas tabelas abaixo.

Tabela 1 - Material examinado.

SISCRIM Material nº 813/2017-DITEC/PF	
Item	Descrição
01	01 (um) disco rígido da marca MAXTOR, modelo STM3802110A, número de série 5LSC4GA4, com capacidade nominal de 80 GB

Identificação no Auto de Apreensão Correspondente (DPF/SJL/SP)		Identificação no SisCrim	Identificação no presente documento
Apreensão	Item	Material	ID
018/2018 (18.01.2018)	01	030/2018-UTEC/DPF/RPO/SP	O-01
Descrição: 01 (um) disco rígido de marca "WESTERN DIGITAL", modelo "WD5000BEVT", número de série "WXP1A30L3018" e capacidade nominal para 500 GB. O dispositivo foi encaminhado instalado no interior do computador do tipo <i>notebook</i> , de marca "CCE", modelo "WIN D35B" e número de série "1045".			

#### 4. METODOLOGIA EMPREGADA

Foram realizadas consultas com a utilização da ferramenta IPED – Indexador e Processador de Evidência Digitais 3.13.3 nos arquivos copiados pela perícia criminal federal (Laudo n.º 2598/2018 – INC/DITEC/PF) do HD MAXTOR e IPED v3.13.5 nos arquivos copiados pela perícia criminal federal (Laudo n.º 288/2018 – INC/DITEC/PF) do notebook para expressões chaves retiradas do memorando em epígrafe e listadas no quadro abaixo, a fim de identificar dados que ajudem a elucidar os fatos investigados.

Senador – Senador Eunício Oliveira – Índio – Ricardo – Ricardo Lopes Augusto – Grupo Itaipava – Grupo Odebrecht – Odebrecht – Senador Romero Jucá – Caju – Milton de Oliveira Lyra Filho – Milton – Milton Lyra – Lyra – Bitelo – Lúcio Vieira Lima – Deputado Federal Lúcio Vieira Lima – Botafogo – Deputado Federal Rodrigo Maia – Rodrigo Maia – Deputado – Deputado Federal – Romero Jucá – Eunício Oliveira – Itaipava – 24/10/2013 – 27/01/2014 – outubro de 2013 – 10/2013 – 01/2014

#### 5. ANÁLISE

Inicialmente, foram realizadas pesquisas nos arquivos copiados do mencionado HD pela perícia criminal federal.

Em consulta realizada para a expressão "Milton", houve o retorno de tabela contendo conversas mantidas via Skype, aparentemente, entre

colaboradores da Transnacional Transporte de Valores sobre a entrega de valores em espécie destinados a pessoas físicas, entre estes, um tal MILTON. Os diálogos pertinentes aos fatos investigados (item destacado na cor amarelo) foram reproduzidos na tabela abaixo:

ID	DATA	AUTOR	DESTINO	CONTEUDO	ID REMOTO
22351	03/09/2014 17:02:28	1:j.araujo1505@hotmail.com	live:gtnsaopaulo	3- alameda dos anapurus 1661 moema the palace flat 5 star hotel sr Milton a senha é dormente entregar 500 mil	7782
22391	04/09/2014 11:12:55	live:gtnsaopaulo	1:j.araujo1505@hotmail.com	preciso do apartamento que está o MILTON a entrega numero 3	22391
22480	04/09/2014 16:53:42	1:j.araujo1505@hotmail.com	live:gtnsaopaulo	3) ALAMEDA DOS ANAPURUS, 1661, MOEMA, THE PALACE FLAT 5 STAR HOTEL, APTº 510, PAULO OU MILTON, A SENHA É DORMENTE, ENTREGAR R\$ 500.000,00	8222
22495	05/09/2014 09:57:32	1:j.araujo1505@hotmail.com	live:gtnsaopaulo	3) ALAMEDA DOS ANAPURUS, 1661, MOEMA, THE PALACE FLAT 5 STAR HOTEL, APTº 510, PAULO OU MILTON, A SENHA É DORMENTE, ENTREGAR R\$ 500.000,00	8317
23479	16/09/2014 16:43:59	1:j.araujo1505@hotmail.com	live:gtnsaopaulo	7) Rua tuim 18 transamérica theb special moema sr Milton ou nadia a senha é maquinista entregar 500 mil falta o aptº	8387

874

23433	16/09/2014 17:41:48	1:j.araujo1505@hotmail.com	live:gtnsaopaulo	7) Rua tuim 18 transamérica theb special, moema sr <b>MILTON</b> ou nadia a senha é maquinista entregar 500 mil falta o apt°	11811
-------	------------------------	----------------------------	------------------	--	-------

23581	17/09/2014 14:41:59	1:j.araujo1505@hotmail.com	live:gtnsaopaulo	1) RUA ITUIM 18, APT 1708 , TRANSAMERICA THE SPECIAL , MOEMA SR PAULO OU SR <b>MILTON</b> ENTREGAR 500 MIL COM A SENHA MAQUINISTA	12285
-------	------------------------	----------------------------	------------------	---	-------

23594	17/09/2014 15:24:06	1:j.araujo1505@hotmail.com	live:gtnsaopaulo	1) RUA ITUIM 18, APT 1708 , TRANSAMERICA THE SPECIAL , MOEMA SR PAULO OU SR <b>MILTON</b> ENTREGAR 500 MIL COM A SENHA MAQUINISTA 14:41 2) RUA PEDROSO ALVARENGA , 1256 APT 1210 ITAIM BIBI , HOTEL TRANSAMERICA EXECUTIVE FARIA LIMA , SR RICARDO ENTREGAR 500 MIL COM A SENHA JIBOIA 14:46 3) RUA PEDROSO ALVARENGA 1256 APT 1202 ITAIM BIBI HOTEL TRANSAMERICA EXECUTIVE FARIA LIMA , SR ALVARO ENTREGAR 1.000.000,000 4) AV PAULISTA 726 , 17 ANDAR , CONJUNTO 1707 SR FABIO FERREIRA ENTREGAR 100 MIL 14:48 5) AV PAULISTA 1337 CONJUNTO 21 SR EDUARDO ENTREGAR 300 MIL SENHA ALGODÃO 14:52 6) ALAMEDA LORENA 521 HOTEL HB NINETH , APT 1907 sr eron entregar 200 mil com senha calhambeque e 100 mil com a senha flauta 14:53 7) RUA DA CONSOLAÇÃO 2303 , APT HOTEL IBIS BUDGET SÃO PAULO PAULISTA SR AFONSO FABIO ENTREGAR 387 MIL SENHA ROTEIRO 14:54 8) RUA TAMANDARE 348 , 4 ANDAR É O ANDAR INTEIRO , LIBERADADE SR EDILSON ENTREGAR 500 MIL SENHA BESOURO 14:55 9) RUA AUGUSTA 467 , APT 908 SR WILSON ENTREGAR 500 MIL SENHA VELUDO	12323
-------	------------------------	----------------------------	------------------	--	-------

Observa – se dos diálogos reproduzidos acima que os interlocutores conversam sobre a operacionalização de entrega de recursos em espécie (duas entregas cada uma no valor de R\$ 500 mil), no período compreendido entre os dias 04/09/2014 e 17/09/2014, para um tal “Milton”.

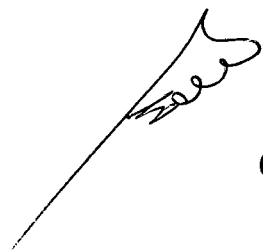
A primeira entrega, aparentemente, foi realizada entre os dias 04/09/2014 e 05/09/2014, na Av. dos Anapurus, n.º 1661, Moema, apto. 510, São Paulo/SP. Em consulta realizada em fontes abertas, o supramencionado endereço está vinculado, atualmente, ao The Tsue Palace Flat, telefone (11) 5095-2199.

A segunda entrega, aparentemente, operacionalizada no período compreendido entre os dias 16/09/2014 e 17/09/2014 tinha como destinatário um tal Milton que deveria ser localizado no endereço, sito, Rua Tuim, n.º 18, apto. 1708, Transamérica The Special, Moema, São Paulo/SP. Em consulta realizada em fontes abertas, identificou – se que o referido endereço se encontra vinculado ao Transamérica Executive Moema, Condomínio Edifício The Special Residence & Flat, telefone (11) 5053-5500.

Com o objetivo de individualizar o nacional MILTON, destinatário de duas entregas de recursos em espécie, aparentemente, realizadas em setembro de 2014 por equipe da Transnacional Transporte de Valores, será indispensável a realização de diligências junto aos supramencionados flats.

Para as demais expressões chaves consultadas não foi encontrado nenhum dado na cópia dos arquivos contidos na mídia digital (HD) que ajudasse a esclarecer os fatos investigados.

Em momento posterior, com a utilização da versão v3.13.5 do IPED, procedeu – se pesquisa na cópia dos arquivos contidos no notebook entregue por EDGARD AUGUSTO VENÂNCIO, não tendo sido encontrado nenhum dado relevante à investigação em curso.



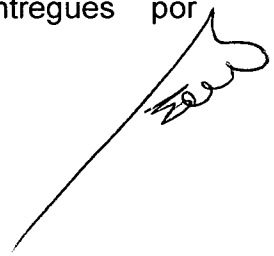
## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No material objeto de análise não foi encontrado nenhum dado que ajudasse a responder os questionamentos formulados pela Autoridade Policial no memorando em epígrafe.

Todavia, dados obtidos em conversas mantidas via aplicativo Skype, identificados em arquivos copiados pela perícia do HD fornecido por EDGARD VENÂNCIO, mencionam duas entregas no valor total de 1 milhão de reais realizadas para um indivíduo de prenome MILTON em flats localizados na cidade de São Paulo.

Verifica-se, portanto, a necessidade de realizar diligências com o objetivo de individualizar o cidadão em questão, de forma a esclarecer se o destinatário das duas entregas realizadas, em setembro de 2014, por colaboradores da Transnacional Transporte de Valores é MILTON DE OLIVEIRA LYRA FILHO, possível intermediário do **SENADOR ROMERO JUCÁ**.


Logo, sugere-se, salvo melhor juízo, que a Autoridade Policial responsável pela investigação em curso solicite a lista de hóspedes dos flats onde o tal Milton se hospedou em setembro de 2014, de forma a identificar o destinatário dos valores em espécie, supostamente, entregues por colaboradores da supramencionada empresa.



Sendo assim, restituo o presente expediente para deliberações  
ulteriores que se fizerem necessárias.

É o relatório.

Brasília/DF, 02 de janeiro de 2019

  
**ELIAS MOURA LIMA JÚNIOR**  
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL  
Classe Especial – Mat. 16.351

Impresso por: 405.069.638-9  
Em: 30/04/2019 - 19:10:33  
INQ 4437-STF



878

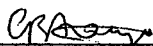
*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Atendimento  
Atendimento Judicial

**CERTIDÃO**

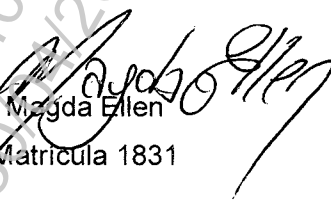
**INQ n. 4437**

Certifico e dou fé que, nesta data, compareceu a este atendimento a jornalista **Camila Bomfim de Almeida Araujo**, Rede Globo, CPF n. 897.2016.521-87 e recebeu pen drive com cópia do volume 3 até fl. 802 do referido processo.



CPF n. 897.2016.521-87

Brasília, 11 de janeiro de 2019 - 18 : 33 min.



Magda Ellen

Matricula 1831

Impresso por: 405063802 Inq 4437  
Em: 30/01/2019 19:10:10

INQ 4437

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção o advogado Matheus Mayer Milanez, OAB/DF 59.370, e recebeu HD externo contendo cópia do volume 3 até fls. 802, bem como do despacho proferido em 31 de outubro de 2018 do processo em epígrafe.



OAB/DF 59.370

Brasília, 6 de dezembro de 2018 - 17h00min.



DENIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula 2190

Impresso por: 4437-0623-17h00min  
Em: 30/10/2019





INQ 4437

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção a Sra. Camila Bomfim de Almeida Araújo, SESPDS/DF 2009060, e recebeu HD externo contendo cópia dos volumes 1 ao 3 até fls.801, bem como das mídias do processo em epígrafe.

  
\_\_\_\_\_  
SESPDS/DF 2009060

Brasília, 4 de dezembro de 2018 - 15h55min.

  
  
DENIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula 2190

Impresso por: 405.2019-2/2019-2  
Em: 30/04/2019 19:10:10  
63802/2019-2 INQ 4437

**INQ. 4437**

# CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção a advogada Ana Célia Castro Porto, OAB/DF 48305, e recebeu cópia física das petições 65796/2018 e 61386/2018 do processo em epígrafe.

OAB/ DF 48305

Brasília, 03 de outubro de 2018 - 14h30min

DENIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula 2190

CERTIDÃO

tífico que, nesta data, compareceu a  
rogada Ana Célia Castro Porto, OAB/  
beu cópia física das petições  
86/2018 do processo em epígrafe.

  
OAB/ DF 48305

Brasília, 03 de outubro de 2018 - 14

  
**DENIS MARTINS FERREIRA**  
Matrícula 2190

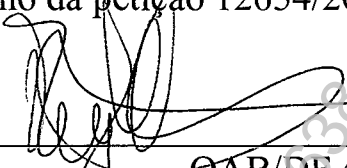
Impresso por: 405-069-298-02914437  
Em: 30/10/2018 19:10:10



INQ 4437

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção o Sr. Pedro Yago Brandão, OAB/DF 17.334/E e recebeu cópia física do despacho proferido em 15 de março de 2019, bem como da petição 12654/2019.

  
\_\_\_\_\_  
OAB/DF 41.956  
Brasília, 15 de março de 2019 - 16h37min.

Nilson Marcelo dos Santos  
Matrícula 2195

Impresso por: 405-062-38-02/INQ 4437  
Em: 30/04/2019 12:10:10

*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Atendimento  
Atendimento Judicial

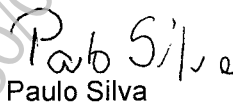
**INQ n. 4437**

Declaro que, nesta data, recebi *pen drive* com cópia do volume 03 (até fl. 802), do processo em epígrafe.



Lorena Rodrigues Lisboa  
CPF n. 047.486.211-92;

Brasília, 06 de março de 2019 – 16 : 56 min.



Paulo Silva  
Matrícula 2386

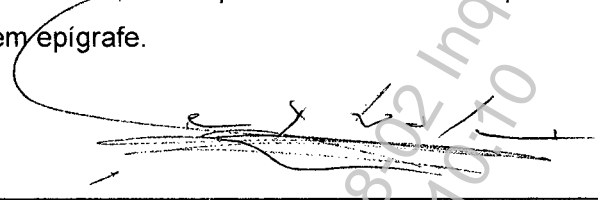
Impresso por: 405059638-02 Inq 4437  
Em: 30/04/2019 19:10:10

*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Atendimento  
Atendimento Judicial

**INQ n. 4437**

Declaro que, nesta data, recebi *pen drive* contendo cópia do volume 3 até fls. 802 processo em epígrafe.



Roberto Baptista  
OAB/DF 3.212

Brasília, 20 de fevereiro de 2019 - 17h55min.

  
Paulo Silva  
Matrícula 2306

Impresso por: 40520696882 Inq4437  
Em: 30/04/2019 - 19:16:10

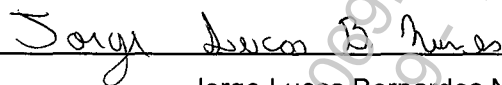
885

*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Atendimento  
Atendimento Judicial

**INQ n. 4437**

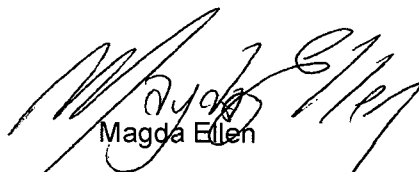
Declaro que, nesta data, recebi cópia física da petição 12654/2019 e do despacho proferido em 15/04/2019 no processo em epígrafe.



Jorge Lucas Bernardes Nunes

OAB/DF 61.232

Brasília, 09 de abril de 2019 – 18h30min.



Magda Ellen

Matrícula 1831



*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Atendimento  
Atendimento Judicial

**INQ n. 4437**

Declaro que, nesta data, recebi *pen drive* com cópia das mídias acostadas na fl. 44 do processo em epígrafe.

Daniella Alkmim de Araújo

Daniella Alkmim de Araújo

OAB/DF nº 17511/E

Brasília, 20 de fevereiro de 2019 – 44 : 59 min.

/ Magda Ellen

Matrícula 1831



Katia Cronemberger Mendes Perazzo  
Coordenadoria de Atendimento  
Matrícula nº 1798

Impresso por: 405-069683-02 Inq4437  
Em: 20/04/2019 - 10:10:10

887

*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Atendimento  
Atendimento Judicial

**CERTIDÃO**

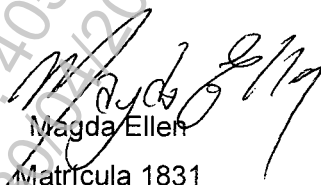
**INQ n. 4437**

Certifico e dou fé que, nesta data, compareceu a este atendimento a estagiária **Giovanna Silva Camelo Paiva**, OAB/DF n. 17517/E e recebeu HD externo com cópia do volume 3 até fl. 802.



OAB/DF n. 17517/E

Brasília, 28 de janeiro de 2019 – 17:56min.




Magda Ellen  
Matrícula 1831

Impresso por: 405069-638-0229-4437  
Em: 28/01/2019 19:10:10

# CERTIDÃO

OAB/DF 48.305

  
**DENIS MARTINS FERREIRA**  
 Matricula 2190

INQ 4437

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção o advogado Matheus Mayer Milanez, OAB/DF 59.370, e recebeu cópia física dos despachos proferidos em 04/10/2018 e 31/10/2018 do processo em epígrafe.

  
OAB/DF 59.370

Brasília, 12 de dezembro de 2018 - 14h50min

  
DENIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula 2190

Impresso por: 405.669.889-02-2018-12-12-14:50  
Em: 30/10/2018 - 14:50

INQ 4437

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção o advogado Matheus Mayer Milanez, OAB/DF 59.370 e recebeu HD externo com cópia do volume 3 até fls. 798 do referido processo.

  
OAB/DF 59.370

Brasília, 9 de novembro de 2018 – 18 h 40 min.

p/ DENIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula 2190

GM

Impresso por: 403069-63402 Inq 4437  
Em: 30/04/2019 19:10:10

INQ 4437

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção o advogado Theuan Carvalho, OAB/SP 343.446 e recebeu cópia física da petição 0012654/2019 do referido processo.



OAB/SP 343.446

Brasília, 18 de março de 2019 – 12h30min.

DENIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula 2190

GM

Impresso por: 40565938 Inq 4437  
Em: 30/04/2019 19:10:10



INQ 4437

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção o advogado Matheus Mayer Milanez, OAB/DF 59.370, e recebeu HD externo contendo cópia do volume 03 até a fl. 802 do processo em epígrafe.

  
OAB/DF 59.370

Brasília, 16 de novembro de 2018 - 16h33min

  
DENIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula 2190

Impresso por: 45.069.637-02 Inq 4437  
Em: 30/10/2018 19:10:10

INQ 4437

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção o estagiário Jorge Lucas Bernardes Nunes, OAB/DF 17.205/E, e recebeu cópia física da petição 77814/2018 do processo em epígrafe.

Jorge Lucas B. Nunes  
OAB/DF 17.205/E

Brasília, 27 de novembro de 2018.17h00min.

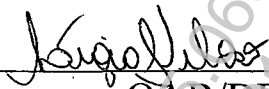
  
DENIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula 2190



**INQ 4437**

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção a advogada Lígia Grácio Veloso, OAB/DF 52.381, e recebeu HD externo contendo cópia do volume 3 até fl. 802 do referido processo.

  
\_\_\_\_\_  
OAB/DF 52.381

Brasília, 27 de novembro de 2018 - 16h30min.

  
DENIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula 2190



INQ 4437

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção o Sr. Marcio Vinicius Nunes, RG 2424117 SSP/DF, e recebeu pen drive contendo cópia do volume 03 até fls. 802 do processo em epígrafe.

Marcio V. Nunes  
RG 2424117 SSP/DF

Brasília, 07 de Novembro de 2018. 16h30min.

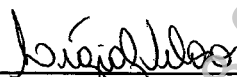
  
DENIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula 2190

Impresso por: 405369-638-02 In: 13/10/10  
Em: 30/11/2019 - 13:10:10

INQ 4437

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção a advogada Lígia Grácio Veloso, OAB/DF 52.381 e recebeu HD externo com cópias dos volumes 1 e 2 até fls. 506, apensos e mídias do referido processo.



OAB/DF 52.381

Brasília, 15 de outubro de 2018 – 16h00min.



DENIS MARTINS FERREIRA

Matrícula 2190

GM


Impresso por: 4050889-02 Inq 4437  
Em: 30/04/2019 10:10




**Inq. 4437**

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, compareceu a esta Seção o advogado Matheus Mayer Milanez, OAB/DF 59.370, e recebeu pen drive contendo cópia dos volumes 1 ao 3 até fls. 795, bem como dos apensos 1 ao 4 do processo em epígrafe.

  
OAB/DF 59.370

Brasília, 05 de outubro de 2018 - 15h30min

  
DENIS MARTINS FERREIRA  
Matrícula 2190

Impresso por: 405-0292638-02/2018-09-10:10:10:4437  
Em: 30/10/2018 19:10:10:4437

*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Atendimento  
Atendimento Judicial

**Inq n. 4.437**

Declaro que, nesta data, recebi um *HD externo* com cópia dos 3 volumes até a fl. 807, dos 4 apensos e mídias acostadas do processo em epígrafe.



Hugo Cesar Marques

CPF: 275.397.841-72

Brasília, 15 de abril de 2019 -/6 h24

Paulo Silva

Paulo Silva

Matrícula 2386

Impresso por: 405.063.852-02 Inq 4437  
Em: 20/04/2019 - 10:10:10



**INQ 4437**

**CERTIDÃO**

Certifico que foi feita cópia de segurança da mídia acostada à  
folha 865.

Brasília, 16 de abril de 2019.

**PAULO ROBERTO KOERICH FILHO**  
Matrícula 3489

Impresso por: 405.0698202 Inq 4437  
Em: 30/04/2019 10:10

**TERMO DE JUNTADA**

Junto a estes autos o protocolado de nº  
21481 /2019 que segue.  
Brasília, 16 de abril de 2019.

**PAULO ROBERTO KOERICH FILHO**  
Técnico Judiciário - Mat. 3489

Excelentíssimo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal – Edson Fachin

Supremo Tribunal Federal S1-Digital

16/04/2019 15:48 0021481



Inq n. 4.437

Rodrigo Maia, Deputado Federal, devidamente qualificado nos autos deste inquérito, vem, por seus advogados infra-assinados, requerer juntada do substabelecimento de procuração em anexo e cópia integral dos autos.

Brasília-DF, 16 de abril de 2019.

Danilo Bomfim

OAB/DF 30.959

Weslen Messias Rodrigues

OAB/DF 15.837/E

SUBSTABELECIMENTO

**Danilo Bomfim Soares**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/DF sob o número 30.998, substabelece, com reservas, a **Weslen Messias Rodrigues**, brasileiro, estagiário, inscrito na OAB/DF sob o número 15.837/E, os poderes conferidos por Rodrigo Maia.

Por fim, este advogado declara que se responsabiliza por todos os atos praticados pelo estagiário acima identificado, consoante dispõe o § 1º, do ar. 95 do Provimento Geral da Corregedoria do TJDF.

Brasília/DF, 16 de Abril de 2019.

  
**Danilo Bomfim**  
OAB/DF 30.998

Impresso por: 405.069.638-02/mq4437  
Em: 30/04/2019 - 19:10:10



*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Atendimento  
Atendimento Judicial


**Inq n. 4437**

Declaro que, nesta data, recebi um *HD externo* com cópia dos volumes 3 e 4 até a fl. 898 do processo em epígrafe.

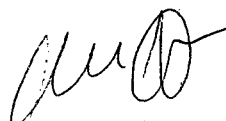


Giovana Silva Camelo Paiva  
CPF: 047.197.581-85

Brasília, 16 de abril de 2019 – h



Paulo Silva  
Matrícula 2386



Katia Cronemberger Mendes Pereira  
Coordenadoria de Atendimento  
Matrícula nº 1793

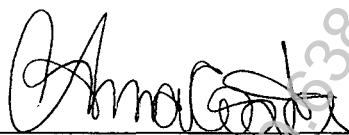
Impresso por: 405.069.638-02 Inq 4437  
Em: 30/04/2019 - 13:10:10

*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Atendimento  
Atendimento Judicial

**INQ 4437**

Declaro que, nesta data, recebi *pen drive* com cópia dos volumes 3 e 4 (até fl. 898), e mídia acostada à fl. 865 do processo em epígrafe.



Anna Luiza Domingues Costa

CPF n. 017.188.021-88

Brasília, 22 de abril de 2019 – 14:30 min.



Magda Ellen

Matrícula 1831

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Exmo. (a) Sr. (a)  
Ministro(a) Relator(a)  
Brasília, 22 de ABRIL de 2019.

PAULO ROBERTO  
Técnico Judiciário - Mat. 3489

SOMENTE OS  
4 VOLUMES

STE/SPDC

Em 29/09/2019 às 18:25

Por meio de 4 volumes

o (a) (por linha) conclui

DEUSA

[Assinatura]

Servidor/Estagiário-Matricula

somente os 4 volumes

Impresso por: 405.062  
Em: 30/04/2019 19:10:10 Inq 4437

**INQUÉRITO 4.437 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. EDSON FACHIN</b>
<b>AUTOR(A/S)(ES)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: ROMERO JUCÁ FILHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ROBERTA CRISTINA RIBEIRO DE CASTRO QUEIROZ</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCELO TURBAY FREIRIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LILIANE DE CARVALHO GABRIEL</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: JOSE RENAN VASCONCELOS CALHEIROS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LEONARDO RAMOS GONCALVES</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LUÍS HENRIQUE ALVES SOBREIRA MACHADO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCOS VON GLEHN HERKENHOFF</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: EUNICIO LOPES DE OLIVEIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ARY BERGHER E OUTRO(A/S)</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: GAMIL FÖPPEL</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: GISELA BORGES</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: THIAGO MAIA</b>

**DECISÃO: 1** Trata-se de Inquérito instaurado a partir do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, com objetivo de investigar supostos ilícitos perpetrados pelos ex-parlamentares Romero Jucá Filho, Eunício Lopes de Oliveira e Lúcio Quadros Vieira Lima, como também pelo Senador da República José Renan Vasconcelos Calheiros e Deputado Federal Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia.

Em linhas gerais, relataram os colaboradores Alexandrino de Salles Ramos de Alencar (Termo de Depoimento n. 21.2), Carlos José Fadigas de Souza (Termo de Depoimento n. 6), Cláudio Melo Filho (Termos de Depoimento ns. 5, 6, 37 e 38), Emílio Alves Odebrecht (Termo de Depoimento n. 10), José de Carvalho Filho (Termos de Depoimento ns. 18,

INQ 4437 / DF

23 e 24) e Marcelo Bahia Odebrecht (Termos de Depoimento n. 6, 17, 21 e 32) que o Grupo Odebrecht efetuou o pagamento de vantagem indevida com a finalidade de obter a aprovação de legislação favorável aos interesses da companhia (Medidas Provisórias 470/09, 472/10 e 613/13 e posterior conversão em lei).

Acatando promoção ministerial, autorizei, em 4.4.2017, a instauração deste Inquérito (fls. 21-26), quando especifiquei, na autorização de deflagração das apurações, que advinha do cenário delitivo descrito pelos colaboradores *“que a edição da MP 470/09, por exemplo, teria motivado o pagamento de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a pretexto de favorecimento à campanha de Dilma Roussef à Presidência da República, no ano de 2010. Contudo, referido valor foi empregado com outros fins, como o patrocínio a revistas e pagamentos a João Santana e a João Vaccari, providências supostamente implementadas por orientação do então Ministro da Fazenda Guido Mantega. A MP 613/13, por sua vez, teria demandado o pagamento de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a pretexto de favorecimento à campanha de Dilma Roussef à Presidência da República, no ano de 2014. Além disso, o Grupo Odebrecht teria atuado no âmbito do Congresso Nacional objetivando a conversão das medidas provisórias em lei. São relatados pagamentos de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), sendo R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) destinados aos Senadores da República Romero Jucá e Renan Calheiros, atuando o primeiro em nome do segundo, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) destinados ao Senador da República Eunício Oliveira, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao Deputado Federal Lúcio Vieira Lima e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao Deputado Federal Rodrigo Maia. Todos esses repasses teriam sido implementados por meio do Setor de Operações Estruturadas do grupo Odebrecht, sendo os beneficiários identificados no sistema ‘Drousys’ como ‘Caju’ (Senador da República Romero Jucá), ‘Índio’ (Senador da República Eunício Oliveira), ‘Bitelo’ (Deputado Federal Lúcio Vieira Lima) e ‘Botafogo’ (Deputado Federal Rodrigo Maia)”*.

A Procuradoria-Geral da República sustenta a necessidade de prosseguimento das investigações à ultimação de diligências faltantes quanto aos fatos relacionados (i) à aprovação das Medidas Provisórias

INQ 4437 / DF

470/2009 e 472/2009, quanto ao investigado Romero Jucá Filho (item II.1.2); e (ii) à aprovação da Medida Provisória 613/2013, em relação aos investigados Lúcio Quadros Vieira Lima, Romero Jucá Filho e Eunício de Oliveira (itens II.2.1 e 2).

Em contrapartida, promove o arquivamento, desde logo, das apurações referentes (i) à aprovação das Medidas Provisórias 470/2009 e 472/2009, em relação aos investigados José Renan Vasconcelos Calheiros, Eunício Lopes de Oliveira, Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia e Lúcio Quadros Vieira Lima; e (ii) à aprovação da Medida Provisória 613/2013, no que tange a José Renan Vasconcelos Calheiros e a Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia.

Sublinha, na sequência, a superveniente incompetência deste Supremo Tribunal Federal à a supervisão do feito, ante o término do mandato de Senador da República de Romero Jucá Filho e de Eunício Lopes de Oliveira, bem assim à mingua de menção a outra autoridade detentora de prerrogativa de foro nesta Suprema Corte, informando, ademais, o oferecimento de denúncia contra Lúcio Quadros Vieira Lima, em razão das notícias de crime pela tramitação da MP 613/2013.

Requer, desse modo, o reconhecimento da incompetência do Supremo Tribunal Federal para o processamento do feito, com a consequente remessa à Seção Judiciária do Distrito Federal/DF.

2. Início registrando, quanto ao pedido de arquivamento de parte das investigações, que, à exceção das hipóteses em que a Procuradora-Geral da República formula pedido de arquivamento de Inquérito sob o fundamento da atipicidade da conduta ou da extinção da punibilidade, é pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte considerando obrigatório o deferimento do pedido, independentemente da análise das razões invocadas. Trata-se de decorrência da atribuição constitucional ao Procurador-Geral da República da titularidade exclusiva da *opinio delicti* a ser apresentada perante o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, cito trecho de ementa que bem resume a questão:

“(...) 4. Na hipótese de existência de pronunciamento do Chefe do Ministério Público Federal pelo arquivamento do

INQ 4437 / DF

inquérito, tem-se, em princípio, um juízo negativo acerca da necessidade de apuração da prática delitiva exercida pelo órgão que, de modo legítimo e exclusivo, detém a *opinio delicti* a partir da qual é possível, ou não, instrumentalizar a persecução criminal. 5. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal assevera que o pronunciamento de arquivamento, em regra, deve ser acolhido sem que se questione ou se entre no mérito da avaliação deduzida pelo titular da ação penal. Precedentes citados: INQ nº 510/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, unânime, DJ 19.4.1991; INQ nº 719/AC, Rel. Min. Sydney Sanches, Plenário, unânime, DJ 24.9.1993; INQ nº 851/SP, Rel. Min. Néri da Silveira, Plenário, unânime, DJ 6.6.1997; HC nº 75.907/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, maioria, DJ 9.4.1999; HC nº 80.560/GO, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, unânime, DJ 30.3.2001; INQ nº 1.538/PR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, unânime, DJ 14.9.2001; HC nº 80.263/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, unânime, DJ 27.6.2003; INQ nº 1.608/PA, Rel. Min. Marco Aurélio, Plenário, unânime, DJ 6.8.2004; INQ nº 1.884/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, Plenário, maioria, DJ 27.8.2004; INQ (QO) nº 2.044/SC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, maioria, DJ 8.4.2005; e HC nº 83.343/SP, 1ª Turma, unânime, DJ 19.8.2005. 6. Esses julgados ressalvam, contudo, duas hipóteses em que a determinação judicial do arquivamento possa gerar coisa julgada material, a saber: prescrição da pretensão punitiva e atipicidade da conduta. Constata-se, portanto, que apenas nas hipóteses de atipicidade da conduta e extinção da punibilidade poderá o Tribunal analisar o mérito das alegações trazidas pelo PGR. 7. No caso concreto ora em apreço, o pedido de arquivamento formulado pelo Procurador-Geral da República lastreou-se no argumento de não haver base empírica que indicasse a participação do parlamentar nos fatos apurados. 8. Questão de ordem resolvida no sentido do arquivamento destes autos, nos termos do parecer do MPF" (INQ 2.341 QO, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 28.6.2007).

INQ 4437 / DF

À luz desse quadro, impõe-se o acolhimento da promoção ministerial indicada nas letras “b” e “c” à fl. 853, com a ressalva de que o arquivamento deferido com fundamento na falta de provas suficientes à denúncia não impede o prosseguimento das investigações caso futuramente surjam novas evidências.

3. Como conseqüência deste arquivamento parcial, remanesçam nestes autos os possíveis fatos delituosos envolvendo exclusivamente os ex-congressistas Romero Jucá Filho e Eunício Lopes de Oliveira.

Nada obstante, com o encerramento da 55ª legislatura do Senado Federal, adveio o término do mandato parlamentar de ambos os políticos, a configurar a superveniente causa de cessação da competência jurisdicional do Supremo Tribunal Federal, nos termos de pacífica jurisprudência, *mutatis mutandis*:

“INQUÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APURAÇÃO DE SUPOSTOS CRIMES COMETIDOS POR AUTORIDADE COM PRERROGATIVA DE FORO. CESSAÇÃO DA INVESTIDURA E DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DA INVESTIGAÇÃO À JUSTIÇA FEDERAL LOCAL. POSSÍVEL CONEXÃO COM OS FATOS APURADOS EM INVESTIGAÇÃO JÁ EM CURSO. 1. A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal é no sentido de não mais subsistir a sua competência penal originária se, no curso do inquérito ou da ação penal, sobrevém a cessação da investidura do investigado ou acusado no cargo, função ou mandato cuja titularidade justificava a outorga de prerrogativa de foro (INQ 2.429-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJe 17-8-2007; INQ 2.379- AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJe de 6-6- 2007; INQ 1.376-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ 16.3.2007). 2. (...) 3. Agravo regimental a que se nega provimento” (PET 6.197, Rel.: Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 6.9.2016)



INQ 4437 / DF

“AÇÃO PENAL CONTRA DEPUTADO FEDERAL. QUESTÃO DE ORDEM. RENÚNCIA AO MANDATO. PRERROGATIVA DE FORO. 1. A jurisprudência dominante no STF é no sentido de que, cessado o mandato parlamentar por qualquer razão, não subsiste a competência do Tribunal para processar e julgar, originariamente, ação penal contra membro do Congresso Nacional. 2. (...) 4. Seja pela orientação do relator, que não aplicava o critério que propunha ao presente caso, seja pela manutenção da jurisprudência que prevalece de longa data, a hipótese é de resolução da Questão de Ordem com determinação de baixa da ação penal ao juízo competente, para prolação de sentença” (AP 536 QO, Rel.: Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 27.3.2014).

Assim sendo, considerando que, nos fatos narrados, não há menção a outra autoridade com prerrogativa de foro nesta Suprema Corte, exsurge a necessidade de redirecionamento das apurações à esfera jurisdicional diversa.

4. Concernente, então, ao juízo destinatário das investigações que subsistem, não há reparo à indicação feita pela Procuradora-Geral da República, porque, no tocante ao critério funcional, os fatos aparentemente delituosos aqui apurados teriam sido praticados em detrimento dos serviços da União, incidente, pois, a hipótese prevista no art. 109, I, da Constituição. De outro lado, sob a óptica territorial, as tratativas espúrias teriam ocorrido em Brasília/DF.

Ressalto, por fim, que o presente encaminhamento não importa em qualquer definição absoluta de competência, que se submete à avaliação exauriente das instâncias próprias.

5. Pelo exposto: (a) com base no art. 3º, I, da Lei 8.038/1990 e art. 21, XV, e art. 231, § 4º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal **defiro o pedido arquivamento deste Inquérito** promovido pela Procuradoria-Geral da República em face (i) dos fatos pertinentes à aprovação das Medidas Provisórias 470/2009 e 472/2009, em relação aos investigados **José Renan Vasconcelos Calheiros, Eunício Lopes de**

INQ 4437 / DF

Oliveira, Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia e Lúcio Quadros Vieira Lima, com eventuais ressalvas do art. 18 do Código de Processo Penal e (ii) dos episódios atinentes à aprovação da Medida Provisória 613/2013, também quanto aos investigados José Renan Vasconcelos Calheiros e Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia; (b) com fundamento no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no art. 109 do Código de Processo Penal, reconheço, por causa superveniente, a incompetência deste Supremo Tribunal Federal, ordenando o envio imediato deste inquérito à Seção Judiciária do Distrito Federal, exclusivamente para continuidade das investigações remanescentes: (i) aprovação das Medidas Provisórias 470/2009 e 472/2009, quanto ao investigado Romero Jucá Filho (item II.1.2); e (ii) aprovação da Medida Provisória 613/2013, em relação aos investigados Lúcio Quadros Vieira Lima, Romero Jucá Filho e Eunício Lopes de Oliveira (itens II.2.1 e 2).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de abril de 2019.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

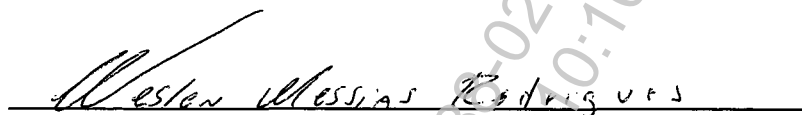
*Documento assinado digitalmente*

*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Atendimento  
Atendimento Judicial

**Inq n. 4437**

Declaro que, nesta data, recebi um *Pen Drive* com cópia dos volumes 3 e 4 até a fl. 898 do processo em epígrafe.



Weslen Messias Rodrigues  
OAB/DF 15837/E

Brasília, 22 de abril de 2019 4h50



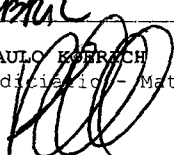
Magda Ellen  
Matrícula 1831

Impresso por: 405.069.638-02 Inq 4437  
Em: 30/04/2019 - 19:10:10

**TERMO DE JUNTADA**

Junto a estes autos o protocolado de nº 24241  
Brasília, 30 de maio de 2019.

PAULO ROBERTO  
Técnico Judiciário - Mat. 3489





ARISTIDES JUNQUEIRA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Aristides Junqueira Alvarenga  
Luciana Moura Alvarenga Simioni

Juliana Moura Alvarenga Dilascio  
Roberto Baptista

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN,  
RELATOR DO INQUÉRITO Nº 4437/DF**

Supremo Tribunal Federal

29/04/2019 19:29 0024241



**EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA**, já qualificado nos autos do procedimento acima referido, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus procuradores, **reiterar o pedido de arquivamento do inquérito, em relação ao Requerente**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

O pedido de instauração do inquérito foi deferido por Vossa Excelência em **04 de abril de 2017**.

Após diversas idas e vindas do procedimento, há pouco mais de 24 meses de tramitação, ou seja, há mais de 2 (dois) anos, os autos retornaram da Polícia Federal, sem conclusão das investigações e, em petição protocolada nessa colenda Corte no dia 15 de abril de 2019, a Procuradora-Geral da República requereu, quanto a Eunício de Oliveira, o prosseguimento das investigações perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.



No entanto, como será abaixo demonstrado, quer seja pela ausência de justa causa, quer seja pelo longo período de tramitação do procedimento, o inquérito deverá ser arquivado.

### DA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES

Conforme já afirmado em petição anterior, o inquérito deverá ser arquivado por força do disposto nos arts. 21, XV, "e", e 231, § 4º, "e", do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal-RISTF, tendo em vista a ausência de indícios mínimos de autoria, bem como o descumprimento dos prazos legais.

Como visto, desde que o inquérito foi instaurado, há mais de dois anos, algumas diligências foram feitas pela Polícia Federal e outras continuam pendentes, segundo última manifestação da PGR, sem que maiores evoluções nas investigações possam ser constatadas em relação ao Requerente. E não haverá qualquer evolução no sentido de se apontar para a ocorrência de crime no que diz respeito a alguma conduta que tenha sido praticada pelo ora Requerente, pois nada ocorreu penalmente relevante.

Com efeito, ele, ainda como Senador, foi ouvido pela autoridade policial e demonstrou, inclusive com a apresentação de certidões, que não teve qualquer participação na tramitação das medidas provisórias referidas no pedido de abertura do inquérito e, também, não teve qualquer contato e/ou tratativa com qualquer executivo do grupo Odebrecht.



ARISTIDES JUNQUEIRA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Aristides Junqueira Alvarenga  
Luciana Moura Alvarenga Simioni

Juliana Moura Alvarenga Dillascio  
Roberto Baptista

Com objetivo de contrapor à manifestação do Requerente, a Procuradora-Geral da República afirmou, para justificar o pedido de continuidade de investigações, que:

“No caso específico da MP n. 613, ele atuou favoravelmente à pretensão dos corruptores, como se extrai do pronunciamento oral que fez (último parágrafo de fl. 419), o que torna sem credibilidade, ao menos neste momento, a versão apresentada por sua defesa à fl. 287.”

E, mais a frente, assim afirma:

“Finalmente, o Relatório de Análise n. 085/2018-SPPEAIPGR (fls. 808 e ss) confirmou os registros de pagamentos, contemporâneos aos fatos, de R\$ 2.100.000,00 milhões a EUNÍCIO DE OLIVEIRA e R\$ 2.750.000,00 a ROMERO Jucá (fls. 810 e 812). Além desses registros, há os *e-mails* de programação de pagamentos - igualmente contemporâneos a 2013 (fls. 814 e 816).

Dito isso, entendo que esta investigação precisa prosseguir em relação aos dois para avaliar, entre outros aspectos, a critério do novo *promotor natural* em primeira instância, o seguinte: se há registros ou meios de prova de que MILTON LYRA (fl. 133) e RICARDO LOPES AUGUSTO (fl. 134) operaram para os recebimentos dos valores noticiados à fl. 133; se houve contatos telefônicos de colaboradores com RICARDO LOPES AUGUSTO (fl. 169); avaliar se Maria Lúcia Tavares pode agregar alguma informação específica sobre estas entregas (as cópias de suas oitivas acostados autos não enfrentam a hipótese criminal deste inquérito), ou se a busca em endereços, relacionados a ela é reveladora; se Cláudio Melo Filho apresentou os *e-mails* que citou à fl. 204 e se há relevância em seus teores, notadamente para aferir a conduta de EUNÍCIO DE OLIVEIRA em possível tentativa de obstrução da MP, conforme fl. 498; produção e juntada de relatório de análise de polícia judiciária a respeito



do conteúdo das informações nas mídias apresentadas por Edgard Augusto Venâncio, gerente de operações da Transnacional Transportes de Valores (empresa que prestava serviços de entregas de "valores oriundos da Odebrecht)."

No entanto, a pedido da defesa do Requerente, o Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal expediu uma nota técnica para explicar a tramitação e as questões afetas à participação do Requerente quanto à apreciação da Medida Provisória em questão (documento anexo). Da referida nota podem ser extraídos os seguintes trechos que bem elucidam todo o contexto:

"Nesses termos, esta Secretaria-Geral da Mesa responde da seguinte forma aos questionamentos apresentados:

'1. O Senador Eunício Oliveira fez algum pronunciamento no Senado Federal na sessão do dia 29 de agosto de 2013? Esse pronunciamento referia-se à Medida Provisória nº 613?'

O Sr. Eunício Oliveira usou da palavra nos primeiros instantes da Ordem do Dia da sessão de quinta-feira, 29 de agosto de 2013, para apoiar a manifestação do último orador do Período do Expediente, Sr. Cristovam Buarque, que formulou crítica à decisão da Câmara dos Deputados na véspera de não cassar o deputado Donaldo Donadon.

Na sequência, o Sr. Eunício Oliveira criticou a Câmara pela demora na aprovação de duas PECs que ele considerava importantes, uma delas, para evitar que medidas provisórias chegassem ao Senado sem prazo para análise das emendas aprovadas na Câmara, como aquela que estava na pauta da sessão. Em passant, ele registrou que a medida provisória original era positiva e importante para o Nordeste, especialmente os estados produtores de álcool de cana-de-açúcar. Mas esse não foi o ponto central do pronunciamento.





**ARISTIDES JUNQUEIRA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Aristides Junqueira Alvarenga  
Luciana Moura Alvarenga Simioni

Juliana Moura Alvarenga Dilásio  
Roberto Baptista

A manifestação não foi considerada, à época dos fatos, como sendo referente à MP 613 e por isso mesmo sequer foi associada à matéria na indexação da base de dados de discursos do Senado Federal.

2. A eventual resposta positiva ao item 1 contradiz a certidão expedida em 18 de abril de 2017 pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal que afirmava não ter havido participação do então Senador Eunício Oliveira na discussão ou encaminhamento da Medida Provisória nº 613?

Não. A deliberação de uma proposição legislativa tem fases muito marcadas de discussão, encaminhamento e votação, que ocorrem após a matéria ser anunciada pelo Presidente. O Sr. Eunício Oliveira fez manifestação que tratava inicialmente sobre outro assunto, antes do anúncio da MP 613 pelo Presidente, e essa manifestação era mais uma SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA 18 crítica ao procedimento da Câmara do que propriamente ao mérito da medida provisória.

3. O Senador Eunício Oliveira, então líder do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal, tomou alguma medida ou postura que possa ser lida como obstrução à votação da Medida Provisória nº 613 no Senado Federal?

Pode-se afirmar categoricamente que não. Considerando que a sessão, na tarde da quinta-feira 29/8/2013, contava com a presença de 64 senadores e que o então senador Eunício Oliveira liderava uma bancada de 28 senadores, o mero indicativo de obstrução por seu líder já inviabilizaria a aprovação da matéria, pois a sessão restaria sem o quórum mínimo de 41 senadores para deliberação. Além disso, não houve qualquer requerimento de adiamento da discussão ou da votação, nem encaminhamento contra ou a favor da matéria durante sua discussão e votação."



Como se constata, a nota técnica não deixa dúvida da inverdade mencionada pelo colaborador quanto à “obstrução” imputada ao Requerente com objetivo de obter vantagem indevida.

Aliás, o próprio colaborador Cláudio Melo, quando ouvido perante a Polícia Federal, no dia 05 de julho de 2017, assim afirmou, conforme se extrai do termo de depoimento:

“QUE, esclarece que durante a tramitação da MP 613/13 recebeu um pedido de contribuição eleitoral de ROMERO JUCÁ, não obstante 2013 não ser ano eleitoral e este pedido abrangeria o Senador RENAN CALHEIROS; QUE, neste primeiro momento, não houve definição dos valores que seriam disponibilizados para JUCÁ e RENAN; ... o depoente esclarece que em dezembro de 2013 RICARDO LOPES AUGUSTO procurou o depoente para cobrar doação que havia sido ajustada com ROMERO JUCÁ durante a tramitação da MP, momento em que o depoente o encaminhou para tratar do assunto com JOSÉ DE CARVALHO FILHO; ... QUE, foram repassados, segundo a planilha DROUSYS, R\$ 2.100.000,00 para o Senador EUNICIO OLIVEIRA, codinome “INDIO”, por intermédio de RICARDO LOPES AUGUSTO; ... QUE, questionado de que maneira teria ocorrido a “obstrução” citada no email redigido pelo depoente para MARCELO ODEBRECHT com cópia para CARLOS FADIGA e LUIZ MENDONÇA no dia 28/08/2013, conforme transcrito no anexo 3.6, as fls. 76 do apenso 1, tendo em vista a certidão de fls. 171, apresentado pelo Senador EUNÍCIO OLIVEIRA, esclarece que teria recebido essa informação de sua equipe técnica, que por sua vez teria recebido da equipe de relações institucionais da BRASKEM; QUE, não teria presenciado esta atuação do Senador em referencia, e que qualquer comentário realizado a época dos fatos teria se embasado nas informações que teria recebido de terceiros;... e quando utilizou a expressão “criando dificuldade para vender facilidade”, a usou de forma genérica, sem ter ciência se no caso em tela o Senador EUNICIO OLIVEIRA poderia estar



ARISTIDES JUNQUEIRA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Aristides Junqueira Alvarenga  
Luciana Moura Alvarenga Simioni

Juliana Moura Alvarenga Dilascio  
Roberto Baptista

obstruindo a tramitação da MP 613/13 para que fosse oferecido o pagamento de alguma contrapartida pela ODEBRECHT, por exemplo;  
QUE, se compromete a encaminhar no prazo de 10 dias os emails que teria recebido de sua equipe, que por sua vez recebeu da equipe de RI da BRASKEM, sobre a atuação do Senador EUNICIO OLIVEIRA durante a tramitação da MP 613/13, para esclarecer o que seria a "obstrução" citada no email acima;" (destaques do Requerente).

Posteriormente, com o intuito de "comprovar" a aventada obstrução, Claudio Melo Filho fez a juntada de um pronunciamento feito pelo Manifestante no dia da votação da MP, mas, como já mencionado e esclarecido pela recente nota técnica emitida pelo Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, o pronunciamento não obstruiu e/o embaraçou a votação da MP.

Além disso, há várias contradições nos depoimentos dos delatores Claudio Melo Filho e José de Carvalho Filho.

Assim afirmou José de Carvalho Filho, conforme registro dos principais pontos do depoimento relativo aos termos de colaboração nº 23, datado de 13 de dezembro de 2016:

Entre o fim de 2013 e começo de 2014, CARLOS SOUZA autorizou pagamento de 2,1 milhões de reais a EUNÍCIO, via seu assessor RICARDO AUGUSTO. Pagamento em dinheiro, com troca de senha e endereço de entrega.

...

Quem comunicou o pagamento ao depoimento foi Claudio Melo Filho.

...

Acredita que EUNÍCIO atuava em favor da empresa. As "contribuições" ocorriam com base nessa perspectiva.

...



Claudio Melo Filho repassou o contato de Ricardo Augusto.

...

Participou apenas do pagamento de 1 milhão (primeira parcela). O segundo, em 2014, de 1.1 milhão, não participou.

...

Não sabe quem fez o segundo pagamento.”

No depoimento de Claudio Melo Filho, antes referido, ele afirma: “o depoente esclarece que em dezembro de 2013 RICARDO LOPES AUGUSTO (citado como emissário do Requerente) procurou o depoente para cobrar doação que havia sido ajustada com ROMERO JUCÁ durante a tramitação da MP, momento em que o depoente o encaminhou para tratar do assunto com JOSÉ DE CARVALHO FILHO.”

Já JOSÉ DE CARVALHO FILHO informa que efetuou um pagamento a Ricardo em outubro de 2013, portanto, antes da data em que Claudio Melo teve contato com Ricardo e antes que pedisse para José Carvalho tratasse do assunto. A contradição é evidente!

Ademais, quanto ao pagamento que afirmam ter sido feito em janeiro, ninguém sabe informar quem cuidou de tal entrega. É mais um fato sem explicação! Claudio Melo afirma que foi José Carvalho que cuidou de tudo, mas este, por sua vez, disse que só coordenou o primeiro pagamento, sempre atendendo ao que havia sido mencionado por Claudio Melo.

E, por último, nos relatórios feitos pela Polícia Federal, não há menção a registro encontrados em nome do Requerente. O Relatório a que a PGR faz referência é análise elaborada pelo próprio Ministério Público Federal no famigerado sistema “Drousys”, criado pelos delatores, ou seja, lá foram inseridas as informações que eles entendiam convenientes.



ARISTIDES JUNQUEIRA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Aristides Junqueira Alvarenga  
Luciana Moura Alvarenga Simioni

Juliana Moura Alvarenga Dilascio  
Roberto Baptista

916

Seria crível que o Requerente, via qualquer intermediário, fosse cobrar uma “dívida” da empresa originada em agosto somente em dezembro? A empresa entregaria um valor sem nenhum prévio contato com o Requerente, quer seja quanto à votação da Medida Provisória, como em relação ao valor que seria devido?

Como visto, as delações dos executivos são absolutamente contraditórias e sem qualquer fundamento. Aliás, contrariam a evidência dos fatos e se baseiam nas suposições e, por isso, não merecem a mínima credibilidade, além da inexistência de qualquer prova que lhes dê suporte.

Apenas o Ministério Público Federal, por sua Chefe, faz esforço vão para manter, a qualquer custo, delações premiadas por ele efetivadas, ainda que, para tanto, tenha que tachar de “sem credibilidade” a versão apresentada por sua defesa à fl. 287, que inclui certidões expedidas pela Secretaria da Mesa Diretora do Senado Federal!!!

Para a Procuradora-Geral da República, críveis são, apenas as palavras e promessas dos delatores, colaboradores de si próprios, que procuram *e-mails* inexistentes e apresentam documento público de sessão do Senado Federal que não retratam nenhuma manifestação do Requerente em prol da Medida Provisória nº 613, em questão!

Mas, para a Procuradora-Geral da República “ele atuou favoravelmente à pretensão dos corruptores, como se extrai do pronunciamento oral que fez (último parágrafo de fl. 419)”, onde não há a mínima referência à Medida Provisória nº 613 nem à participação do Requerente no seu processo legislativo. Portanto, a afirmação que não merece a menor credibilidade é essa da Chefe do Ministério Público Federal.

g ypa



Investigação criminal oriunda de delações premiadas que não encontram nenhum respaldo em elementos probatórios, depois de mais de dois anos de diligências policiais, não pode persistir, máxime quando há prova documental de que tais delações são inverídicas.

Não houve, até aqui, maior interessado na conclusão das investigações do que o próprio Requerente. Ciente da responsabilidade de seu mandato senatorial, enquanto exercia a função de Presidente do Congresso Nacional, colaborou continuamente com as investigações, em tudo o que lhe foi solicitado a fazer.

Portanto, a insistência em realizar diligências inúteis viola as regras de duração razoável do processo com exposição e desgaste indevidos ao Requerente e à sua família.

Por isso, tendo em vista a ilegalidade manifesta da extrapolação dos prazos de instrução do inquérito, bem como a falta de justa causa para prolongar a investigação em face das patentes inconsistências das alegações dos delatores, com a excessiva mora em se concluir o inquérito, incide, nos presentes autos, a hipótese de arquivamento monocrático de que tratam os arts. 21, XV, "e", e 231, § 4º, "e", ambos do RISTF, *verbis*:

**Art. 21. São atribuições do Relator:**

XV – determinar a instauração de inquérito a pedido do Procurador-Geral da República, da autoridade policial ou do ofendido, bem como o seu arquivamento, quando o requerer o Procurador-Geral da República, ou quando verificar:

...

**e) ausência de indícios mínimos de autoria ou materialidade.**

917



**ARISTIDES JUNQUEIRA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Aristides Junqueira Alvarenga  
Luciana Moura Alvarenga Sintoni

Juliana Moura Alvarenga Diâscio  
Roberto Baptista

### Art. 231.

§ 4º O Relator tem competência para determinar o arquivamento, quando o requerer o Procurador-Geral da República ou quando verificar:

e) ausência de indícios mínimos de autoria ou materialidade, nos casos em que forem descumpridos os prazos para a instrução do inquérito ou para oferecimento de denúncia.

A prerrogativa regimental acima transcrita reforça a ideia de que “ao Poder Judiciário, na sua precípua função de garantidor de direitos fundamentais, cabe exercer rígido controle de legalidade da persecução penal”<sup>1</sup>.

Vários Ministros de ambas as Turmas desse colendo Supremo Tribunal Federal têm sistematicamente arquivado investigações penais em circunstâncias assemelhadas às verificadas *in casu*, quando a apuração dos fatos se procrastina no tempo sem perspectiva de, pelo *iter* investigatório proposto, se confirmar a suspeita inicialmente agitada pelo Ministério Público, comprovando-se, ao revés, a improcedência do conteúdo de depoimentos prestados em sede de colaboração premiada, conforme já demonstrado na petição anterior que requereu o arquivamento do inquérito.

Ademais, não custa lembrar que o Código de Processo Penal estabelece prazos para a conclusão do inquérito policial, os quais já foram, há muito, desrespeitados no caso em foco.

<sup>1</sup>INQ 3847 AgR, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, que confirmou o arquivamento monocrático do inquérito em 07/04/2015. Confira-se, ainda, o seguinte precedente desta Corte: “No exercício de competência penal originária do STF (CF, art. 102, I, “b” c/c Lei nº 8.038/1990, art. 2º e RI/STF, arts. 230 a 234), a atividade de supervisão judicial deve ser constitucionalmente desempenhada durante toda a tramitação das investigações desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento, ou não, de denúncia pelo *dominus litis*. (Pet 3825 QO, Relator Ministro GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/10/2007.



**ARISTIDES JUNQUEIRA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Aristides Junqueira Alvarenga  
Luciana Moura Alvarenga Simioni

Juliana Moura Alvarenga Dilascio  
Roberto Baptista

Por todo o exposto, é imperioso o arquivamento do presente inquérito, nos termos dos arts. 21, XV, "e", e 231, § 4º, "e", do RISTF, quanto ao investigado **EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA**.

Pede deferimento.

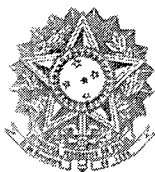
Brasília, 29 de abril de 2019.

  
**ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA**  
**OAB/DF 12.500**

  
**LUCIANA MOURA ALVARENGA SIMIONI**  
**OAB/DF 1878-A**

Impresso por: 405.069.6300-130-10437  
Em: 30/04/2019 - 13:04:37





**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

## NOTA TÉCNICA Nº 03/2019

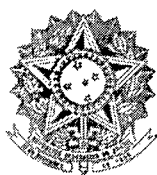
Sobre a participação do Senador Eunício Oliveira na discussão e votação da Medida Provisória nº 613 no Plenário do Senado Federal.

### I - RELATÓRIO

Foi recebida, nesta Secretaria-Geral da Mesa, solicitação por parte dos advogados do Sr. Eunício Oliveira em que fundamentalmente solicitam esclarecimentos acerca das seguintes questões:

- “1. O Senador Eunício Oliveira fez algum pronunciamento no Senado Federal na sessão do dia 29 de agosto de 2013? Esse pronunciamento referia-se à Medida Provisória nº 613?
2. A eventual resposta positiva ao item 1 contradiz a certidão expedida em 18 de abril de 2017 pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, que afirmava não ter havido participação do então Senador Eunício Oliveira na discussão ou encaminhamento da Medida Provisória nº 613?
3. O Senador Eunício Oliveira, então líder do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal, tomou alguma medida ou postura que possa ser lida como obstrução à votação da Medida Provisória nº 613 no Senado Federal?”

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

No exercício das atribuições previstas no art. 71 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, a Secretaria-Geral da Mesa oferece a presente Nota Técnica em resposta aos questionamentos apresentados.

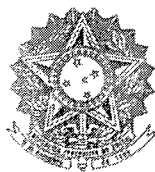
A revisão minuciosa das notas taquigráficas da sessão plenária de 29 de agosto de 2013, publicadas no Diário do Senado Federal de 30 de agosto, às páginas 58.165 e 58.166 (em anexo), mostram o seguinte pronunciamento do Senador Eunício Oliveira:

"O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era só para, ouvindo o Senador Cristovam Buarque, concordar com o que ele coloca aqui sobre a triste votação que aconteceu na Câmara dos Deputados, na noite de ontem.

Quero dizer que, apesar de todo o esforço que fizemos aqui para sintonizar esta Casa, o esforço de V. Exa e de todos nós, em uma agenda positiva para sintonizar esta Casa com o sentimento das ruas, no meu entendimento, ontem à noite, esse episódio lamentável faz com que todos nós que temos responsabilidade, nesta Casa, de representar os interesses dos nossos Estados e do povo, precisemos agilizar.

Esta Casa, o Senado, Sr. Presidente, já fez o dever de casa nessa questão: aprovou a PEC do Senador Paulo Paim, aprovou a PEC do Senador Alvaro Dias na questão do voto aberto. Eu, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, dolorosamente, fiz o voto aberto na cassação do Senador aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

O Senador Cristovam Buarque desceu da tribuna, mas eu quero dizer para S. Exa que tenho o mesmo pensamento que ele tem com relação a essa questão: o que aconteceu ontem à

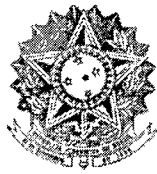


**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

noite nos envergonha. Acho que a Câmara dos Deputados – que está, inclusive, com essas PECs para serem votadas – deve colocar essas matérias em pauta para que esta Casa não venha mais a passar vexames dessa natureza.

Assim como, Sr. Presidente, vamos votar, daqui a pouco, essa matéria, no que se refere à Medida Provisória nº 613, relatada pelo competente e sério Senador Walter Pinheiro, mas não posso me conformar em votar uma matéria com algumas emendas incorporadas com as quais não concordo. Mas sou obrigado a votar, porque, dentro dessa matéria importante, a matéria principal, nós temos a questão da ajuda aos Municípios falidos do Brasil, aos Municípios brasileiros, principalmente do nosso Nordeste, do meu Ceará, da sua Alagoas, da Bahia do Senador Walter. Não temos como postergar nem permitir que essa medida provisória caia, porque vamos prejudicar milhares de pessoas do Brasil inteiro que serão beneficiadas pelos recursos que chegarão a esses Municípios.

Mais uma vez, esta Casa do Senado Federal fez o dever de casa, apresentou uma PEC que foi relatada pelo Senador Aécio Neves, que foi votada por unanimidade no plenário do Senado, está novamente paralisada na Câmara dos Deputados, que é a PEC do trâmite das medidas provisórias. Nós não podemos ficar votando matérias importantes, como as matérias que chegam pelas medidas provisórias, por mais cuidadoso que seja o relator – e estou aqui fazendo referências ao cuidado, à seriedade do Relator dessa matéria, que é o Senador Walter Pinheiro, mas, Sr. Presidente, faço um apelo a V. Exa para que faça um apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados para que coloque essas PECs, a PEC da questão de



**SENADO FEDERAL**

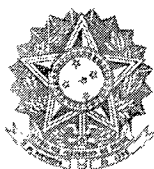
SECRETARIA-GERAL DA MESA

voto aberto para cassação de mandatos e a questão da PEC do trâmite das medidas provisórias que já dormitam nas gavetas da Câmara dos Deputados, há quase um ano. Há quase um ano essa matéria não é pautada e ficamos aqui, repito, votando matérias com a qual não concordamos, que tenho que encaminhar, como Líder do PMDB e como Líder da Maioria, matérias com as quais não concordo, que não tive a condição de ouvir a minha bancada, mas sou obrigado a votar para que vários Municípios brasileiros não sejam prejudicados.

Então, é esse o apelo que faço a V. Exa, o registro e a solidariedade às palavras ditas pelo Senador Cristovam Buarque na tarde de hoje."

No pronunciamento de S.Exa., verificam-se diversas referências ao discurso anterior do Senador Cristovam Buarque, onde S.Exa. formulava críticas ao baixo quórum na votação relativa à cassação do mandato do Deputado Donaldo Donador, que resultou na manutenção de seu mandato. Foi o seguinte o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque (às páginas 58.095 e 58.096 do mesmo Diário, cópia em anexo):

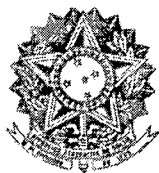
"O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, creio que é unânime, hoje no Brasil, que as manchetes dessa manhã nos jornais envergonham o Congresso Nacional com a decisão da Câmara de manter o mandato de um Deputado, que para vir aqui se defender saiu da Papuda, a prisão do Distrito Federal. Mas havia uma coisa



**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

no discurso dele que eu quero chamar a atenção. O Deputado reclamou, Senador Jucá, da comida e da água fria da cadeia. Foi preciso um Deputado ser preso para descobrir que, na cadeia, há água fria e comida ruim. Por isso é que defendo escola pública para os nossos filhos; por isso é que defendo que nós temos que usar os serviços públicos – e que não seja a cadeia –, para descobrirmos as dificuldades dos serviços públicos no Brasil. Esse Deputado devia achar que havia ar condicionado na cadeia, ele devia achar que a água era quente com banheira, com massagem, e tudo que se tem direito no conforto dos que podem pagar. A mesma coisa, nós todos, das classes mais altas – média e alta –, achamos que as escolas, Senador Raupp, estão ótimas, porque as dos nossos filhos estão boas. Nós pagamos por elas e achamos que as escolas em geral estão boas, quando estão em condições piores do que a cadeia. Por uma razão muito simples. Um preso, no Brasil, custa cerca de R\$3 mil por mês, e um aluno da escola pública custa R\$2,5 mil por ano. Ou seja, o custo mensal de um preso, com água fria e comida ruim, por mês, é quase 50% a mais do que o custo de uma escola pública, por ano. E aí o Deputado descobre que a água lá é fria. A gente não descobre que a escola dos filhos dos pobres é ruim. É preciso, sim, levar adiante, Senador Randolfe, pelo menos debatermos – debatermos, não digo nem aprovar –, a ideia da conveniência de que nós usemos os serviços públicos que o povo usa. Eu digo isso, mas quero deixar clara a profunda frustração de ver a Câmara dos Deputados ter votado – por omissão, na verdade; a maioria dos votos foi a favor da cassação, mas os que se omitiram, fugiram, não votaram – pela derrubada da proposta de cassação de um Deputado que vem da prisão para cá. Eu lamento profundamente. E lamento profundamente.

  
5



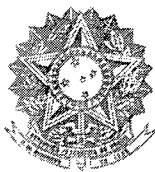
**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

quando vejo, na lista dos ausentes, pessoas muito próximas, pessoas de partidos com tradição neste País, Parlamentares que lutaram sempre pela decência, pela ética, pela seriedade, pela respeitabilidade da Casa.

Eu creio que o povo brasileiro precisa olhar com cuidado os que não votaram. E nós temos que fazer o voto aberto, Senador Paim; e eu defendo a sua proposta de tudo ser aberto. Eu me sinto constrangido, Senador Sérgio Souza, quando dou um voto secreto aqui. Eu me sinto constrangido diante dos meus eleitores. Eles têm direito de saber como é que eu votei em cada caso aqui, tudo, tudo, tudo. Eu me sinto constrangido, envergonhado. Por isso, eu defendo a proposta do Senador Paim.

Mas, nesse caso de ontem, não basta o voto ser aberto; é preciso saber quem faltou. Porque ficar ausente, às vezes, é uma forma de votar secretamente. Você se retira do plenário, não vota, ninguém vê a luzinha acesa verde ou vermelha correspondente ao seu nome, e sai tranquilo. É preciso que a população olhe quem não votou ontem. Alguns provavelmente terão desculpas. Alguns estavam ausentes da cidade, alguns podiam estar doentes. Mas aqueles que estavam lá e se retiraram pouco antes da votação não têm desculpa, colaboraram para envergonhar a Câmara. E ao envergonhar a Câmara, Senador Renan, envergonham também a nós, que somos irmãos siameses da Câmara. Somos uma só coisa, na verdade, que é o Congresso Nacional.

A Câmara, ontem, podia ter evitado a tragédia de votar dessa maneira. E eu concluo, Senador, dizendo que o povo vai para a rua porque caiu a ficha. Caiu a ficha de que o

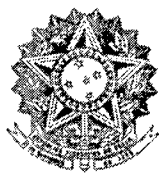


**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

hospital de quem pode pagar é muito melhor do que o hospital público; caiu a ficha de que não adianta esperar, porque já esperaram muito, e isso não vai mudar; caiu a ficha de que a educação é ruim; caiu a ficha de que não adianta comprar um carrinho e ficar endividado, pagando, pelo resto da vida quase, uma prestação para ficar três horas no trânsito engarrafado; caiu a ficha de que a corrupção ficou endêmica; caiu a ficha para o povo, mas não caiu a ficha para muitos de nós que fazemos política. A ficha ainda não caiu para aqueles que ontem se ausentaram, para aqueles que ontem votaram para salvar o Deputado. Não caiu a ficha deles, Senador, e isso é um perigo, porque, se cair a ficha do povo e não cair a nossa, o conflito vai levar à nossa derrota. Se cai a ficha deles e não cai a nossa, eles virão aqui para a frente, como já vieram, e vão tentar mais do que tentaram, e vão fazer isso em cada câmara de vereadores, em cada assembleia legislativa.

É preciso que a ficha caia entre nós; tanto a ficha de que os serviços públicos estão degradados, como descobriu o Deputado, usando a água fria da cadeia, quanto também dos serviços públicos que nós não usamos, na área da saúde e da educação, sobretudo. É isso, Sr. Presidente. Vamos fazer com que a ficha caia também na cabeça e no coração de cada um de nós. A ficha dos maus serviços públicos e a ficha de que o povo está muito irritado e muito descontente, porque, para eles, a ficha já caiu.”

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito do texto.



**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Projeto de Lei de Conversão<sup>1</sup> nº 20, de 2013 (oriundo da aprovação, com emendas, da Medida Provisória nº 613, de 2013) foi discutido e votado no Senado Federal na sessão de 29 de agosto de 2013, após ter sido recebido da Câmara dos Deputados, numa primeira versão, em 27 de agosto e, em versão corrigida que sanava alguns erros materiais identificados na redação, em 28 de agosto.

A Câmara dos Deputados havia aprovado a matéria na sessão do dia 27/3, com supressão de emendas da comissão mista e inclusão de uma emenda, objeto de destaque para votação em separado proposto pela liderança do PTB. A referida emenda incluída pelo Plenário da Câmara (nº 22, do Deputado Arnaldo Jardim, em anexo<sup>2</sup>) permitia a compensação de créditos da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep com créditos vincendos ou mesmo o seu resgate em dinheiro.

Na página de tramitação do PLV (Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória<sup>3</sup>, em anexo), verifica-se a seguinte informação quanto à discussão e votação da matéria no Senado Federal:

29/08/2013 – APROVADA

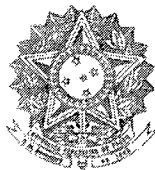
Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Walter Pinheiro (Relator), que se pronuncia favoravelmente, com a retirada do inciso II § 4º do art. 1º do texto do presente projeto,

<sup>1</sup> Os projetos de conversão em lei de medida provisória ou simplesmente projetos de lei de conversão (PLV) são autuados quando, durante a tramitação de uma medida provisória, ela sofre emendas na comissão mista ou nos plenários da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

<sup>2</sup> Disponível na internet no endereço [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1118271&filename=EMC+22/2013+MPV61313+%3D%3E+MPV+613/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1118271&filename=EMC+22/2013+MPV61313+%3D%3E+MPV+613/2013)

<sup>3</sup> Disponível na internet no endereço <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/matéria/114025>





**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

para correção de erro material, após consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A seguir, o Senador Romero Jucá manifesta-se a respeito, em nome da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favoravelmente à correção do erro material, na forma pretendida pelo relator, Senador Walter Pinheiro. Usam da palavra os Senadores José Agripino e Walter Pinheiro (Relator).

Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária. É lido e aprovado o Requerimento nº 980, de 2013, de autoria do Senador Walter Pinheiro, solicitando destaque para votação em separado do inciso II § 4º do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013.

Aprovado o projeto nos termos do texto aprovado e encaminhado pela Câmara dos Deputados, com a retificação enviada por aquela Casa, sem prejuízo do destaque. Rejeitado o inciso II § 4º do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013.

Ficam prejudicadas a medida provisória original e as emendas a ela apresentadas.

Aprovada a redação final. (Parecer nº 954, de 2013 – CDIR)  
À sanção.

À SEXP.

Publicado no DSF Páginas 58168-58179



**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Verifica-se, portanto, que não houve registro, no acompanhamento da tramitação da matéria, de uso da palavra pelo Sr. Eunício Oliveira quando estava em discussão e votação a matéria. Igualmente, as páginas referidas no Diário do Senado Federal relativas à discussão e votação do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013 (MP 613), apontavam para um intervalo que não incluía as páginas onde constava o pronunciamento do Sr. Eunício Oliveira, que havia sido falado anteriormente à chamada da matéria, logo no início da Ordem do Dia.

Finalmente, na indexação do discurso<sup>4</sup> do Sr. Eunício Oliveira, em anexo, verifica-se que os servidores responsáveis pela indexação não o associaram à MPV 613 ou ao PLV 20/2013. As palavras-chaves utilizadas na indexação apontam para uma crítica à decisão da Câmara de não cassar o mandato do deputado e a uma outra crítica pelo fato da Câmara ainda não haver aprovado duas PECs aprovadas no Senado que resolveriam o problema da votação secreta e da tramitação das medidas provisórias nas duas Casas do Congresso Nacional. Analisaremos esse ponto mais adiante.

Era o que havia para relatar, passamos à análise.

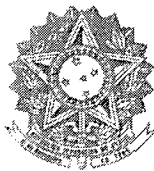
## **II – ANÁLISE**

### **II.1 – Breve exame da manifestação do Sr. Eunício Oliveira**

O pronunciamento do Sr. Eunício Oliveira no início da Ordem do Dia da sessão do dia 29/08/2013 tinha dois assuntos principais:

<sup>4</sup> Todos os discursos em Plenário são indexados com palavras-chave para eventual recuperação posterior. A relativa a esse pronunciamento pode ser localizada no seguinte endereço eletrônico:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/403023>



**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

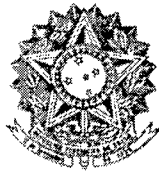
inicialmente, apoiar a manifestação do Sr. Cristovam Buarque contrário à decisão da Câmara dos Deputados de preservar o mandato do Deputado Donaldo Donadon. Desse raciocínio S.Exa., evolui para demonstrar que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição originada no Senado Federal que extinguiria o voto secreto e que aguardava inclusão em pauta na Câmara dos Deputados teria resolvido esse problema.

A partir daí, S.Exa. lembra de uma outra PEC, também aprovada no Senado e que até hoje aguarda votação na Câmara dos Deputados, que propõe uma mudança no rito de tramitação das medidas provisórias, dando ao Senado condições de, caso discorde de alguma emenda aprovada na Câmara dos Deputados, poder rejeitá-la com prazo para eventual retorno da matéria para análise de Câmara dos Deputados, sem prejuízo para o prazo de tramitação das medidas provisórias.

Nesse contexto, o Sr. Eunício Oliveira exemplifica seu raciocínio com a matéria que estava pautada para aquela sessão, o já referido PLV 20/2013, oriundo da MP 613, que chegara ao Senado na véspera e que teria que ser votado naquela sessão, sob pena da expiração do prazo constitucional da Medida Provisória, que ocorreria em 4 de setembro de 2019. Critica, em particular, a inclusão de emenda pelo Plenário da Câmara (a já referida emenda nº 22), que não poderia ser retirada pelo Senado sob pena do projeto retornar à Câmara sem prazo para exame antes da expiração da Medida Provisória.

O Sr. Eunício Oliveira não faz referência expressa à emenda nº 22, mas, por ter sido a única emenda aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados, deduz-se que a crítica só poderia estar direcionada a ela, mas, de uma forma genérica, referia-se principalmente à impossibilidade de que o Senado estude e/ou debata as modificações feitas no último momento pela Câmara dos Deputados e pedia apoio ao Presidente do Senado para que cobrasse a mudança dessa tramitação pela Câmara dos Deputados.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma forma fluida e estilizada.



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

## II.2. Contextualização da tramitação das medidas provisórias no Senado Federal

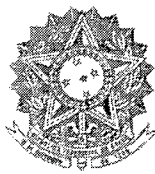
É frequente e recorrente a crítica, pelos senadores, da ausência de tempo hábil para exame das emendas que venham a ser aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados já ao final do prazo de tramitação das medidas provisórias.

Essas emendas, frequentemente objeto de destaque para votação em separado, modificam o texto aprovado pela comissão mista de deputados e senadores que se debruçou sobre o texto da medida provisória original.

Os senadores se veem rotineiramente compelidos a aprovar o texto da Câmara dos Deputados, ainda que discordem de suas emendas, sob pena de verem decair a própria medida provisória, por decurso de prazo. Com frequência, sinalizam pedido à Presidência da República para que vete tais dispositivos, tentando assim manter, por vias transversas, o equilíbrio do bicameralismo desenhado na Constituição de 1988.

A PEC nº 11/2011, que foi relatada pelo então senador Aécio Neves à qual o Sr. Eunício Oliveira faz referência em sua manifestação, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados há oito anos. Nela, caso o Senado modifique o texto recebido pela Câmara, o prazo da medida provisória original dilatar-se-á em mais quinze dias, a fim de que os deputados possam apreciar as modificações do Senado sem prejuízo da proposição principal.

Com frequência, e esse parece ter sido o real objetivo da manifestação do Sr. Eunício Oliveira, os senadores se opõem ao simples fato do texto ter sido modificado às vésperas da expiração do prazo constitucional da medida provisória, independentemente do teor da



**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

emenda, simplesmente por não terem tido tempo hábil para o exame de seu teor.

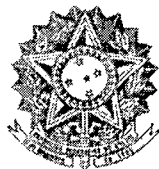
**II.3. Da obstrução das matérias objeto de votação simbólica**

A obstrução, no Parlamento, é um recurso regimental que se exerce majoritariamente por meio da retirada de presença de parlamentares de uma sessão, a fim de dificultar sua aprovação. Pode também ser exercido por meio de requerimentos de retirada de pauta, adiamento da discussão, votação nominal, etc.

Essencialmente, significa dificultar a votação de uma determinada matéria. Verifica-se, da página de tramitação da MP 613 na Câmara dos Deputados<sup>5</sup> (cópia em anexo), que a matéria encontrava-se na pauta do Plenário desde o dia 21/08/2013 e que naquela ocasião foi objeto de requerimento do Sr. Eduardo Cunha, então líder do PMDB, de retirada de pauta. Apesar do requerimento ter sido prejudicado, a matéria foi objeto de acordo de líderes para retirada de pauta. Essa estratégia parlamentar, absolutamente legítima e regimental, poderia ser considerada uma obstrução. No entanto, ela não ocorreu no Senado Federal.

O Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013, foi votado no Senado Federal no dia 29/8/2013, uma quinta-feira, à tarde. As sessões de quinta-feira possuem tipicamente um quórum mais baixo e, normalmente, somente são apreciadas as matérias que não sofram obstrução por nenhuma bancada, pois, considerando o quórum mais baixo, qualquer requerimento de votação nominal poderia, em tese, derrubar a sessão.

5 Disponível no endereço eletrônico <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576000>



**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Especificamente, a ata da sessão do dia 29/8/2013 mostra que estiveram presentes, em algum momento ao longo de toda a sessão, 64 senadores, conforme consta às páginas 58.055 e 58.056 do já citado Diário do Senado Federal de 30/8/2013 (cópia anexa).

Ora, verificando a página 58.404 do mesmo Diário (em anexo) pode-se comprovar que a bancada do Bloco da Maioria, da qual era líder o então Senador Eunício Oliveira, possuía 28 membros.

Uma operação aritmética simplória permite verificar que, se acaso o Sr. Eunício Oliveira tivesse sinalizado a obstrução da matéria pelo Bloco da Maioria, considerando sua bancada de 28 membros de um total de 64 senadores presentes, a matéria não teria o quórum mínimo de 41 senadores para ser aprovada.

Logo, é matematicamente verificável, por meio de documentos públicos oficiais, que não houve obstrução encampada pelo Sr. Eunício Oliveira contra a MP 613 (ou, mais propriamente, contra o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013, oriundo dessa medida provisória).

**II.4. Da certidão emitida pela Secretaria-Geral da Mesa em 18 de abril de 2017**

Os questionamentos objeto desta Nota Técnica fazem referência a uma certidão emitida em 18 de abril de 2017, por este signatário, onde se afirma, dentre outros fatos, que:

“Certifico, outrossim, que não há registro de pedido de destaque ou obstrução de iniciativa do Senador Eunício Oliveira no trâmite da referida proposição, tampouco apresentação de emendas, encaminhamentos ou obstrução de



**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

votação. Além disso, não houve registro ou declaração de voto, em virtude da aprovação ter se dado por procedimento simbólico. Finalmente, certifico que não há registro taquigráfico de pronunciamento parlamentar contra, ou a favor, em relação ao-referido projeto"

Para entender como são elaboradas as certidões usualmente expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, faz-se necessário tecer algumas considerações.

Inicialmente, verificam-se os registros de tramitação da matéria. Na sequência, analisamos os avulsos integrais das proposições, incluindo emendas e pareceres. Finalmente, buscamos nas páginas dos Diários do Senado Federal, que estão indicadas nos registros de tramitação, se houve pronunciamentos ou apartes referentes à matéria.

Adicionalmente, buscamos na base de dados de indexação de discursos (Base de Discursos do Senado – "DISSE"), se há algum registro que vincule o Senador a uma matéria específica.

Ora, o então Senador Eunício Oliveira fez no dia 29/8/2013 manifestação que iniciava por acompanhar a crítica do Senador Cristovam Buarque à não-cassação de um deputado, em seguida, criticou a demora da Câmara em não apreciar a PEC que extinguia o voto secreto nessas circunstâncias e, quase como um *obiter dictum*, terminou por criticar a demora na aprovação de uma outra PEC, que daria ao Senado condições de examinar emendas da Câmara a medidas provisórias, como aquela que estava na pauta naquele dia.

Os servidores responsáveis pela indexação da matéria não julgaram que seu pronunciamento estava relacionado à MP 613, mas à tramitação das MPs de uma forma geral, por isso a indexação não contemplou essa



**SENADO FEDERAL**

SECRETARIA-GERAL DA MESA

medida provisória especificamente, razão pela qual o pronunciamento não estava associado à matéria, como pode ser comprovado pela indexação juntada a esta Nota Técnica.

Adicionalmente, o Sr. Eunício Oliveira falou logo no início da Ordem do Dia, antes mesmo de que a matéria (PLV 20/2013) fosse chamada. Logo, nos registros de tramitação, ele não consta como tendo debatido a proposição, já que para esse registro é considerado apenas aquele senador que fale nas fases de discussão, encaminhamento ou votação da matéria.

Para finalizar, a página do Diário do Senado em que constava a fala do Sr. Eunício Oliveira estava fora do intervalo de páginas do Diário do Senado indicadas na ficha de tramitação da matéria como sendo aquelas onde houve a discussão e votação do PLV 20/2013, conforme já demonstrado.

Em outras palavras, não há incorreção na certidão emitida pela Secretaria-Geral da Mesa em 18 de abril de 2017, porque efetivamente a fala do Sr. Eunício Oliveira deu-se fora da fase de discussão e votação da matéria, não sendo nem mesmo considerada à época, para fins de indexação, como relacionada à multi-referida Medida Provisória 613.

### III – CONCLUSÃO

Nesses termos, esta Secretaria-Geral da Mesa responde da seguinte forma aos questionamentos apresentados:

“1. O Senador Eunício Oliveira fez algum pronunciamento no Senado Federal na sessão do dia 29 de agosto de 2013? Esse pronunciamento referia-se à Medida Provisória nº 613?”





**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Sr. Eunício Oliveira usou da palavra nos primeiros instantes da Ordem do Dia da sessão de quinta-feira, 29 de agosto de 2013, para apoiar a manifestação do último orador do Período do Expediente, Sr. Cristovam Buarque, que formulou crítica à decisão da Câmara dos Deputados na véspera de não cassar o deputado Donaldo Donadon.

Na sequência, o Sr. Eunício Oliveira criticou a Câmara pela demora na aprovação de duas PECs que ele considerava importantes, uma delas, para evitar que medidas provisórias chegassem ao Senado sem prazo para análise das emendas aprovadas na Câmara, como aquela que estava na pauta da sessão. *En passant*, ele registrou que a medida provisória original era positiva e importante para o Nordeste, especialmente os estados produtores de álcool de cana-de-açúcar. Mas esse não foi o ponto central do pronunciamento.

A manifestação não foi considerada, à época dos fatos, como sendo referente à MP 613 e por isso mesmo sequer foi associada à matéria na indexação da base de dados de discursos do Senado Federal.

2. A eventual resposta positiva ao item 1 contradiz a certidão expedida em 18 de abril de 2017 pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal que afirmava não ter havido participação do então Senador Eunício Oliveira na discussão ou encaminhamento da Medida Provisória nº 613?

Não. A deliberação de uma proposição legislativa tem fases muito marcadas de discussão, encaminhamento e votação, que ocorrem após a matéria ser anunciada pelo Presidente. O Sr. Eunício Oliveira fez manifestação que tratava inicialmente sobre outro assunto, antes do anúncio da MP 613 pelo Presidente, e essa manifestação era mais uma



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

crítica ao procedimento da Câmara do que propriamente ao mérito da medida provisória.

3. O Senador Eunício Oliveira, então líder do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal, tomou alguma medida ou postura que possa ser lida como obstrução à votação da Medida Provisória nº 613 no Senado Federal?

Pode-se afirmar categoricamente que não. Considerando que a sessão, na tarde da quinta-feira 29/8/2013, contava com a presença de 64 senadores e que o então senador Eunício Oliveira liderava uma bancada de 28 senadores, o mero indicativo de obstrução por seu líder já inviabilizaria a aprovação da matéria, pois a sessão restaria sem o quórum mínimo de 41 senadores para deliberação. Além disso, não houve qualquer requerimento de adiamento da discussão ou da votação, nem encaminhamento contra ou a favor da matéria durante sua discussão e votação.

Esta Secretaria-Geral da Mesa permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos complementares.

Brasília, 25 de abril de 2019.

Assinatura manuscrita de Luiz Fernando Bandeira de Mello.  
**Luiz Fernando BANDEIRA de Mello**  
Secretário-Geral da Mesa



**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

## **ANEXO À NOTA TÉCNICA SGM Nº 3/2019**

Discurso do sr. Eunício Oliveira em 29/8/2013

Páginas 58.165 a 58.166 do Diário do Senado Federal de 30/08/2013

Impresso por: 405.069.638-02/Inq 4437  
Em: 30/04/2019 12:10:19



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 182 a 198, de 2013, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, da Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2013 (nº 684/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2013 (nº 348/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Igrejinha FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igrejinha, Estado do Rio Grande do Sul;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2013 (nº 514/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Maracaju – Ascoma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2013 (nº 635/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Lageadense – Arcol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2013 (nº 669/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Shalom FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2013 (nº 666/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Unidos de Bonito de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito de Minas, Estado de Minas Gerais;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2013 (nº 695/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Varzelândia, Estado de Minas Gerais;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2013 (nº 437/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações Jatobá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanumã, Estado de Goiás;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2013 (nº 700/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Setor Fama e Região – Ascomfar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás; e

– Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2013 (nº 793/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Estado de Goiás para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

#### ORDEM DO DIA

Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira, pela ordem.

Com a palavra, V. Exª, Senador.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era só para, ouvindo o Senador Cristovam Buarque, concordar com o que ele coloca aqui sobre a triste votação que aconteceu na Câmara dos Deputados, na noite de ontem.

Quero dizer que, apesar de todo o esforço que fizemos aqui para sintonizar esta Casa, o esforço de V. Exª e de todos nós, em uma agenda positiva para sintonizar esta Casa com o sentimento das ruas, no meu entendimento, ontem à noite, esse episódio lamentável faz com que todos nós que temos responsabilidade, nesta Casa, de representar os interesses dos nossos Estados e do povo, precisemos agilizar.

Esta Casa, o Senado, Sr. Presidente, já fez o dever de casa nessa questão: aprovou a PEC do Se-



928

nador Paulo Paim, aprovou a PEC do Senador Alvaro Dias na questão do voto aberto. Eu, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, dolorosamente, fiz o voto aberto na cassação do Senador aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

O Senador Cristovam Buarque desceu da tribuna, mas eu quero dizer para S. Ex<sup>a</sup> que tenho o mesmo pensamento que ele tem com relação a essa questão: o que aconteceu ontem à noite nos envergonha. Acho que a Câmara dos Deputados – que está, inclusive, com essas PECs para serem votadas – deve colocar essas matérias em pauta para que esta Casa não venha mais a passar vexames dessa natureza.

Assim como, Sr. Presidente, vamos votar, daqui a pouco, essa matéria, no que se refere à Medida Provisória nº 613, relatada pelo competente e sério Senador Walter Pinheiro, mas não posso me conformar em votar uma matéria com algumas emendas incorporadas com as quais não concordo. Mas sou obrigado a votar, porque, dentro dessa matéria importante, a matéria principal, nós temos a questão da ajuda aos Municípios falidos do Brasil, aos Municípios brasileiros, principalmente do nosso Nordeste, do meu Ceará, da sua Alagoas, da Bahia do Senador Walter. Não temos como postergar nem permitir que essa medida provisória caia, porque vamos prejudicar milhares de pessoas do Brasil inteiro que serão beneficiadas pelos recursos que chegarão a esses Municípios.

Mais uma vez, esta Casa do Senado Federal fez o dever de casa, apresentou uma PEC que foi relatada pelo Senador Aécio Neves, que foi votada por unanimidade no plenário do Senado, está novamente paralisada na Câmara dos Deputados, que é a PEC do trâmite das medidas provisórias. Nós não podemos ficar votando matérias importantes, como as matérias que chegam pelas medidas provisórias, por mais cuidadoso que seja o relator – e estou aqui fazendo referências ao cuidado, à seriedade do Relator dessa matéria, que é o Senador Walter Pinheiro, mas, Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que faça um apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados para que coloque essas PECs, a PEC da questão de voto aberto para cassação de mandatos e a questão da PEC do trâmite das medidas provisórias que já dormitam nas gavetas da Câmara dos Deputados, há quase um ano. Há quase um ano essa matéria não é pautada e ficamos aqui, repito, votando matérias com as quais não concordamos, que tenho que encaminhar, como Líder do PMDB e como Líder da Maioria, matérias com as quais não concordo, que não tive a condição de ouvir a minha bancada, mas sou obrigado a votar para que vários Municípios brasileiros não sejam prejudicados.

Então, é esse o apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>, o registro e a solidariedade às palavras ditas pelo Senador Cristovam Buarque na tarde de hoje.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Randolfo Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve, mesmo porque queremos ouvir o parecer do Senador Walter Pinheiro à MP 613, mas não poderia deixar de registrar a posição do Partido Socialismo e Liberdade e concordar com o pronunciamento ainda há pouco do Senador Cristovam Buarque e me somar ao pronunciamento de outros líderes da Casa ao que ocorreu, ontem, na Câmara dos Deputados. Embora tenha ocorrido na Câmara dos Deputados, afeta todos nós, todo o Congresso Nacional e todos os agentes políticos do País, afeta todo o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, o Senado da República, sob a condução de V. Ex<sup>a</sup> e da Mesa, fez um esforço enorme, no mês de julho último, para procurar cumprir uma agenda que dialogasse com as mobilizações de rua, com as manifestações ocorridas no mês de junho.

O que ocorreu, ontem, na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, coloca em cheque todo esforço que foi feito. Na verdade, todo o esforço feito até agora está colocado em cheque com a votação de ontem da Câmara dos Deputados, que é uma votação que não há adjetivos para qualificá-la: absurdo, ignomínia, inaceitável, não há adjetivos para descrever o que aconteceu, ontem, na Câmara dos Deputados, não há adjetivos.

Os versos da música Brasil de Cazuza já ficam ultrapassados para definir os acontecimentos de ontem da Câmara dos Deputados de chegar a mais do que o fundo do poço. O fundo do poço não é o mínimo para descrever o que foi votado ontem na Câmara dos Deputados, que é manter nos quadros do Congresso Nacional alguém que pode inclusive votar o impedimento do Presidente da República e manter entre os quadros de membros do Congresso Nacional um parlamentar que está detido, que está preso na penitenciária da Papuda aqui em Brasília, por ter certidão de condenação, transitada em julgado, pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, Sr. Presidente, permita-me fazer uma sugestão. Nós temos, assim, concordando com a sugestão do Líder Eunício sobre o rito das Medidas Provisórias, há uma Proposta de Emenda Constitucional que transita há muito tempo lá na Câmara, que dormita, permita-me dizer, que dorme na Câmara, há algum





**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

## **ANEXO À NOTA TÉCNICA SGM Nº 3/2019**

Discurso do sr. Cristovam Euarque em 29/8/2013

Páginas 58.095 a 58.096 do Diário do Senado Federal de 30/08/2013

Impresso por: 405.069-038-02/Inq 4437  
Em: 30/04/2019 12:10:19



políticas, sociais e econômicas da região, qualificando os temas, as prioridades e os objetivos regionais. Em um país com as dimensões continentais do Brasil, o desenvolvimento regional consistente é fundamental ao desenvolvimento do País e base para um verdadeiro Pacto Federativo.

Precisamos cuidar para não repetirmos os erros que levaram à extinção da Sudeco na década de 90, quando ela deixou de agregar esforços e se tornou mera instância executora – burocrática até –, esvaziada e sem nenhum esforço concreto de planejamento.

Como uma região que é celeiro do Brasil e vislumbra o seu futuro industrial, o Centro-Oeste não pode prescindir da atenção do Governo Federal e, muito menos, de todos nós, os seus agentes políticos, que vivemos o seu dia a dia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Srª Lúcia Vânia, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros, Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra V. Exª, Senador. *(Pausa.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, creio que é unânime, hoje no Brasil, que as manchetes dessa manhã nos jornais envergonham o Congresso Nacional com a decisão da Câmara de manter o mandato de um Deputado, que para vir aqui se defender saiu da Papuda, a prisão do Distrito Federal.

Mas havia uma coisa no discurso dele que eu quero chamar a atenção. O Deputado reclamou, Senador Jucá, da comida e da água fria da cadeia. Foi preciso um Deputado ser preso para descobrir que, na cadeia, há água fria e comida ruim. Por isso é que defendo escola pública para os nossos filhos; por isso é que defendo que nós temos que usar os serviços públicos – e que não seja a cadeia –, para descobrirmos as dificuldades dos serviços públicos no Brasil.

Esse Deputado devia achar que havia ar condicionado na cadeia, ele devia achar que água era quente com banheira, com massagem, e tudo que se tem direito no conforto dos que podem pagar.

A mesma coisa, nós todos, das classes mais altas – média e alta –, achamos que as escolas. Senador Raupp, estão ótimas, porque as dos nossos filhos estão boas. Nós pagamos por elas e achamos que as escolas em geral estão boas, quando estão em condições

piores do que a cadeia. Por uma razão muito simples. Um preso, no Brasil, custa cerca de R\$3 mil por mês, e um aluno da escola pública custa R\$2,5 mil por ano. Ou seja, o custo mensal de um preso, com água fria e comida ruim, por mês, é quase 50% a mais do que o custo de uma escola pública, por ano.

E aí o Deputado descobre que a água lá é fria. A gente não descobre que a escola dos filhos dos pobres é ruim. É preciso, sim, levar adiante, Senador Randolfe, pelo menos debatermos – debatermos, não digo nem aprovar –, a ideia da conveniência de que nós usemos os serviços públicos que o povo usa.

Eu digo isso, mas quero deixar clara a profunda frustração de ver a Câmara dos Deputados ter votado – por omissão, na verdade; a maioria dos votos foi a favor da cassação, mas os que se omitiram, fugiram, não votaram – pela derrubada da proposta de cassação de um Deputado que vem da prisão para cá. Eu lamento profundamente.

E lamento profundamente quando vejo, na lista dos ausentes, pessoas muito próximas, pessoas de partidos com tradição neste País, Parlamentares que lutaram sempre pela decência, pela ética, pela seriedade, pela respeitabilidade da Casa.

Eu creio que o povo brasileiro precisa olhar com cuidado os que não votaram. E nós temos que fazer o voto aberto, Senador Paim; e eu defendo a sua proposta de tudo ser aberto. Eu me sinto constrangido, Senador Sérgio Souza, quando dou um voto secreto aqui. Eu me sinto constrangido diante dos meus eleitores. Eles têm direito de saber como é que eu votei em cada caso aqui, tudo, tudo, tudo. Eu me sinto constrangido, envergonhado. Por isso, eu defendo a proposta do Senador Paim.

Mas, nesse caso de ontem, não basta o voto ser aberto; é preciso saber quem faltou. Porque ficar ausente, às vezes, é uma forma de votar secretamente. Você se retira do plenário, não vota, ninguém vê a luzinha acesa verde ou vermelha correspondente ao seu nome, e sai tranquilo. É preciso que a população olhe quem não votou ontem. Alguns provavelmente terão desculpas. Alguns estavam ausentes da cidade, alguns podiam estar doentes. Mas aqueles que estavam lá e se retiraram pouco antes da votação não têm desculpa, colaboraram para envergonhar a Câmara.

E ao envergonhar a Câmara, Senador Renan, envergonham também a nós, que somos irmãos siameses da Câmara. Somos uma só coisa, na verdade, que é o Congresso Nacional.

A Câmara, ontem, podia ter evitado a tragédia de votar dessa maneira.

E eu concluo, Senador, dizendo que o povo vai para a rua porque caiu a ficha. Caiu a ficha de que o



hospital de quem pode pagar é muito melhor do que o hospital público; caiu a ficha de que não adianta esperar, porque já esperaram muito, e isso não vai mudar; caiu a ficha de que a educação é ruim; caiu a ficha de que não adianta comprar um carrinho e ficar endividado, pagando, pelo resto da vida quase, uma prestação para ficar três horas no trânsito engarrafado; caiu a ficha de que a corrupção ficou endêmica; caiu a ficha para o povo, mas não caiu a ficha para muitos de nós que fazemos política. A ficha ainda não caiu para aqueles que ontem se ausentaram, para aqueles que ontem votaram para salvar o Deputado. Não caiu a ficha deles, Senador, e isso é um perigo, porque, se cair a ficha do povo e não cair a nossa, o conflito vai levar à nossa derrota. Se cai a ficha deles e não cai a nossa, eles virão aqui para a frente, como já vieram, e vão tentar mais do que tentaram, e vão fazer isso em cada câmara de vereadores, em cada assembleia legislativa.

É preciso que a ficha caia entre nós; tanto a ficha de que os serviços públicos estão degradados, como descobriu o Deputado, usando a água fria da cadeia,

quanto também dos serviços públicos que nós não usamos, na área da saúde e da educação, sobretudo.

É isso, Sr. Presidente. Vamos fazer com que a ficha caia também na cabeça e no coração de cada um de nós. A ficha dos maus serviços públicos e a ficha de que o povo está muito irritado e muito descontente, porque, para eles, a ficha já caiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros, Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Senado Federal recebeu o seguinte Ofício do Ministro de Estado das Comunicações:

– Nº 84, de 26 de agosto de 2013, em resposta ao Requerimento nº 631, de 2013, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros, Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sobre a mesa parecer que será lido.

É lido o seguinte:

## **PARECER Nº 953, DE 2013**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 82, de 2013 (nº 352/2013, na origem), que submete a apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Rodrigo Janot Monteiro de Barros, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do segundo mandato do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 29 de agosto de 2013, apreciando o Relatório sobre a Mensagem “SF” nº 82, de 2013, opina pela APROVAÇÃO, da escolha do nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, nos termos dos arts. 84, inciso XIV e 52, inciso III, alínea “e”, da Constituição Federal, por 22 (vinte e dois) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários.

Sala da Comissão, 29 de agosto de 2013.

Senador VITAL DO RÉGO, PRESIDENTE  
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA, RELATOR







**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

## **ANEXO À NOTA TÉCNICA SGM Nº 3/2019**

Discussão e votação da MPV 613/2013 no Senado, em 29/8/2013

Páginas 58.168 a 58.179 do Diário do Senado Federal de 30/08/2013

Impresso por: 405.069.038-02/Inq 4437  
Em: 30/04/2019 19:10:19



Nós fizemos um esforço grande, votamos quase 40 proposições naquele esforço concentrado, algumas dessas proposições já foram sancionadas pela Presidente da República e outras tramitam na Câmara dos Deputados. É muito importante que essas proposições tramitem rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Voltando à Ordem do Dia.

Item 1 da pauta:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**  
**Nº 20, DE 2013**  
 (Proveniente da Medida Provisória nº 613, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, dispondo sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica; e da outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 613, de 2013).

Teve parecer sob nº 29, de 2013, da Comissão Mista, do Relator: Senador Walter Pinheiro (PT/BA); e como Relator Revisor o Deputado Vanderlei Siraque (PT/SP), favorável à Medida Provisória, às Emendas nºs 76 e 77, integralmente, e às Emendas nºs 22 e 82, parcialmente, nos termos de Projeto de Lei de Conversão, que oferece; e pela rejeição das demais emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos.

Foram apresentadas à Medida Provisória 93 emendas. O Projeto de Lei de Conversão foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 27 de agosto, com a rejeição dos arts. 10 e 31, bem como com a aprovação da Emenda nº 22 destacada.

O prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 41, de 2013, e se esgotará em 4 de setembro – portanto, na próxima quarta-feira.

O Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013, foi lido no Senado Federal no dia 27 de agosto.

A Presidência comunicou ao Plenário, na sessão do dia 28, que os avulsos do Projeto de Lei de Conversão foram retificados em virtude do recebimento de ofício da Câmara, informando a inexistência material do texto dos autógrafos do projeto referentes ao §2º do art. 77 da Lei nº 9.532, de 1997.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, Relator da medida Provisória.

Com a palavra, V. Exª

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a matéria foi sobejamente bem discutida nesta Casa, na Comissão Mista. Ela teve o parecer emitido pela Comissão Mista, assim como pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Agora, volta ao Senado Federal para apreciação, tendo em vista, inclusive, que essa matéria tem o seu prazo marcado, efetivamente, para o dia 4 de setembro.

Nós somos pela aprovação da matéria na forma como saiu e como foi emendada na Câmara dos Deputados, sendo retirados alguns artigos, do 10 ao 31, artigos que tratavam da questão de portos secos; mais precisamente o art. 16 tratava exatamente da licitação, ou seja, a permissão ou concessão para portos secos deveria ser precedida de licitação. Esse tema não encontrava guarida, não encontrava concordância; por isso, os artigos foram retirados. E a medida provisória teve também, Senador Romero, de volta a Emenda 22, que nós havíamos acatado na Comissão e, depois, por acordo de parlamentares das duas Casas, foi retirada do texto.

Na reintrodução da Emenda 22, que compreende o §7º do texto aprovado, trata-se o seguinte tema: o saldo credor da contribuição do PIS/Pasep/COFINS, apurado na forma do art. 3º das referidas leis... Na reintrodução desse artigo, ou melhor, desse parágrafo, houve um erro na hora de compatibilizar os textos, e nós ficamos com dois textos que se chocam. O inciso II do §4º do art. 1º diz o seguinte, Senador Renan: "As pessoas jurídicas de que trata o §19 do art. 5º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998..." Esse mesmo texto está no novo parágrafo, que é o parágrafo que veio da Câmara. Portanto, ele foi escrito com um erro, que nós poderíamos chamar aqui de erro material. Afirma aqui a mesma coisa: "As pessoas jurídicas de que trata o §19 do art. 5º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998..." Escreveram o mesmo texto, só que, anteriormente, no caso do inciso II do §4º, há uma expressão anterior que não se aplica. Então, nós ficamos com a não aplicação desse texto lá no inciso II do §4º e a aplicação desse texto no que seria o §9º.



Portanto, essa incongruência nos levará a uma necessidade de correção. Não é mudança de mérito, não é mudança de conteúdo, mas é só para dar aplicabilidade. Imaginou o que fará o Executivo diante de uma lei que, num parágrafo, num inciso, afirma que não é para aplicar, e, num parágrafo seguinte, o §9º, afirma que é para aplicar?

Então, como essa introdução foi feita? Por conta exatamente da correção pelo fato de acatar a Emenda 22, eu estou solicitando a V. Exª que, em consulta à Comissão de Constituição e Justiça, nós possamos fazer essa correção de texto, retirando isso que causa o conflito na mesma matéria, para garantir a aplicabilidade da intenção do legislador, que é exatamente permitir que o disposto nos parágrafos possa ter a guarida e consequentemente se aplicar às pessoas jurídicas, assim como às cooperativas produtoras de álcool, que é a intenção da Emenda 82, inclusive. Por isso que eu afirmo no relatório, Senador Renan, que aproveitei parcialmente, se não me falha a memória, a emenda do Senador Moka.

Então, se não houver essa correção, nós vamos ficar com o texto, e a negativa do texto anterior levará a suprimir algo que foi exatamente a essência do aproveitamento dessa matéria.

Nesse sentido, nós somos pela aprovação da matéria, com essa retirada, com essa correção em relação ao inciso II do §4º do art. 1º, para retirada dessa expressão, que aí corrige completamente.

Volto a insistir, Senador Renan: essa mesma expressão já consta do §9º; portanto, ela foi, de forma errônea, reintroduzida através de um erro material. Na medida em que a emenda foi aproveitada pela Câmara, a Câmara, então, não poderia fazer a inscrição, não poderia fazer o complemento de nenhuma palavra além do que já estava na emenda.

Assim, nós somos pela aprovação da matéria, que carrega consigo importante parte, que é a destinação dos R\$3 bilhões para os Municípios brasileiros. Nesse sentido, sou pela aprovação e submeto essa posição a V. Exª para promover a consulta à Comissão de Constituição e Justiça para que ela possa emitir seu parecer sobre essa matéria.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros, Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes de dar...

Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Gostaria apenas de fazer uma indagação ao Relator, se V. Exª me permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros, Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Exª, e peço

ao Senador Walter Pinheiro que, por favor, na medida do possível, coloque-se à disposição do Senador.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP, Sem revisão do orador.) – Caríssimo Relator Walter Pinheiro, na verdade, a indagação é em relação ao §2º do art. 8º.

V. Exª acatou uma emenda... Na verdade, é um pequeno ajuste de correção, é só para tirar as dúvidas. V. Exª acatou uma emenda encaminhada pela Bancada da Amazônia, digamos assim, uma sugestão subscrita por mim, pelo Senador Romero Jucá, pelo Senador José Sarney e pelo conjunto de Senadores da Amazônia, notadamente dos Estados que possuem áreas de livre comércio. Só que, na redação vinda da Câmara dos Deputados, no §2º, constou o seguinte: "Ficam extintos, a partir de 1º de janeiro de 2004, os benefícios fiscais a que se referem os dispositivos legais mencionados no *caput* deste artigo". Obviamente que a redação tem que ser corrigida para, no lugar de 2004, constar 2024. Não teria sentido ser 2004. A redação original é no sentido de vincular os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus e das áreas de livre comércio para serem extintos em 2024, e não em 2004. No avulso distribuído aqui, consta o ano de 2004. Trata-se apenas de fazer a devida correção para a data de 2024.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – No material que tenho aqui em minhas mãos, aparece 2024.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros, Bloco Maioria/PMDB – AL) – É que essa modificação já foi posta no avulso.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros, Bloco Maioria/PMDB – AL) – Essa modificação foi feita através de retificação da própria Câmara dos Deputados.

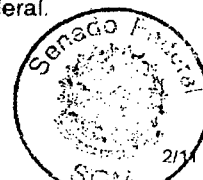
**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeito, era só essa indagação.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O nosso texto foi 2024, e consta aqui, inclusive já na correção, 2024.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Esclarecido, Presidente. Esclarecido.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Um erro por dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros, Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos ao Senador Walter Pinheiro, e agradecemos sobretudo por sua sugestão no sentido de encaminharmos esse procedimento previsto pelo Regimento do Senado Federal.



O art. 234, *Parágrafo único*, diz o seguinte: "Quando houver dúvidas sobre se a emenda apresentada como de redação atinge a substância da proposição, ouvir-se-á a Comissão de Constituição e Justiça."

No caso, trata-se de um destaque que tem o mesmo efeito, na expressão do Senador Walter, uma incongruência, na verdade, uma antinomia que precisa de correções.

Eu aproveito a oportunidade e concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para que possa dirimir essas dúvidas, em nome da Comissão de Constituição e Justiça.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que o Senador Walter Pinheiro levanta tem completa coerência. O projeto de conversão prevê já, no art. 9º, a definição do que pretende a lei...

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Parágrafo nono.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ...e há, sim, uma incongruência, um erro material do inciso II do §4º do art. 1º. Inclusive o inciso, o parágrafo, o art. 9º tem prevalência...

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Parágrafo nono.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Parágrafo nono. O §9º tem prevalência sobre o inciso. E o que o Senador Walter pretende é corrigir um erro material. Portanto, não se trata nem de emenda de redação, nem de emenda modificativa, e, sim, uma correção material que é feita.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela retirada da matéria para dar coerência e exequibilidade ao texto. Ou seja, a ideia do legislador precisa ser mantida na legislação, e, com essa correção, se faz isso.

O parecer é favorável ao que pretende o Senador Walter Pinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos ao Senador Romero Jucá.

Esclarecida essa dúvida, passaremos à votação dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

Antes, porém, nós concedemos a palavra ao Senador José Agripino.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco Minoria/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, no anúncio da matéria, eu chamava a atenção exatamente disso. Se tivéssemos votado essa matéria ontem, como era o desejo de algumas pessoas, nós iríamos votar uma coisa que seria ineficaz, seria inócua, porque ela conteria textos conflitantes. E, do conflito do texto, iria

redundar a ineficácia do plano legislativo. Então, foi bom ter sido feito o entendimento. Ajusta-se o texto. Eu não sei o que a Câmara vai entender desse ajuste que se vai fazer aqui, no Senado, porque se está fazendo a modificação que contraria o texto que eles mandaram; mas esse é um problema a ser administrado no futuro.

Agora, eu queria fazer apenas mais uma observação: se, Presidente Renan, já tivesse sido aprovado o rito de tramitação das medidas provisórias, proposta pelo Senado e relatada pelo Senador Aécio Neves, que se encontra represado na Câmara, nós não estaríamos agora votando, mais uma vez, penduricalhos em cima de uma matéria que, inicialmente, trazia apenas incentivos aos setores sucroalcooleiro e petroquímico, por meio do aproveitamento do chamado crédito presumido sobre o PIS/Pasep e Cofins. Entraram coisas que eu não tenho como votar contra, mas entraram clandestinamente: auxílio-financeiro, para os Municípios, de R\$3 bilhões, que é um benefício, mas é um contrabando dentro da matéria original; prorrogação, para 2024, dos incentivos fiscais para as empresas que investirem em projetos na Sudam e Sudene; e prorrogação, para 2024, dos incentivos fiscais para as empresas que investirem em projetos nas áreas da Zona Franca de Manaus, zona de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental, entre outros projetos que foram rejeitados pela Câmara dos Deputados.

Então, eu vou votar a favor, vou encaminhar a favor, vou cumprir o compromisso, mas fazendo o registro da importância e da necessidade da aprovação da proposta de emenda à Constituição que está tramitando na Câmara e está mal parada lá e que ordena, disciplina, coloca ordem na tramitação das medidas provisórias, evitando aquilo que está ocorrendo, mais uma vez, nesta MP: matérias que não têm nada que ver com a matéria original, mandada pelo Executivo, entrando e sendo aprovadas aqui no plenário.

De toda forma, com esse registro, eu jamais poderia ficar contra incentivos para a Zona Franca, para a Sudene, para a Sudam e, muito menos, para os Municípios quebrados do Brasil.

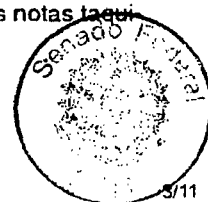
O nosso voto é "sim."

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só pela...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ...condição material, inclusive, eu vou repetir aqui exatamente o texto que V. Ex<sup>a</sup> vai submeter à votação, para que a gente aproveite as notas técnicas e não fique nenhum...



932

Então, a partir do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, retira-se o inciso II do §4º do art. 1º. É, portanto, matéria já constante no disposto no §9º deste mesmo artigo, o art. 1º.

Portanto, essa é a reparação aqui, Sr. Presidente, de texto que se faz nesta medida provisória.

E quero também, Sr. Presidente, só para a gente ser correto com essas questões: o item que trata da questão dos R\$3 bilhões para os Municípios já havia sido alterado do ponto de vista orçamentário por uma matéria relatada pelo Senador Casildo Maldaner, na Comissão de Orçamento. Portanto, fez-se a correção, Senador Casildo, no sentido de já alterar o Orçamento para abrigar os R\$3 bilhões, e V. Exª foi o Relator dessa matéria na Comissão de Orçamento. Ou seja, criaram-se as condições orçamentárias e aqui nós estamos estabelecendo as regras para o cumprimento do que havia sido acordado na Comissão de Orçamento, respeitando, inclusive, Senador Renan, as regras estabelecidas para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios.

Foi isso, Senador Agripino, que nós botamos na medida provisória, para lembrar que quanto a esses 3 bilhões já aprovados no Orçamento, uma alteração produzida pelo Senador Casildo, a gente pudesse fazer isso obedecendo rigorosamente a mesma regra que cabe ao Fundo de Participação.

Eram essas correções que eu tinha que fazer antes da votação dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Randolfe Rodrigues com a palavra V. Exª.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Votemos. Após a votação, eu falo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Certo. Em votação os pressupostos de relevância, adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Discussão do projeto de lei de conversão da medida provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Antes de colocarmos a matéria em votação, estamos aguardando o requerimento de destaque para a correção da redação do texto do projeto de lei de conversão.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Enquanto não chega o requerimento, só para destacar que na LDO, na Comissão de Orçamento, presidida pelo Senador Lobão Filho, tivemos uma tramitação longa e conseguimos preparar isso. Eu quero destacar o empenho do Senador Walter Pinheiro. Abriu-se o espaço, como ele bem frisou daqui da tribuna, conseguiu-se preparar, na LDO, essa questão dos Municípios, 1,5 bilhão – que são 3 bilhões –, 1,5 bilhão que o Governo Federal quer liquidar agora. O outro valor será em abril.

Abriam-se as condições do Orçamento e, como diz o Senador Walter Pinheiro, agora aqui há as condições legais para que o Governo Federal possa concluir e executar essa proposta. Então, só para destacar e agradecer a referência aqui, bem lembrada, o conhecimento que o Senador Walter Pinheiro tem em relação a essas matérias todas. Aliás, não é de hoje que ele traz esses conhecimentos à Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento do Senador Walter Pinheiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que requer destaque para a votação em separado do inciso II do §4º do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013.

É o seguinte o requerimento:

#### REQUERIMENTO Nº 980, DE 2013

**Destaque de disposição para votação em separado.**

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do inciso II do § 4º do art. 1º do PLV 20/13.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2013. – Senador **Walter Pinheiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para agradecer o empenho, o esforço do Líder da nossa Bancada, Senador Eunício, e também do Relator, Senador Walter Pinheiro. Aí, Sr. Presidente, foi estendido às cooperativas. Acho que o mérito disso é muito grande. As cooperativas estavam de fora e não havia nenhum motivo para que elas também não pudessem ter o mesmo benefício. De forma que quero



agradecer, como Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, o trabalho, tanto do nosso Líder quanto de tantos outros, em especial do Senador Romero Jucá, pelo trabalho, pela persistência, e do Relator, Senador Walter Pinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia. Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoridade/PSDB – GO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, gostaria também de agradecer ao Relator, Senador Walter Pinheiro.

Quero dizer da importância dessa medida provisória para o nosso Estado, o Estado de Goiás. Agradeço a sensibilidade, também, do Senador Romero Jucá, que juntamente com o Senador Walter Pinheiro, propôs a retomada da Emenda nº 22, que sem dúvida nenhuma favorece enormemente o programa. Portanto, os meus agradecimentos em nome do meu Estado, o Estado de Goiás.

Quero aqui também dizer da minha satisfação de terem sido retirados da medida provisória os pontos secos, uma vez que essa matéria exige um debate mais profundo.

Quero também parabenizar o Senador pela inclusão dos recursos para os Municípios que, sem dúvida nenhuma, são muito importantes para todo o nosso País.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em nome do Partido Progressista queria agradecer e cumprimentar o Senador Walter Pinheiro pelo excelente trabalho realizado na construção de uma alternativa, resguardando a relevância das questões relacionadas.

No meu Estado, a questão petroquímica é muito relevante, é fundamental. O que foi proposto pelo Governo é um avanço e nós reconhecemos.

Queria, então, expressar meus cumprimentos ao Senador Walter Pinheiro em nome do setor petroquímico do meu Estado, do Rio Grande do Sul.

Meus cumprimentos ao Senador Walter Pinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, nos termos

do texto aprovado e encaminhado pela Câmara dos Deputados, com a retificação enviada por aquela Casa, sem prejuízo, evidentemente, da matéria destacada.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se, portanto, como consequência da aprovação, à votação da matéria destacada pelo Requerimento.

Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu voto “sim” ao destaque, obviamente retirando... “Não”...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não, o voto é para retirar, para cumprir, exatamente...

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Exatamente. Eu voto a favor...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... o objetivo defendido, o voto...

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu voto a favor do texto que nós estamos incluindo...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sem dúvida.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... obviamente, pela retirada do inciso II do §4º do art. 1º, fazendo essa correção, de materialidade, aqui, como disse muito bem o nobre Relator da CCJ, para que nós possamos executar a lei.

Então, portanto, nós votamos, aí, “não” ao texto e “sim” a esse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a matéria destacada permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitada.

Aprovado o projeto de lei de conversão com destaque, nos termos do texto aprovado e encaminhado pela Câmara dos Deputados, com retificação enviada por aquela Casa. Ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:



**PARECER**  
**Nº 954, DE 2013**  
**(Da Comissão Diretora)**

Redação final do Projeto de Lei de  
Conversão nº 20, de 2013 (Medida  
Provisória nº 613, de 2013).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013 (Medida Provisória nº 613, de 2013), que *institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, dispondo sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica; e dá outras providências*, excluindo o inciso II do § 4º do art. 1º.

Sala de Reuniões da Comissão, em 29 de agosto de 2013.

**Senador Renan Calheiros, Presidente**

**Senador Romero Jucá, Relator**

**Senador Flexa Ribeiro**

**Senador Jayme Campos**

**ANEXO AO PARECER Nº 954, DE 2013**

Redação final do Projeto de Lei de  
Conversão nº 20, de 2013 (Medida  
Provisória nº 613, de 2013).

Institui crédito presumido da  
Contribuição para o PIS/Pasep e da  
Contribuição para o Financiamento da  
Seguridade Social (Cofins) na venda de  
álcool, inclusive para fins carburantes;  
altera as Leis nºs 9.718, de 27 de  
novembro de 1998, 10.865, de 30 de  
abril de 2004, 11.196, de 21 de  
novembro de 2005, e 9.532, de 10 de  
dezembro de 1997, e a Medida  
Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto  
de 2001, para dispor sobre a incidência



das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que específica; revoga o § 2º do art. 57 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A pessoa jurídica importadora ou produtora de álcool, inclusive para fins carburantes, sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido calculado sobre o volume mensal de venda no mercado interno do referido produto.

§ 1º O crédito presumido de que trata o *caput* poderá ser aproveitado em relação a vendas efetuadas até 31 de dezembro de 2016.

§ 2º O montante do crédito presumido a que se refere o *caput* será determinado mediante aplicação das seguintes alíquotas específicas:

I – entre a data de publicação da Medida Provisória nº 613, de 7 de maio de 2013, e 31 de agosto de 2013:

- a) R\$ 8,57 (oito reais e cinquenta e sete centavos) por metro cúbico de álcool comercializado, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep; e
- b) R\$ 39,43 (trinta e nove reais e quarenta e três centavos) por metro cúbico de álcool comercializado, em relação à Cofins;

II – a partir de 1º de setembro de 2013:

- a) R\$ 21,43 (vinte e um reais e quarenta e três centavos) por metro cúbico de álcool comercializado, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep; e
- b) R\$ 98,57 (noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos) por metro cúbico de álcool comercializado, em relação à Cofins.

§ 3º O crédito presumido não aproveitado em determinado mês poderá ser aproveitado nos meses subsequentes.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica a operações que consistam em mera revenda do produto.

§ 5º Entre a data de publicação da Medida Provisória nº 613, de 7 de maio de 2013, e 31 de agosto de 2013, a pessoa jurídica de que trata o *caput* poderá optar por regime especial em

I – a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins devidas serão calculadas mediante alíquotas específicas de R\$ 21,43 (vinte e um reais e quarenta e três centavos) e R\$ 98,57 (noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos) por metro cúbico de álcool, respectivamente;





I – o crédito presumido de que trata o *caput* poderá ser apurado mediante aplicação das taxas estabelecidas no inciso II do § 2º.

§ 6º A opção prevista no § 5º será irrevogável.

§ 7º O saldo credor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurado na forma do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário, poderá ser objeto de:

I – compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – pedido de ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 8º As cooperativas de produtores de etanol, responsáveis pelo recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins nos termos do art. 66 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, são também responsáveis pela apuração do crédito presumido de que trata o *caput*, o qual será compensado com as contribuições devidas por suas cooperadas.

§ 9º O disposto nos §§ 1º a 8º também se aplica às pessoas jurídicas de que trata o § 19 do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e às cooperativas de produtores de álcool.”

Art. 2º Durante a vigência do regime especial de que trata o § 5º do art. 1º, caso a pessoa jurídica de que trata o § 19 do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, adquira álcool de pessoa jurídica optante pelo regime especial, o montante do crédito de que trata o § 13 do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, será apurado mediante aplicação das alíquotas específicas aplicáveis no caso de venda por pessoa jurídica produtora ou importadora do produto não optante pelo regime especial.

Art. 3º O saldo de créditos apurados pelas pessoas jurídicas importadoras ou produtoras de álcool na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, existente na data de publicação da Medida Provisória nº 613, de 7 de maio de 2013, poderá, nos termos e prazos fixados em regulamento:

I – ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação aplicável à matéria; ou

II – ser ressarcido em dinheiro, observada a legislação aplicável à matéria.

Art. 4º A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º .....

§ 13. O produtor e o importador de álcool, inclusive para fins carburantes, sujeitos ao regime de apuração não cumulativa da



Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins podem descontar créditos relativos à aquisição do produto para revenda de outro produtor ou de outro importador.

....." (NR)

Art. 5º A Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

§ 15. Na importação de etano, propano e butano, destinados à produção de eteno e propeno; de nafta petroquímica e de condensado destinado a centrais petroquímicas; bem como na importação de eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno, quando efetuada por indústrias químicas, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação são de, respectivamente:

I – 0,18% (dezoito centésimos por cento) e 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos nos anos de 2013, 2014 e 2015;

II – 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento) e 2,46% (dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos no ano de 2016;

III – 0,90% (noventa centésimos por cento) e 4,10% (quatro inteiros e dez centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos no ano de 2017; e

IV – 1% (um por cento) e 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento), para os fatos geradores ocorridos a partir do ano de 2018.

....." (NR)

Art. 6º A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 56. A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins devidas pelo produtor ou importador de nafta petroquímica, incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda desse produto às centrais petroquímicas, serão calculadas, respectivamente, com base nas alíquotas de:

I – 0,18% (dezoito centésimos por cento) e 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos nos anos de 2013, 2014 e 2015;

II – 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento) e 2,46% (dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos no ano de 2016;



III – 0,90% (noventa centésimos por cento) e 4,10% (quatro inteiros e dez centésimos por cento), para os fatos geradores ocorridos no ano de 2017; e

IV – 1% (um por cento) e 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento), para os fatos geradores ocorridos a partir do ano de 2018.

Parágrafo único. O disposto no *caput* aplica-se também:

I – às vendas de etano, propano, butano, condensado e correntes gasosas de refinaria – HLR – hidrocarbonetos leves de refino para centrais petroquímicas para serem utilizados como insumo na produção de eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno; e

II – às vendas de eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno para indústrias químicas para serem utilizados como insumo produtivo.” (NR)

“Art. 57. ....

§ 1º Na hipótese de revenda dos produtos adquiridos na forma do art. 56 ou importados na forma do § 15 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, os créditos de que trata o *caput* serão calculados mediante a aplicação das alíquotas estabelecidas nos incisos do *caput* do art. 56.

§ 2º (Revogado).” (NR)

“Art. 57-A. O disposto no art. 57 aplica-se também às aquisições dos produtos cujas vendas são referidas nos incisos do parágrafo único do art. 56.

§ 1º O saldo de créditos apurados pelas indústrias petroquímicas na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, existente em 8 de maio de 2013, poderá, nos termos e prazos fixados em regulamento:

I – ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – ser ressarcido em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 2º O crédito previsto no art. 57 e neste artigo, decorrente da aquisição dos produtos mencionados no *caput* e no parágrafo único do art. 56 que a pessoa jurídica não conseguir utilizar até o final de cada trimestre-calendário poderá ser:

I – compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II – ressarcido em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria.”



"Art. 57-B. É o Poder Executivo autorizado a conceder às centrais petroquímicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins crédito presumido relativo à aquisição de etanol utilizado na produção de polietileno.

§ 1º O crédito presumido de que trata o *caput* será estabelecido com parâmetro nas oscilações de preço do etanol no mercado.

§ 2º O montante do crédito presumido de que trata o *caput* será determinado mediante aplicação de alíquota específica correspondente a, no máximo, R\$ 80,00 (oitenta reais) por metro cúbico de etanol.

§ 3º O crédito presumido de que trata o *caput* poderá ser utilizado conforme estabelecido no § 2º do art. 57-A."

Art. 7º A União prestará auxílio financeiro aos Municípios no montante de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), com o objetivo de incentivar a melhoria da qualidade dos serviços públicos municipais, de acordo com critérios, prazos e condições previstos nesta Lei.

§ 1º O montante referido no *caput* será entregue aos Municípios em 2 (duas) parcelas iguais de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), na forma fixada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, até as seguintes datas:

I – a primeira parcela será entregue até 15 de setembro de 2013; e

II – a segunda parcela será entregue até 15 de abril de 2014.

§ 2º O rateio do montante de que trata o *caput* entre os Municípios observará os coeficientes individuais do Fundo de Participação dos Municípios, estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União para cada exercício.

§ 3º O auxílio financeiro é condicionado à existência de dotação orçamentária específica para essa finalidade.

Art. 8º O § 3º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 3º O benefício fiscal referido no *caput* deste artigo fica extinto a partir de 1º de janeiro de 2024.

....." (NR)

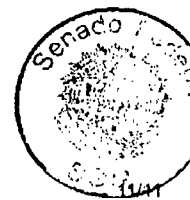
Art. 9º O § 2º do art. 77 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77. ....

§ 2º Ficam extintos, a partir de 1º de janeiro de 2024, os benefícios fiscais a que se referem os dispositivos legais mencionados no *caput* deste artigo." (NR)

Art. 10. Revoga-se o § 2º do art. 57 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção presidencial.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria apenas registrar a importância da matéria que nós votamos e o esforço que o Congresso fez no sentido de colocar a emenda que atende aos Municípios. Portanto, ainda em setembro os Municípios brasileiros poderão receber o reforço de FPM acertado com a Presidenta Dilma.

Muito importante a matéria para diversos setores da economia, mas eu queria registrar aqui a importância para os Municípios e também para a Amazônia Ocidental, no que diz respeito à ampliação do prazo dos incentivos fiscais.

Muito obrigado.

**O SR. GIM** (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente, dentro da mesma...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria destacar...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Senador Gim Argello na sequência.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria, assim, não só cumprimentar o Senador Walter Pinheiro, pela importância desta medida provisória, em especial para os Municípios brasileiros, mas destacar a importância desta medida provisória para a Amazônia brasileira. A prorrogação da validade da área da Zona Franca de Manaus e, em especial, de um instrumento fundamental e definitivo. Não diria definitivo, mas um instrumento fundamental para o desenvolvimento da Amazônia Oriental e da Amazônia Ocidental, que são as Áreas de Livre Comércio, este instrumento, que são as Áreas de Livre Comércio, cuja vigência estava ameaçada de terminar agora, no próximo dia 1º de janeiro.

Eu queria, nesse sentido, da incorporação da prorrogação da vigência do funcionamento das Áreas de Livre Comércio, destacar e reconhecer o Senador

Romero Jucá, o seu apoio, o seu envolvimento neste esforço para a construção, o envolvimento do Presidente, Senador José Sarney, que tem inclusive uma proposta de emenda constitucional nesses termos, e que não está prejudicada, porque, mesmo aprovando isso nessa medida provisória, nós continuamos o esforço para a aprovação, depois da emenda constitucional do Presidente, Senador José Sarney.

Essa emenda constitucional é importante para consolidar essa conquista, que são as Áreas de Livre Comércio. Eu repito: as Áreas de Livre Comércio não são um instrumento definitivo, mas são um instrumento fundamental para o desenvolvimento, para a indução do desenvolvimento regional na Amazônia.

E a aprovação desse art. 9º, nessa Medida Provisória nº 613, que trata claramente de desonerações tributárias, é fundamental como instrumento do desenvolvimento regional. Por isso, considero eu que se encontra coerente com o escopo dessa medida provisória. E isso vem trazer para a Amazônia brasileira, para os Estados de Roraima, do Acre, de Rondônia e, em especial, para o meu Estado do Amapá, para a Área de Livre Comércio, para o empresariado amapaense, para o comércio amapaense, a tranquilidade necessária que se encontrava diante da angústia de ver a Área de Livre Comércio de Macapá, em Santana, ter os seus dias encerrados no próximo dia 31 de dezembro.

Quero agradecer a V. Exª pela celeridade dessa medida provisória que findava na próxima quarta-feira, pela celeridade de ter colocado essa medida provisória em apreciação no dia de hoje, pelo esforço coletivo que foi feito para ser assegurada a continuidade da existência das Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Exª e o cumprimentamos pelo esforço para que nós pudéssemos aprovar essa importante matéria.

Senador Gim Argello.

**O SR. GIM** (Bloco União e Força/PTB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dentro da mesma linha, quero parabenizar todos que participaram desse esforço – Senador Walter Pinheiro, Senador Eunício Oliveira, Senador Romero Jucá, Senador Randolfe Rodrigues, V. Exª –, que, com o esforço ímpar deste Plenário, conseguimos vencer mais essa etapa, dando tranquilidade para que possa haver essa Zona de Livre Comércio.

E também calculo muito importante o primeiro repasse para os Municípios do País. Não temos Municípios aqui no Distrito Federal; mas, aqui em volta, vejo a dificuldade – e é o espelho do País – que os Municípios





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

## **ANEXO À NOTA TÉCNICA SGM Nº 3/2019**

Emenda nº 22 à MPV 613/2013

Impresso por: 405.069.038-02/Inq 4437  
Em: 30/04/2019 - 19:10:19



937



CONGRESSO NACIONAL

MPV 613

00022

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 14/05/2013	PROPOSIÇÃO Medida Provisória n. 613, de 7 de maio de 2013			
AUTOR Deputado Arnaldo Jardim - PPS/SP			Nº PRONTUÁRIO 339	
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTIT 3 ( ) MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA

EMENDA ADITIVA

Acréscense-se ao artigo 1º da Medida Provisória n. 613, de 07 de maio de 2013, o seguinte parágrafo:

"Art. 1º. ....

§ 7º. O saldo credor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurado na forma do art. 3º das Leis n. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e n. 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e do art. 15 da Lei n. 10.865, de 30 de abril de 2004, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário, poderá ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - pedido de ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria."(N.R.)

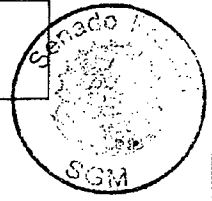
JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória n. 613, de 07 de maio de 2013, criou um mecanismo de apuração das contribuições PIS e COFINS incidentes sobre a venda de etanol que, efetivamente, zerou o saldo destas contribuições a pagar a cada mês; ou seja, desonerou a cadeia de produção e comercialização deste combustível limpo e renovável.

De acordo com a MP, para cada litro de etanol comercializado pelo produtor no mercado interno, lhe será garantido um crédito presumido de mesma dimensão ao seu débito, agora majorado para R\$ 120,00 por metro cúbico.

Ocorre que este mecanismo, pelo fato de anular completamente o débito das contribuições COFINS e PIS por meio do crédito presumido, gera um acúmulo de créditos operacionais e de investimentos destas mesmas contribuições, que acabou sendo agravado pela recente desoneração dos produtos da cesta básica, entre os

ASSINATURA 
----------------



Recebido em 14/05/2013, às 16h15  
Thiago Castro, Mat. 229754



CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 14/05/2013	PROPOSIÇÃO Medida Provisória n. 613, de 7 de maio de 2013
--------------------	--

AUTOR Deputado Arnaldo Jardim – PPS/SP	Nº PRONTUÁRIO 339
---	----------------------

TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTIT 3 ( ) MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
---	--	--	--	--

PAGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFOS	INCISO	ALÍNEA
--------	--------------	------------	--------	--------

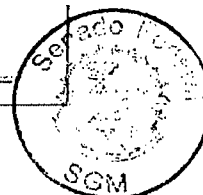
quais está o açúcar.

Estes créditos acumulados operacionais e de investimento, como são parte do preço dos insumos e serviços comprados pelas indústrias, acabam virando custo para estas. Ou seja, a efetividade do benefício é parcialmente anulada por estes créditos que serão acumulados e que a legislação atual não estabelece mecanismos para seu aproveitamento.

Nesta linha, propomos o aperfeiçoamento do texto da Medida Provisória n. 613/2013, mediante a inclusão de novo parágrafo ao seu artigo 1º que preveja a utilização destes créditos que serão acumulados para compensação com outros tributos federais ou seu ressarcimento em dinheiro.

Impresso por: 405.069223-0/2019-11310:4431  
Em: 30/04/2019 - 11:30:44

ASSINATURA 
----------------





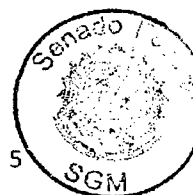


**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

## **ANEXO À NOTA TÉCNICA SGM Nº 3/2019**

Página de tramitação, no Senado Federal, do PLV nº 20/2013

Impresso por: 405.069.638-02/Inq 4437  
Em: 30/04/2019 - 12:10:19





Buscar no portal

[Congresso Nacional \(https://www.congressonacional.leg.br/\)](https://www.congressonacional.leg.br/) »[Matérias Legislativas \(https://www.congressonacional.leg.br/materias/\)](https://www.congressonacional.leg.br/materias/) »[Pesquisa de Matérias \(https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/\)](https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/) » Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 20, de 2013

## Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 20, de 2013

Ver também: MPV 613/2013 (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/112557>)

**Autoria:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 613, de 2013

**Texto inicial** (<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4644824&ts=1553283092741&disposition=inline>)

**Norma Gerada:** Lei nº 12.859 de 10/09/2013 (<https://legis.senado.leg.br/norma/591307>)

Imprimir

**Assunto:** Econômico - Tributação.

(<https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/11402>)

### Ementa:

Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na venda de álcool inclusive para fins carburantes; altera as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, dispondo sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica; e dá outras providências.

### Explicação da Ementa:

Estabelece que a pessoa jurídica importadora ou produtora de álcool, inclusive para fins carburantes, sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, até 31 de dezembro de 2016, crédito presumido calculado sobre o volume mensal de venda no mercado interno do referido produto, nos termos e na forma em que especifica. Dispõe que durante a vigência do regime especial a vigorar entre a publicação da Medida Provisória e 31 de agosto de 2013 caso a pessoa jurídica de que trata o § 19 do art. 5º da Lei nº 9.718, de 1998, controladas por produtores de álcool ou interligadas a produtores de álcool, seja diretamente ou por intermédio de cooperativas de produtores, adquira álcool de pessoa jurídica optante pelo regime especial, o montante do crédito de que trata o § 13 do art. 5º da Lei nº 9.718, de 1998, será apurado mediante aplicação das alíquotas específicas aplicáveis no caso de venda por pessoa jurídica produtora ou importadora do produto não optante pelo regime especial. Dispõe sobre as formas de compensação e ressarcimento, de acordo com regulamento, aplicáveis ao saldo de créditos apurados pelas pessoas jurídicas importadoras ou produtoras de álcool na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, existente na data de publicação da Medida Provisória. Altera a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998 (Altera a Legislação Tributária Federal), para dispor que o produtor e o importador de álcool, inclusive para fins carburantes, sujeito ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, pode descontar créditos relativos à aquisição do produto para revenda de outro produtor ou de outro importador. Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 (Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços), para estabelecer as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação referentes à importação de etano, propano, butano, nafta petroquímica, condensado destinado a centrais petroquímicas, eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e de paraxileno, quando efetuadas por indústrias químicas para serem utilizados como insumo. Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor que a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS devida pelo produtor ou importador de nafta petroquímica, incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda desse produto às centrais petroquímicas, serão calculadas, respectivamente, com base nas alíquotas que especifica, bem como autoriza o Poder Executivo a conceder às centrais petroquímicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS crédito presumido relativo à aquisição de etanol utilizado na produção de polietileno, nos termos em que especifica. Estabelece que a União prestará auxílio financeiro aos municípios no montante de R\$ 3 bilhões, com o objetivo de incentivar a melhoria da qualidade dos serviços públicos municipais. Extingue, a partir de 1º de janeiro de 2024, o benefício de redução de 75% do imposto de renda das empresas instaladas nas áreas da Sudene e da Sudam, previsto na Medida Provisória nº 2.199, de 1991. Reestrutura o modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros de zona secundária (portos secos), criando os CLIAS (Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros).

### Situação Atual

Tramitação encerrada



29/04/2019

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 20, de 2013 - Pesquisa de Matérias - Congresso Nacional

**Decisão:**

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão

**Destino:**

À sanção

**Norma jurídica gerada:**Lei nº 12.859 de 10/09/2013 (<https://legis.senado.leg.br/norma/591307>)**Último local:**

11/11/2013 - Secretaria de Arquivo

**Último estado:**

16/09/2013 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

**Participe**

0

Consulta pública encerrada (<http://www12.senado.gov.br/ecidadania/visualizaocaomateria?id=114025>)

0

SIM

NÃO

Compartilhe

Resultado apurado em 29/04/2019 às 18:20

Acompanhar esta matéria

**Documentos**

Lista de publicações oficiais

Informações complementares

Matérias relacionadas

Eventos e prazos importantes

**Tramitação**

Exibir apenas tramitações com situação informada ou textos publicados

Datas em ordem Decrescente

Recarregar

PLENÁRIO

COMISSÕES

OUTROS

**11/11/2013**

SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

**Ação:**

ARQUIVADO

**31/10/2013**

SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

**Ação:**

Anexado Ofício CN nº 827, de 31/10/2013, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para edição do Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e seu encaminhamento ao Arquivo. (fl. 1082).  
Ao Arquivo.

**30/10/2013**

29/04/2019

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 20, de 2013 - Pesquisa de Matérias - Congresso Nacional

SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

**Ação:**

Recebido neste órgão às 09:50hs.

**29/10/2013**

CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

**Ação:**

A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 28 de outubro do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 613, de 2013, cujo prazo integral de vigência expirou em 4 de setembro de 2013, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À SEXP.

Publicado no DSF Páginas 76743 (<http://www.senado.gov.br/atividade/rotinas/materia/verDiario.asp?dt=30/10/2013&p=76743&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

**29/10/2013**

CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

**Ação:**

Em 28/10/2013, esgotado o prazo previsto no § 2º do art. 11, "caput", da Resolução nº 1/2002-CN, sem a edição de Decreto Legislativo.

Ao Plenário.

**22/10/2013**

CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

**Ação:**

Tendo em vista a manutenção do Veto nº 37, de 2013, apostado à matéria, na Sessão Conjunta de 15 de outubro de 2013, o processado é enviado ao Arquivo.

\*\*\*\*\* Retificado em 22/10/2013\*\*\*\*\*

Mantido o Veto nº 37, de 2013, apostado à matéria, na Sessão Conjunta de 15 de outubro de 2013.

**16/09/2013**

CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

**Situação:**

TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

**Ação:**

Em 13/9/2013 esgotado o prazo regimental previsto no art. 11, "caput" e § 1º, da Resolução nº 1/2002-CN, sem a Comissão ter apresentado o Projeto de Decreto Legislativo.

Aguardando, nesta Secretaria, o término do prazo de 60 dias estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN.

**11/09/2013**

CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

**Ação:**

Recebido, nesta Secretaria, às 9 horas.

**11/09/2013**

SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

**Situação:**

TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

**Ação:**

(PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

SANCIONADA. LEI 012.859 DE 2013. (Vetado, Parcialmente, vide MSG 00390 de 2013).

DOU - 11/09/2013 PÁG. 00001 e 00003

Sancionada em 10/09/2013.

À SCLCN.

**04/09/2013**

SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

**Ação:**

Anexado o texto revisado (fls. 1072 a 1077).

**03/09/2013**

SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

**Situação:**

REMETIDA À SANÇÃO

**Ação:**

Anexado o Ofício CN nº 708, de 29/08/13, à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 53/13 à Excelentíssima Senhora Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 1.063 a 1.070).



29/04/2019

## Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 20, de 2013 - Pesquisa de Matérias - Congresso Nacional

Anexado o Ofício CN nº 709, de 29/08/13, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial (fl. 1.071).

03/09/2013

SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

## Ação:

Recebido neste Órgão às 19h00.

03/09/2013

SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

## Ação:

À Secretaria de Expediente.

29/08/2013

SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

## Situação:

APROVADA

## Ação:

Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Walter Pinheiro (Relator), que se pronuncia favoravelmente, com a retirada do inciso II § 4º do art. 1º do texto do presente projeto, para correção de erro material, após consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A seguir, o Senador Romero Jucá manifesta-se a respeito, em nome da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favoravelmente à correção do erro material, na forma pretendida pelo relator, Senador Walter Pinheiro.

Usam da palavra os Senadores José Agripino e Walter Pinheiro (Relator).

Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária.

É lido e aprovado o Requerimento nº 980, de 2013, de autoria do Senador Walter Pinheiro, solicitando destaque para votação em separado do inciso II § 4º do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013.

Aprovado o projeto nos termos do texto aprovado e encaminhado pela Câmara dos Deputados, com a retificação enviada por aquela Casa, sem prejuízo do destaque.

Rejeitado o inciso II § 4º do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013.

Ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

Aprovada a redação final. (Parecer nº 954, de 2013 - CDIR)

À sanção.

À SEXP.

Publicado no DSF Páginas 58168-58179 (<http://www.senado.gov.br/atividade/rotinas/materia/verDiario.asp?dt=30/08/2013&p=58168&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

P.S. 954/2013 (<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4644833&ts=1553283092802&disposition=inline>)

Redação Final de Plenário - Projeto de Lei de Conversão (<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4644843&ts=1553283092845&disposition=inline>)

29/08/2013

SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

## Situação:

INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

## Ação:

Incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 29/8.

Discussão, em turno único.

28/08/2013

SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

## Ação:

O Senado Federal recebeu o Ofício nº 843, de 2013, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que foi verificada inexistência material no texto dos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013 (proveniente da Medida Provisória nº 613, de 2013), encaminhados para apreciação desta Casa, referente ao § 2º do art. 77 da Lei nº 9.532, de 1997.

A Presidência comunica ao Plenário que os avulsos do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013, já foram retificados e encontram-se à sua disposição.

À SSCLSF.

Publicado no DSF Páginas 57604-57638 (<http://www.senado.gov.br/atividade/rotinas/materia/verDiario.asp?dt=29/08/2013&p=57604&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

28/08/2013

SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

## Situação:

INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

## Ação:

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 28/8/2013.

Discussão em turno único.

27/08/2013



29/04/2019

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 20, de 2013 - Pesquisa de Matérias - Congresso Nacional

SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

**Ação:**

A Presidência comunica ao Plenário que o Senado Federal recebeu o Ofício nº 1.838/2013, do Presidente da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa, o presente Projeto de Lei de Conversão (proveniente da Medida Provisória nº 613, de 2013).

Informa também que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria encontra-se esgotado, e o de sua vigência foi prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional, e esgotar-se-á em 4 de setembro.

A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da sessão amanhã, dia 28/08/2013.

Publicado no DSF Páginas 57344-57369 (<http://www.senado.gov.br/atividade/rotinas/materia/verDiario.asp?dt=28/08/2013&p=57344&v=DSF&s=N&ns=&nv=&nt=>)

Avulso inicial da matéria (<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4644815&ts=1553283092691&disposition=inline>)

Avulso inicial da matéria (<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4644824&ts=1553283092741&disposition=inline>)

27/08/2013

SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

**Situação:**

AGUARDANDO LEITURA

**Ação:**

Aguardando leitura no Senado Federal.

20/08/2013

SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

**Ação:**

Anexado o Ofício CN nº 673 de 20/08/13, encaminhando à Presidência da Câmara dos Deputados, o processado da Medida Provisória nº 613, de 2013 (PLV nº 20, de 2013), aprovado com emendas pela Comissão Mista (fl. 847).

À CD.

20/08/2013

SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

**Ação:**

Recebido neste órgão às 20h09.

20/08/2013

SF-PLEG - PROTOCCLO LEGISLATIVO

**Situação:**

AGUARDANDO LEITURA

**Ação:**

Autuado como PLV 00020 2013, proveniente da MPV 00613 2013.

À SEXP.

CONGRESSO  
NACIONAL



(/home)

Prça dos Três Poderes - Brasília, DF - CEP 70165-900

Fale com o Senado: 0800 612 211

Disque Câmara: 0800 619 619

Fale conosco (/fale-conosco/)

(<http://www12.senado.leg.br/hpsenado>)

(<http://www2.camara.leg.br/>)

(<http://portal.tcu.gov.br/inicio/index.htm>)





**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

## **ANEXO À NOTA TÉCNICA SGM Nº 3/2019**

Página de tramitação, na Câmara dos Deputados, do PLV 20/2013 (MPV 613)

Impresso por: 405.069.038-02/Inq 4437  
Em: 30/04/2019 - 12:10:19



**MPV 613/2013**

Medida Provisória

Situação: Transformada na Lei Ordinária 12859/2013

**Identificação da Proposição**Autor  
Poder ExecutivoApresentação  
08/05/2013**Ementa**

Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências.

**Nova redação da Ementa**

NOVA EMENTA: Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2004, dispondo sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica; e dá outras providências.

**Informações de Tramitação**Forma de apreciação  
Proposição Sujeita à Apreciação do PlenárioRegime de tramitação  
Urgência**Despacho atual:**

Data	Despacho
20/08/2013	Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

**Prazos****Descrição****Início do prazo**

Prazo para Emendas: 9/5/2013 a 14/5/2013.  
Comissão Mista: \*  
Câmara dos Deputados: até 4/6/2013.  
Senado Federal: 5/6/2013 a 18/6/2013.  
Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 19/6/2013 a 21/6/2013.  
Sobrestar Pauta: 22/6/2013.  
Congresso Nacional: 8/5/2013 a 6/7/2013.  
Prorrogação pelo Congresso Nacional: 7/7/2013 a 18/9/2013.

08/05/2013

Alteração de prazo em razão de não haver recasso:  
Prorrogação pelo Congresso Nacional: 7/7/2013 a 4/9/2013.

**Última Ação Legislativa**

Data	Ação
10/09/2013	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Transformado na Lei Ordinária 12859/2013. DOU 11/09/13 PÁG 01 COL 01. Vetado parcialmente. Razões do veto: MSC 390/13-PE. DOU 11/09/13 PÁG 03 COL 01.
17/10/2013	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Recebido o Ofício nº 805/13 (CN) comunicando a manutenção do veto parcial aposto ao § 9º do art. 1º do PLV 20/2013 oriundo da MPV 613/2013.

**Documentos Anexos e Referenciados**

Avulsos	Legislação Citada	Mensagens, Ofícios e Requerimentos (2)
Destaques (0)	Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos (2)	Relatório de conferência de assinaturas
Emendas (93)	Recursos (0)	
Histórico de despachos (1)	Redação Final	Projeto de Lei de Conversão



942

29/04/2019

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_imp.jsp?sessionId=0574E3AAEFE58BDAF415B4696C6930E0](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_imp.jsp?sessionId=0574E3AAEFE58BDAF415B4696C6930E0) proposicoesWebExte...**Tramitação**

<b>Data ▼</b>	<b>Andamento</b>
08/05/2013	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.</li> </ul>
08/05/2013	<b>CONGRESSO NACIONAL (CN)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Prazo para Emendas: 9/5/2013 a 14/5/2013.</li> <li>Comissão Mista: *</li> <li>Câmara dos Deputados: até 4/6/2013.</li> <li>Senado Federal: 5/6/2013 a 18/6/2013.</li> <li>Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 19/6/2013 a 21/6/2013.</li> <li>Sobrestar Pauta: 22/6/2013.</li> <li>Congresso Nacional: 8/5/2013 a 6/7/2013.</li> <li>Prorrogação pelo Congresso Nacional: 7/7/2013 a 18/9/2013.</li> </ul> <p>Alteração de prazo em razão de não haver recesso: Prorrogação pelo Congresso Nacional: 7/7/2013 a 4/9/2013.</p> <p>*Declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 5º, caput, artigo 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional n. 1/02, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.029 (DOU de 16/3/12).</p>
16/05/2013	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Retificação publicada no DOU de 16/5/2013.</li> </ul>
06/06/2013	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Designados, na Comissão Mista para emitir parecer à Medida Provisória, Relator Senador WALTER PINHEIRO e Relator Revisor Deputado Vanderlei Siraque.</li> </ul>
20/08/2013	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Recebido o Ofício nº 673/2013, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 613/2013. Informa, ainda, que a Medida foram oferecidas 93 (noventa e três) emendas e que a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 29, de 2013-CN, que conclui pelo PLV nº 20, de 2013.</li> <li>Recebida a Mensagem 172/2013, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 613/2013.</li> <li>Recebida a Mensagem nº 184/2013, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 613/2013.</li> <li>Recebido o Parecer nº 29, de 2013-CN, da Comissão Mista destinada a apreciar a MPV 613/2013, que conclui pelo PLV nº 20, de 2013.</li> <li>Recebido o PLV nº 20, de 2013, da Comissão Mista da MPV 613/2013, que institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências.</li> </ul>
20/08/2013	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentação da Mensagem n. 172/2013, pelo Poder Executivo, que: "Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 613/2013, que "Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências."</li> </ul>
20/08/2013	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Publique-se. Submeta-se ao Plenário.</li> </ul>
20/08/2013	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 21/08/13 PÁG 35196 COL 01.</li> </ul>
21/08/2013	<b>PLENÁRIO (PLEN) - 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Discussão em turno único.</li> <li>Votação do Requerimento do Dep. Eduardo Cunha, Líder do PMDB, que solicita a retirada de pauta.</li> </ul>



desta Medida Provisória.

Encaminhou a Votação o Dep. Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Verificação da votação do requerimento solicitada pelos Deputados Eduardo Cunha, Líder do PMDB, Jovair Arantes, Líder do PTB e Vicente Cândido (PT-SP), em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento". Passa-se à votação pelo processo nominal.

Prejudicada a verificação da votação do requerimento.

Adiada a discussão por acordo dos Srs. Líderes.  
DCD de 21/08/13, PÁG 35534 COL 01.

#### 27/08/2013 PLENÁRIO (PLEN) - 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária

Discussão em turno único.

Discutiram a Matéria: Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP) e Dep. Newton Lima (PT-SP).

Encerrada a discussão.

Votação em turno único.

Encaminharam a Votação: Dep. Domingos Sávio (PSDB-MG) e Dep. Newton Lima (PT-SP).

Votação preliminar em turno único.

Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

Votação do Requerimento do Dep. Eduardo Cunha, Líder do PMDB, que solicita a votação por grupo de artigos.

Encaminhou a Votação o Dep. Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Aprovado o Requerimento.

Votação, quanto ao mérito, em turno único.

Aprovados os arts. 1º a 9º e 32 do Projeto de Lei de Conversão nº 20/2013, ressalvados os destaques.

Rejeitados os arts. 10 a 31 do Projeto de Lei de Conversão nº 20/2013, ressalvados os destaques.

Votação da Emenda nº 22, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PTB.

Aprovada a Emenda nº 22.

Retirado o Destaque de bancada do PPS, para votação em separado da Emenda 77.

Retirado o Destaque de Preferência da bancada do DEM, para votação da Medida Provisória sobre o Projeto de Lei de Conversão.

Retirado o Destaque de bancada do DEM, para votação em separado do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão para incluí-lo no texto da Medida Provisória.

Prejudicado o Destaque do Dep. Amauri Texeira (PT-BA), para votação dos arts. 10 a 31 do Projeto de Lei de Conversão, para suprimi-los.

Votação da Redação Final.

Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Vanderlei Siraque (PT-SP).

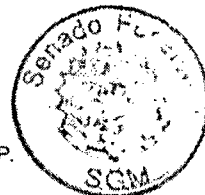
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 613-A/2013 - PLV 20/2013).  
DCD de 28/08/13 PÁG 36499 COL 01.

#### 27/08/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 1.838/13/SGM-P.

#### 28/08/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Comunica inexatidão material em texto de autógrafos, por meio do Of. nº 1.843/13/SGM-P.



943

- 30/08/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
- Recebimento do Ofício nº 709/13 (CN) comunicando remessa à sanção.
- 10/09/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
- Transformado na Lei Ordinária 12859/2013. DOU 11/09/13 PÁG 01 COL 01. Vetado parcialmente. Razões do veto: MSC 390/13-PE. DOU 11/09/13 PÁG 03 COL 01.
- 12/09/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
- Recebido o Ofício n. 2044/2013, do Pres. da Mesa do Congresso Nacional, solicitando indicação de membros para compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão n. 20, de 2013 (oriundo da MPV n. 613, de 2013).
  - Encaminhado o Ofício n. 2068/2013/SGM/P ao Pres. da Mesa do Congresso Nacional, designando os Senhores Deputados JOSÉ GUIMARÃES (PT), LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB), RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB), JÚLIO CESAR (PSD) e ARNALDO JARDIM (PPS) para comporem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão n. 20, de 2013 (oriundo da MPV n. 613, de 2013).
- 19/09/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
- Recebido o Ofício nº 2.109-SF, de 19 de setembro de 2013, informando a composição da Comissão Mista incumbida de relatar o Veto Parcial nº 37/2013 aposto ao PLV 20, de 2013, oriundo da MPV 613, de 2013.
- 17/10/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
- Recebido o Ofício nº 805/13 (CN) comunicando a manutenção do veto parcial aposto ao § 9º do art. 1º do PLV 20/2013 oriundo da MPV 613/2013.
- 31/10/2013 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**
- Recebido o Ofício 827-CN, de 31 de outubro de 2013, que comunica o término do prazo, em 28 de outubro do corrente, para apresentação de decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 613, de 2013, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013, e a consequente extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.

Impresso por: 405.069.638-22 Imp: 437  
Em: 30/04/2019 - 19:17:00





**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

## **ANEXO À NOTA TÉCNICA SGM Nº 3/2019**

Indexação, na Base de Discursos do Senado Federal ("Base DISSE") do Discurso do sr.  
Eunício Oliveira em 29/8/2013

Impresso por: 405.069.638-02/Inq 4437  
Em: 30/04/2019 - 19:10:19



# Pronunciamento de Eunício Oliveira em 29/08/2013

**Autor**

Eunício Oliveira (PMDB - Movimento Democrático Brasileiro/CE)

**Nome Completo**

Eunício Lopes de Oliveira

**Data**

29/08/2013

**Casa**

Senado Federal

**Tipo**

Pela Ordem

**Resumos por Assunto**

CAMARA DOS DEPUTADOS, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, MEDIDA PROVISORIA.

- Crítica a decisão da Câmara dos Deputados que manteve o mandato do deputado condenado Natan Donadon; e outro assunto.

**Indexação**

- DEFESA, NECESSIDADE, APROVAÇÃO, PROPOSTA, EMENDA CONSTITUCIONAL, AUTOR, PAULO PAIM, SENADOR, PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (RS), OBJETO, EXTINÇÃO, VOTO SECRETO, AMBITO, LEGISLATIVO, BRASIL, CRITICA, DECISÃO, CAMARA DOS DEPUTADOS, REFERENCIA, MANUTENÇÃO, MANDATO PARLAMENTAR, DEPUTADO FEDERAL, CONDENAÇÃO CRIMINAL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF).
- DEFESA, APROVAÇÃO, PROPOSTA, EMENDA CONSTITUCIONAL, OBJETO, ALTERAÇÃO, PROCESSO LEGISLATIVO, TRAMITAÇÃO, MEDIDA PROVISORIA.

**Publicação**

Publicação no DSF de 30/08/2013 - Página 58165

**Texto Integral**

Impresso por 4030269-630-02 Inq 4437  
Em: 30/08/2013 19:10:10





**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

## **ANEXO À NOTA TÉCNICA SGM Nº 3/2019**

Registro de comparecimento de senadores na sessão de 29/08/2013

Páginas 58.055 a 58.056 do Diário do Senado Federal de 30/08/2013

Impresso por: 405.069.638-02/Inq 4437  
Em: 30/04/2019 19:10:19



Agosto de 2013

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira 30 58055

## Ata da 143ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 29 de agosto de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Mozerildo Cavalcanti,  
Waldemir Moka e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 24 minutos  
e encerra-se às 18 horas e 42 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

54ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

#### 143ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 29/08/13 07:00 até 29/08/13 20:32

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ANGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PMDB	CE	EUNICIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PTB	DF	GIM	X



58056 Sexta-feira 30

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Agosto de 2013

PT	PE HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO IVO CASSOL	X
DEM	MT JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP JOÃO CAPIBERIBE	X
PTB	PI JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
DEM	RN JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE JOSÉ PIMENTEL	X
PSD	TO KÁTIA ABREU	X
PT	RJ LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO LÚCIA VÂNIA	X
PR	ES MAGNO MALTA	X
DEM	SE MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA MÁRIO COUTO	X
PTB	RR MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC PAULO BAUER	X
PV	RN PAULO DAVIM	X
PT	RS PAULO PAIM	X
PMDB	RS PEDRO SIMON	X
POT	MT PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR ROMERO JUCA	X
PSDB	MS RUBEN FIGUEIRO	X
PMDB	PR SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB VITAL DO REGO	X
PMDB	MS WALDEMIR MOKA	X
PT	BA WALTER PINHEIRO	X
DEM	GO WILDER MORAIS	X

**Compareceram: 64 Senadores**

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 29/08/13 20:34







**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

## **ANEXO À NOTA TÉCNICA SGM Nº 3/2019**

Composição das Lideranças do Senado Federal em 29/08/2013

Páginas 58.404 do Diário do Senado Federal de 30/08/2013

Impresso por: 405.069.638-02/Inq 4437  
Em: 30/04/2019 19:10:19



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar da Maioria - 28 PMDB 20 / PP-5 / PSD 2 / PV 1

Ana Amêlia	PP/RS
Benedito de Lira	PP/AL
Casildo Maldaner	PMDB/SC
Ciro Nogueira	PP/PI
Clésio Andrade	PMDB/MG
Eduardo Braga	PMDB/AM
Eunício Oliveira	PMDB/CE
Francisco Dornelles	PP/RJ
Garibaldi Alves	PMDB/RN
Ivo Cassol	PP/RO
Jader Barbalho	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos	PMDB/PE
João Alberto Souza	PMDB/MA
José Sarney	PMDB/AP
Kátia Abreu	PSD/TO
Lobão Filho	PMDB/MA
Luz Henrique	PMDB/SC
Paulo Davim	PV/RN
Pedro Simon	PMDB/RS
Renan Calheiros	PMDB/AL
Ricardo Ferraço	PMDB/ES
Roberto Requião	PMDB/PR
Romero Jucá	PMDB/RR
Sérgio Petecão	PSD/AC
Sérgio Souza	PMDB/PR
Valdir Raupp	PMDB/RO
Vital do Rêgo	PMDB/PB
Waldemir Moka	PMDB/MS

### Bloco de Apoio ao Governo - 24 PT 12 / PDT 5 / PSB 4 / PCdoB 2 PSOL 1

Acir Gurgacz	PDT/RO
Ana Rita	PT/ES
Angela Portela	PT/RR
Arube Diniz	PT/AC
Antônio Carlos Valadares	PSB/SE
Cristovam Buarque	PDT/DF
Deleide do Amaral	PT/MS
Eduardo Suplicy	PT/SP
Humberto Costa	PT/PE
Inácio Arruda	PCdoB/CE
João Capiberibe	PSB/AP
João Durval	PDT/BA
Jorge Viana	PT/AC
José Pimentel	PT/CE
Lídice da Mata	PSB/BA
Landbergh Farias	PT/RJ
Paulo Paim	PT/RS
Pedro Taques	PDT/MT
Randolfo Rodrigues	PSOL/AF

Rodrigo Rollemberg	PSB/DF
Vanessa Grazziotin	PCdoB/AM
Walter Pinheiro	PT/BA
Wellington Dias	PT/PI
Zeze Petrella	PDT/MG

### Bloco Parlamentar Minoria - 15 PSDB 11 / DEM 4

Aécio Neves	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB/SP
Alvaro Dias	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima	PSDB/PB
Cicero Lucena	PSDB/PB
Cyrol Miranda	PSDB/GO
Flexa Ribeiro	PSDB/PA
Jayme Campos	DEM/MT
José Agripino	DEM/RN
Lúcia Vânia	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves	DEM/SE
Mário Couto	PSDB/PA
Paulo Bauer	PSDB/SC
Ruben Figueiró	PSDB/MS
Wilder Moraes	DEM/GO

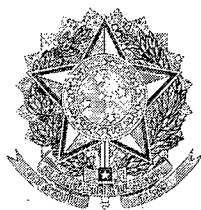
### Bloco Parlamentar União e Força - 14 PTB 6 / PR 6 / PSC 1 / PRB 1

Alfredo Nascimento	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues	PR/SP
Armando Monteiro	PTB/PE
Blairo Maggi	PR/MT
Eduardo Amorim	PSC/SE
Eduardo Lopes	PRB/RJ
Eptácio Cafeteira	PTB/MA
Fernando Collor	PTB/AL
Gim	PTB/DF
João Ribeiro	PR/TO
João Vicente Claudino	PTB/PI
Magno Malta	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti	PTB/RR
Vicentinho Alves	PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria	28
Bloco de Apoio ao Governo	24
Bloco Parlamentar Minoria	15
Bloco Parlamentar União e Força	14
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



947



**Poder Judiciário**  
**Supremo Tribunal Federal**

**Recibo de Petição Eletrônica**

<b>Petição</b>	24241/2019
<b>Processo</b>	Inq 4437
<b>Tipo de pedido</b>	Manifestação
<b>Relação de Peças</b>	1 - Petição de apresentação de manifestação Assinado por: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA 2 - Documentos comprobatórios Assinado por: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA 3 - Documentos comprobatórios Assinado por: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA
<b>Data/Hora do Envio</b>	29/04/2019 às 13:29:58
<b>Enviado por</b>	ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (CPF: 004.715.931-68)

Impresso por: 4030893-30/04/2019 13:29:58 Inq 4437  
Em: 30/04/2019 13:29:58 Inq 4437